

PPGCPRI
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS POLÍTICAS E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS



FCS
FACULDADE DE
CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (PPGCPRI)

ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA MARQUES DE SOUZA

A Brasil para leigos:
A disputa pelo senso comum da população brasileira pelas políticas do
medo nas redes digitais

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA MARQUES DE SOUZA

3. Título do trabalho

A Brasil para leigos: A disputa pelo senso comum da população brasileira pelas políticas do medo nas redes digitais

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 07/10/2025, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Oliveira Marques De Souza, Discente**, em 09/10/2025, às 20:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5649825** e o código CRC **0C592CDC**.

ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA MARQUES DE SOUZA

A Brasil para leigos:

A disputa pelo senso comum da população brasileira pelas políticas do medo nas redes digitais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Relações Internacionais
Linha de Pesquisa: Política Internacional

Orientador: Professor Doutor Matheus Hoffmann Pfrimer

GOIÂNIA
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, André Luiz Oliveira Marques de

A Brasil para leigos [manuscrito] : A disputa pelo senso comum da população brasileira pelas políticas do medo nas redes digitais / André Luiz Oliveira Marques de Souza. - 2025.

135 f.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

1. Direita radical populista. 2. Brasil Paralelo. 3. Instrumentalização do medo. I. Pfrimer, Matheus Hoffmann, orient. II. Título.

CDU 327



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 08 da sessão de Defesa de Dissertação de ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA MARQUES DE SOUZA, que confere o título de Mestre em Ciência Política, na área de concentração em Relações Internacionais.

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, a partir das quinze horas, por meio de webconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "A Brasil para leigos: A disputa pelo senso comum da população brasileira pelas políticas do medo nas redes digitais". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Matheus Hoffmann Pfrimer (PPGCPRI/UGF), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Thais Vieira de Paula (PPGCPRI/UGF), membra titular interna; Professora Doutora Tatiana Vargas Maia (UFRGS), membra titular externa. Durante a arguição, os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato aprovado por seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Matheus Hoffmann Pfrimer, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 06/10/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thais Vieira de Paula, Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Vargas Maia, Usuário Externo**, em 14/10/2025, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5649824** e o código CRC **2990677B**.

RESUMO

O presente trabalho busca entender como a direita radical populista brasileira, representada pelo bolsonarismo, se beneficia das narrativas contidas nas produções da empresa Brasil Paralelo para instrumentalizar o medo para aumentar o apoio de seu projeto político. O medo sendo usado como ferramenta de ganho político não é algo recente, tampouco exclusivo da direita radical, contudo o caso da direita radical populista faz uso do medo de maneira basilar no seu projeto político, se beneficiando da excitação emocional que esse sentimento gera na população e sempre elencando inimigos responsáveis pelas mazelas enfrentadas pela sociedade no qual ela está inserida. O trabalho se divide em três capítulos. No primeiro realizamos uma revisão bibliográfica dos vários trabalhos sobre a extrema direita a fim de sintetizar um conjunto de características comuns ao fenômeno da Nova Direita, assim como um termo guarda-chuva que poderia ser utilizado para se referir a esse fenômeno. No segundo capítulo apresentamos a história da empresa Brasil Paralelo, as matrizes discursivas contidas nas suas produções e, com a ajuda do aporte teórico de Antônio Gramsci, sua classificação como um aparelho privado de hegemonia, mais especificamente como um aparelho de ação doutrinária no campo cultural. Por fim, examinamos o efeito do medo sobre a dita racionalidade humana, os exemplos de uso do medo na política ao longo da história e a particular relação que a direita radical populista estabelece com esse sentimento na construção do seu projeto político. Na conclusão, retomamos os apontamentos do trabalho para elencar o bolsonarismo como expressão da direita radical populista no Brasil, indicamos como as produções da Brasil Paralelo difundem e legitimam a ideologia da classe dominante, assim atualizando sua posição hegemônica, e como o medo está intrinsecamente ligado a esse projeto político.

Palavras-chaves: Direita radical populista; Brasil Paralelo; Instrumentalização do medo.

ABSTRACT

This paper seeks to understand how the Brazilian populist radical right, represented by bolsonarismo, leverages the narratives contained in the productions of the company Brasil Paralelo to exploit fear in order to increase support for its political project. The use of fear as a tool for political gain is not new nor is it exclusive to the radical right. However, the populist radical right uses fear fundamentally in its political project, benefiting from the emotional arousal this feeling generates in the population and consistently listing enemies responsible for the ills facing the society in which it operates. The paper is divided into three chapters. In the first one, we conduct a bibliographic review of various works on the far right in order to synthesize a set of characteristics common to the New Right phenomenon, as well as an umbrella term that could be used to refer to this object. In the second chapter, we present the history of Brasil Paralelo, the discursive matrices contained in its productions and, with the help of Antonio Gramsci's theoretical framework, its classification as a private apparatus of hegemony, more specifically as an apparatus of doctrinal action in the cultural field. Finally, we examine the effect of fear on so-called human rationality, examples of the use of fear in politics throughout history and the particular relationship that the populist radical right establishes with this sentiment in the construction of its political project. In the conclusion, we revisit the work's findings to identify Bolsonarism as an expression of the populist radical right in Brazil, to indicate how Brasil Paralelo's productions disseminate and legitimize the ideology of the ruling class, thus renewing its hegemonic position, and how fear is intrinsically linked to this political project.

Keywords: Populist radical right; Brasil Paralelo; instrumentalization of fear

INTRODUÇÃO.....	9
1 AS EXTREMAS-DIREITAS, UMA VISÃO DO NORTE E DO SUL GLOBAL.....	15
1.1 Análises do Norte Global.....	15
1.2 Análises do Sul Global.....	24
1.3 A caminho de uma síntese.....	38
2 O MUNDO É TUDO O QUE OCORRE, O MUNDO “PARALELO” É TUDO O QUE GOSTARÍAMOS QUE TIVESSE OCORRIDO.....	41
2.1 Dossiê Brasil Paralelo.....	42
2.2 Brasil Paralelo como um aparelho de ação doutrinária.....	50
2.3 Antonio Gramsci, o pai do marxismo cultural.....	60
2.4 Brasil Paralelo e suas matrizes discursivas.....	66
3 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO MEDO.....	95
3.1 O medroso animal social.....	96
3.2 Políticas do medo.....	105
3.3 Medo na direita radical populista.....	114
CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS.....	129

INTRODUÇÃO

No dia 8 de janeiro de 2023, uma multidão de pessoas ocupou a Praça dos Três Poderes em Brasília. O motivo para tal movimentação era o descontentamento frente ao que os manifestantes entendiam como uma fraude eleitoral que fez com que o seu presidente, Jair Messias Bolsonaro, perdesse o pleito para o seu maior adversário político e aquele que iria exercer o seu terceiro mandato como chefe do poder executivo: Luiz Inácio Lula da Silva. Os chamados de “bolsonaristas” são a parte do eleitorado de Bolsonaro mais dedicada a pregar as bonanças de seu candidato e também os mais ativos em passeatas e manifestações interessadas em demonstrar o apoio popular que seu representante desfrutaria. Rapidamente a manifestação se transformou em uma depredação do patrimônio público. O Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a sede do Supremo Tribunal Federal foram invadidas em um poderosamente simbólico ato de descontentamento com a situação do Brasil. A investigação subsequente revelou a organização premeditada e a intenção de um golpe de Estado por parte de membros do governo, inclusive com a preparação de uma minuta que anularia o resultado da eleição e manteria o poder de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil.

O que chamou a atenção de muitos não foi apenas a violência e truculência dos manifestantes, o grau de organização e patrocínio para a tentativa de golpe, tampouco a aparente permissibilidade por parte dos agentes de segurança designados ao evento dada aos manifestantes, mas a similaridade com um evento que aconteceu nos Estados Unidos da América quase há exatamente um ano antes do protesto na capital brasileira. Os ataques de 6 de janeiro na capital de Washington também foram fruto de uma conjuntura semelhante, a suspeita sobre o processo eleitoral que elegeu Joe Biden como o 46^o presidente dos Estados Unidos e o descontentamento da derrota de Donald Trump. A multidão americana que marchou sobre o Capitólio para impedir os trâmites legais da posse de Biden e procurava assassinar o vice presidente, Mike Pence, fora inflada pelo discurso do presidente Trump que clamava para que seus compatriotas lutassem para que não perdessem o seu país. Marx já nos alertava em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” de que a história se repete, primeiro como tragédia e depois como farsa. E a repetição desse movimento político não parece estar contida apenas nesses dois países

O ataque à sede dos Três Poderes em Brasília, e também o ataque no Capitólio, pode ser visto como um apogeu de um movimento que já se estendia durante a campanha política dos dois candidatos. No Brasil, ao longo de todo o território nacional os bolsonaristas já praticavam uma espécie de vigília acampados nas portas dos quartéis do Exército brasileiro.

As intenções com tal ação, apesar de diversas e confusas, pareciam orbitar ao redor da súplica da intervenção por parte das Forças Armadas nas instituições democráticas que estariam de algum modo corrompidas e não mais exercendo a democracia de maneira verdadeira. Uma espécie de reprise da Ditadura Militar que salvaria novamente o país do jugo do comunismo e restauraria um período de segurança, bonança e bem-estar para sua população. E como toda a reprise, depende da forte nostalgia dos indivíduos pelo passado perdido. A nostalgia também marca o slogan mais conhecido de Donald Trump durante sua campanha: “Make America Great Again” (faça a América grande de novo, em tradução livre).

Com não ignorável contenda a respeito dessa classificação, muitos da sociedade civil e analistas políticos enquadram Jair Bolsonaro e Donald Trump no espectro da extrema direita. A extrema-direita é um dos objetos mais estudados no campo da ciência política. Desde a década de 40 as experiências do fascismo italiano, do nazifascismo alemão, do salazarismo português e até mesmo do integralismo brasileiro, e manifestações políticas semelhantes parecem conquistar adeptos independentemente de sua localização geográfica. Esse quadrante político experienciou um sucesso que parece estar ligado a sua capacidade de se modificar e encaixar na realidade do país em que se encontra. Após o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota dos dois maiores representantes desse movimento político e social parecia indicar a sua extinção na sociedade. Contudo, esse movimento vem sendo reformulado desde a crise de 2008 e obtendo sucesso nas disputas eleitorais ao redor do mundo. Viktor Orbán na Hungria, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Benjamin Netanyahu em Israel, além de vários outros. Giorgia Meloni é também um desses nomes e representa a primeira vitória da extrema direita na Itália desde a Segunda Guerra Mundial. A expressão mais recente desse processo é a eleição de Javier Milei na Argentina.

Há diversos autores que já refletiram e ainda refletem sobre a temática a partir de diferentes abordagens. Sanahuja e Burian (2020) apontam o surgimento da “nova direita neopatriota”. Este é um termo guarda-chuva e designa partidos e movimentos distintos, mas de forma geral são compostos pelos perdedores do processo de globalização e tem como características distintas o nacionalismo, o populismo, a defesa da tradição e o binômio schmittiano amigo-inimigo. Tais atores agem no sistema internacional através do seu “internacionalismo reacionário”, estratégia na qual as diferentes cédulas neopatriotas espalhadas pelo globo agem em conjunto de modo a contestar normas e práticas liberais, com o objetivo de propor uma nova ordem internacional, que respeite os valores conservadores. Abrahamsen (2020), juntamente com os docentes e discentes da Universidade de Queen Mary, propõem, simplesmente, a Nova Direita. Para os autores, a novidade dessa Nova

Direita é a apropriação de autores como Gramsci e Schmitt, que normalmente são utilizados para analisar o fenômeno da direita, como guias de estratégias para a mobilização política do próprio movimento. Há também no trabalho o apontamento de elementos em comum com Sanahuja e Burina, como globalização sendo a gênese do movimento e o antagonismo a ela, o binômio amigo-inimigo, o populismo e o caráter internacional das alianças.

Barbosa e Casarões (2023) partem da análise da trajetória eleitoral e parte da administração de Jair Bolsonaro para estudar o fenômeno supracitado e, a partir dessa, propõem o termo “direita radical populista-religiosa”. A novidade se encontra no papel central que a religião tem na conquista de novo público para os fronts dessa nova direita e a facilitação na construção de pontes internacionalmente. Isso se dá pelo modo de como a religião é utilizada para mascarar pontos discursivos da direita e superar os limites da nação e do Estado. Mas também no trabalho aparecem características previamente citadas, como o nativismo, o autoritarismo, o populismo, dentre outros. A maioria desses autores encontra no trabalho de Cas Mudde (2000, 2017) a sua principal fonte para o estudo da extrema direita. Para Mudde, a direita radical populista é classificada como tal a partir da presença de três fatores: nativismo; autoritarismo e populismo. Nativismo é uma crença que prega que os Estados só podem ser ocupados por aqueles que nasceram em seu território e a presença de qualquer estrangeiro representa uma ameaça a homogeneidade da nação e ao próprio Estado. Autoritarismo é a crença em uma sociedade pautada por regras rigorosas e, por isso, qualquer infração que vai de encontro com elas deve ser severamente punida. Por fim, populismo é a crença de que a sociedade é composta por dois grupos antagônicos: o “povo verdadeiro” e a “elite corrupta”. Nessa lógica, a política deveria seguir sempre a vontade do povo. Há outras marcas possíveis de serem observadas nos diferentes fenômenos da direita radical populista ao redor do mundo, mas essas idiosincrasias não representam o núcleo duro do movimento e tomam forma a depender da conjuntura político-social do território no qual ele está inserido.

Apesar do extenso exame do objeto de pesquisa e a produção acadêmica relacionada a ele, é difícil chegar a um consenso a partir de um conjunto de critérios e características que possam ser utilizadas para definir o que é e o que não é “extrema direita”. O próprio termo é alvo de contestações. “Extrema direita”, “direita radical”, “direita radical populista”, “direita neopatriota”, “fascismo”, “Ur-facismo” dentre outros, por vezes aparecem como sinônimos e por outras como conceitos distintos, e até antagônicos. As características que compõem esse movimento também possuem um perfil heterogêneo, muito embora sejam a expressão de um fenômeno global. Autoritarismo, nativismo, populismo, neoliberalismo, uso da religião, contestação dos princípios democráticos e oposição ao multilateralismo são algumas das

marcas evidentes do movimento que variam, assim como quantas dessas características são necessárias para demarcar o fenômeno como tal varia a depender dos autores utilizados.

A pergunta de pesquisa que motivou o trabalho é a seguinte: como a direita radical populista utiliza do medo para legitimar seu projeto político? A fim de responder a pergunta proposta, os objetivos do trabalho se colocam como uma revisão bibliográfica do conceito de “extrema-direita” e correlatos, guiando a discussão para a eleição de um termo solidamente conceituado e que não cause ambiguidades, um estudo de caso da Brasil Paralelo, considerando-a como um aparelho privado de hegemonia que dissemina através das suas produções narrativas que favorecem e legitimam o projeto político burguês, representado na figura de Jair Messias Bolsonaro, e a elaboração do argumento a respeito da instrumentalização do medo como uma forma de ganho político feita da maneira específica pela direita radical populista.

Como citado anteriormente, recorreremos a autores preocupados com o recrudescimento da extrema direita ou ainda aqueles que entendem nos políticos recentes uma nova formulação dessa direita. Usando do Google Acadêmico, termos como “far-right”, “alt-right”, “neofascists”, “neofascismo”, “fascismo”, “extrema direita”, “direita radical populista”, foram pesquisados e os resultados apresentados pela plataforma foram escolhidos com base no recorte temporal mais próximo da data de escrita deste trabalho. Para além desses, nos pareceu importante quando se é analisado o trabalho da Brasil Paralelo usar ao máximo quanto possível as produções da própria empresa, sejam elas os documentários em si, artigos e reportagens disponibilizadas no seu site oficial ou entrevistas dos membros fundadores, cedidas a própria BP ou a terceiros. Há uma tendência na retórica e nas ações litigiosas movimentadas pela empresa interessadas em descaracterizar os apontamentos dos cientistas políticos que têm, semelhante a este trabalho, a Brasil Paralelo como objeto de estudo através do argumento de que os estudiosos estariam comprometidos ideologicamente e, em função disso, distorcem o conteúdo contido nas produções da empresa. Nesse sentido, tentamos diminuir qualquer sorte de “refração” ideológica por meio do uso de fontes primárias produzidas diretamente pela empresa e seus associados. Para abordar o assunto do medo, tomamos uma abordagem multidisciplinar com ajuda das contribuições da biologia e da psicologia social para complementar a análise mais tradicional da ciência política. Com o objetivo de investigar como o medo é uma emoção natural e como esse sentimento afeta o processo de tomada de decisão humano, utilizamos novamente a plataforma do Google Acadêmico com os termos “biology of fear”, “fear and rational decision-making”, “fear and rationality”, “politics of fear”.

O trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro trata de uma revisão bibliográfica sobre a direita radical em busca de apresentar o núcleo duro da “extrema direita”, ou pelo menos do que o presente trabalho tratará como tal. Devido ao caráter quimérico do movimento político alvo, se remoldando de acordo com as idiossincrasias de cada sociedade na qual se insere, diferentes autores chegaram a diferentes conclusões ao tratar do aparentemente mesmo objeto de estudo. A fim de apresentar essas diferenças, escolhemos o recorte político e geográfico contido na divisão Norte-Sul Global e contrastamos os trabalhos de ambos esses polos para extrair pontos em comuns das observações dos autores utilizados e aludir para um núcleo que conecte os movimentos da extrema direita internacionalmente. Do Norte Global temos as contribuições de Cas Mudde, Roger Griffin, Umberto Eco e Abrahamsen, et al., e do Sul Global temos Flávio Henrique Calheiros Casimiro, Tatiana Vargas-Maia e Rosana Pinheiro-Machado, Indrajit Roy, José Antonio Sanahuja e Camilo López Burian, Ricardo Jr. Barbosa e Guilherme Casarões. Assim, a revisão busca examinar o estado da arte e também encontrar uma síntese dos elementos característicos da extrema direita e, se necessário, propor um novo termo que melhor consiga circunscrever o objeto de estudo.

O segundo capítulo se dedica a um estudo de caso sobre a empresa porto-alegrense Brasil Paralelo. Apesar da neutralidade ideológica e a busca incessante pela verdade absoluta serem valores ostentados pela empresa, assim como instrumentos de marketing da mesma, as produções da empresa contém uma série de narrativas que buscam moldar o senso comum, no sentido gramsciano, daqueles que a assistem em prol de um projeto político benéfico a classe burguesa do país. Através da análise de três das obras produzidas pela BP, “Congresso Brasil Paralelo”, por ser a primeira produção da empresa, “A Sétima Arte”, por revelar como a empresa enxerga o potencial sociológico do audiovisual, e “1964: O Brasil entre Armas e Livros”, por ser o documentário mais assistido da empresa, dos artigos e matérias publicados em seu site oficial, reportagens realizadas por mídias independentes, assim como entrevistas realizadas com os membros fundadores da empresa, têm-se como objetivo sublinhar as marcas discursivas que guiam os documentários e transparecer que a perene narrativa de neutralidade não se sustenta perante o escrutínio de indivíduos intelectualmente honestos e minimamente versados nas ciências sociais.

O último capítulo consiste na elaboração do argumento principal do trabalho: a instrumentalização do medo. O termo “instrumentalização” é aqui utilizado para se referir ao processo de transformação do sentimento medo em uma arma de mobilização política, tanto para angariar novo suporte para o movimento quanto para garantir o apoio daqueles já

inseridos nele. A emoção do medo se apresenta de maneira natural na maioria dos animais, mas ganha uma dimensão adicional a partir da vida em sociedade primeiro estabelecida pelo gênero humano a milhares de anos. A presença do estado de medo causa uma resposta física e mental sob o sujeito que o experiencia que causa alteração nos padrões de tomada de decisão. É a nossa hipótese que essa alteração pode ser explorada a fim de ganhos políticos, e assim a foi utilizada ao longo da história. Porém, nosso foco principal se dá sobre o uso do medo pela direita radical populista e a relação específica que os políticos desse campo estabelecem com esse estratagema.

1 AS EXTREMAS-DIREITAS, UMA VISÃO DO NORTE E DO SUL GLOBAL

Representantes eleitos ao redor do mundo como Trump, Bolsonaro, Orbán, Meloni, Le Pen, dentre outros, além dos movimentos sociais que agem de maneira difusa nas sociedades de cada país como os “Proud Boys” e os bolsonaristas, são exemplos de um movimento que vem ganhando força nos últimos anos. Esse fenômeno é analisado por diversos pensadores no meio acadêmico com o objetivo de entender o porquê do seu recente crescimento e se existe, ou não, a formação de uma “nova” direita.

Muitos autores já se debruçaram sobre o objeto de estudo explicitado acima, no entanto, não parece existir um consenso acerca de como classificar tal objeto. Cada autor se utiliza de uma denominação diferente ao tratar da “nova” direita, enquanto alguns nem a consideram como nova. Quanto aos constituintes do movimento estudado, há uma certa sobreposição de elementos em comum: contestação da ordem mundial liberal; ideologia nacionalista e reacionária; comunicação internacional dos grupos; dentre outros. Mas também existe falta de consenso sobre outros elementos, como a presença da religião nos movimentos e as posições econômicas dos mesmos.

Frente a essa conjuntura, o presente capítulo busca, através de uma revisão bibliográfica de recentes trabalhos sobre a “nova” direita, encontrar um denominador comum quanto à conceitualização desse movimento político e diferenciar as características elencadas por acadêmicos do Norte e do Sul Global. Quais os parâmetros utilizados pelos autores selecionados para circunscrever o objeto analisado, os denominadores comuns e os outliers presentes nos artigos e livros pesquisados e, se possível, realizar uma espécie de sintetização desses trabalhos para que não haja ambiguidade ou confusão ao usar uma denominação, qualquer que seja, para tratar desse objeto de estudo.

1.1 Análises do Norte Global

Cas Mudde abre o livro “The Populist Radical Right: A Reader” com a justificativa para a criação do mesmo: não existe um compilado sobre a direita radical populista contemporânea. Apesar de existirem muitos artigos sobre o tema, ou até mesmo grandes compilados sobre a extrema direita histórica, eles sofrem pela superficialidade teórica e por cortes geográficos limitantes. Ainda na introdução, os objetivos de Mudde são apresentar um breve panorama sobre os estudos acadêmicos do tema pós-guerra, qual o *framework* teórico que ele utiliza para classificar a direita radical populista (mas que não é necessariamente utilizado pelos outros autores presentes no compilado) e apresentar a história atualizada da direita radical populista contemporânea na Europa com um foco no século 21.

Sobre os estudos acerca da direita radical populista, Mudde apresenta que de 1990 em diante há uma explosão de artigos publicados sobre a direita radical populista. É um tema *evergreen* no campo da ciência política. Curiosamente, nenhum dos acadêmicos interessados no tema é simpático às ideias que a direita representa, os estudos são sempre feitos a partir de uma perspectiva antagônica e combativa. Os estudos se dividem em três ondas: a primeira onda compreende os anos de 1945 até 1980, esta sendo uma perspectiva histórica e descritiva do fenômeno da direita. Sem surpresas, é composta principalmente por historiadores e tendo a maioria de seus trabalhos publicados em alemão e francês. Os termos “extrema direita” e “neo-fascismo” são utilizados por essa primeira leva de acadêmicos. A segunda onda começa em 1980 e dura até 2000, começa a se expandir para outros campos das ciências sociais e tem influência dos estudos produzidos pelos estadunidenses sobre a “direita radical”. Os acadêmicos dessa leva buscavam entender como essa direita radical poderia encontrar sucesso dentro das democracias ocidentais. A terceira onda começa na virada do século e se mantém até os dias atuais. Agora, o objetivo desses acadêmicos é não apenas compreender o sucesso dessa cepa da direita nas eleições, mas também investigar os efeitos que essas vitórias provocam naquelas sociedades.

O caráter quimérico dos termos utilizados para se referir ao fenômeno da nova direita (extrema direita, direita radical, ultra direita, neofascismo, dentre outros) se dá pois os partidos ou agrupamentos políticos analisados pelos estudiosos sobre esse signo não se identificam como tal, imputando assim ao pesquisador a escolha conceitual de qual termo melhor empregar ao fenômeno. O termo utilizado por Cas Mudde, presente no título do livro, é “direita radical populista” (do inglês, *populist radical right*) e, apesar de termos diferentes serem utilizados ao longo da literatura por diferentes autores, Mudde acredita que a “essência” do fenômeno é capturada de forma similar por eles. A direita radical populista tem, no núcleo duro da sua ideologia, ao menos três características: nativismo, autoritarismo e populismo. Há outras características particulares a certas expressões da direita radical populista mas todos os membros dessa família partidária detém essas três características (Mudde, 2017). Nativismo se refere a uma combinação entre nacionalismo e xenofobia. É a concepção de que o Estado deveria ser um etno-Estado, no qual o direito à cidadania é garantido apenas aqueles indivíduos que ali nasceram. Da mesma forma, a cultura daquele lugar só pode ser constituída por elementos nativos daquele Estado. Dentro dessa lógica, qualquer elemento estrangeiro é, portanto, um elemento invasor, um agente patológico que busca desaglutinar aquela sociedade através da mudança ou da total destruição da cultura do povo originário. O segundo elemento da ideologia da direita radical populista é o

autoritarismo, este se refere a crença em uma sociedade estritamente organizada e qualquer quebra dessa ordem deve ser severamente punida. Por fim, o populismo é definido por Mudde (2017) como uma ideologia que separa a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos: o “povo puro” e a “elite corrupta”. Os líderes da direita radical populista usam frequentemente o recurso discursivo de estarem “agindo em defesa da vontade do povo” e “contra os interesses das elites”. A concatenação de todos os três elementos é o que torna um partido ou um movimento em um exemplar da direita radical populista. Outro apontamento teórico importante é que a direita radical populista, diferente da extrema direita dos anos 30, é democrática, no sentido de participar do jogo da democracia e tem a tendência de respeitar as decisões de uma democracia parlamentar (Mudde, 2017).

A definição de Griffin sobre o fascismo se dá como uma forma revolucionária do nacionalismo populista que surgiu no período entre-guerras (Griffin, 2010). Junto a essa definição, ele argumenta que há um denominador mínimo comum no fascismo, este sendo o mito palingênico, no qual uma elite heróica é capaz de reerguer o país das cinzas, causadas pelos desastres da antiga ordem decadente.

O pós-guerra traz a necessidade de uma reformulação do fascismo. A estética das massas armadas lideradas por um líder carismático agora estava associada a guerra, a destruição e ao genocídio. Em um mundo dividido entre capitalismo e comunismo, nenhum desses dois campos parecia ter pessoas dispostas a retórica fascista clássica. Para conseguir conquistar novos simpatizantes, a reformulação do movimento fascista passa por duas estratégias: “internacionalização” e “metapolitização” (Griffin, 2010).

O impulso pela internacionalização do movimento fascista não é uma novidade do pós-guerra, mas antes desse período parece que tal impulso estava contido na Alemanha nazista. Com a derrota da mesma, o fascismo pan-europeu começa a tomar forma em uma série de periódicos de publicações, *The European*, *Europa Nazione* e *Nation Europa*, e organizações como *The Nouvel Ordre Européen*, *The European Social Movement* e a *Faisceaux Nationaux et Européens* (Griffin, 2010). Retirar o movimento nazista do seu contexto geográfico parece revelar as características genéricas do fascismo. Como Griffin (2010) coloca, o nazismo internacional se tornou uma ideologia de supremacia branca que tem como objetivo salvar a civilização da destruição causada pelos seus inimigos internos, macroregionais ou globais. A agência internacional do movimento também se aplica a nova geração desses “nazistas universais”, Griffin explicita o caráter de suas ações e o perfil dos adeptos do movimento:

Por volta da década de 1970, uma nova geração de Nazistas Universais pensava globalmente e agia localmente, composta principalmente por racistas brancos marginalizados da "classe trabalhadora", alvos de propaganda dirigida a pessoas com dificuldades educacionais, uma variedade racista de baladas de heavy metal "punk" e, pelo menos na Europa, por meio de redes de vandalismo organizado no futebol com uma agenda racista.. (Griffin, 2010, p. 44, tradução nossa).

A metapolitização por sua vez é uma consequência da própria internacionalização do fascismo, assim como sua derrota durante a Segunda Guerra Mundial. A tentativa de manter “viva” a memória do fascismo, principalmente do nazismo, é observada por livros de biografias de membros do partido, relicários e artefatos do período, ou, como aponta Griffin (2010), de maneira mais sutil em artigos e produções acadêmicas que buscam recontar a História. O mais conhecido desses revisionismos é, sem dúvida, a negação do Holocausto. A tentativa dos revisionistas é reapresentar o movimento para a sociedade atual, de uma forma que não cause o imediato espanto e repulsa que marcaram a ideologia desde o final da guerra e, para tal, é necessário que o Holocausto seja apagado da história. A mudança do consenso ou, em outras palavras, do pensamento da população sobre o que é aceitável ou não torna essa estratégia metapolítica. A internet se apresenta como uma ferramenta inigualável para esse processo, retirando o limite geográfico ao qual esses grupos estariam previamente constrangidos e se mesclando com a estratégia anterior de internacionalização (Griffin, 2010).

Griffin encaminha sua conclusão apontando que o fascismo clássico não tem condições estruturais para o seu renascimento. Seus argumentos são de que a internacionalização aplicada por esses grupos causou a fragmentação dos mesmos em corpúsculos, sem uma ideologia central bem definida para guiar tal massa, e que a metapolitização mascara, para eles mesmos, a impossibilidade dos seus projetos serem implementados. Se o fascismo “clássico” está encerrado, qual seria o movimento exemplificado por líderes como Trump, Bolsonaro, Orbán, Duterte, dentre outros? Nas linhas finais, Griffin parece apontar para o mesmo objeto de estudo de Cas Mudde, qual seja a direita radical populista.

A direita radical populista representa um perigo muito maior do que o fascismo clássico, isso se dá pela sua capacidade de se camuflar dentro das democracias na qual está parasitando. As bases democráticas são atacadas e remodeladas, a caminho de um “liberalismo etnocrático”, um sistema que não deseja a substituição das instituições que compõem aquela sociedade ou o isolamento do sistema internacional liberal (Griffin, 2010). Não há quebra dos direitos e deveres dos cidadãos que integram aquela sociedade, mas há uma seleção criteriosa de quem é ou não é cidadão em primeiro lugar. Em comparação com o fascismo clássico e a ameaça à democracia liberal, Griffin aponta os perigos da direita radical

populista: “It is one which poses a more serious threat to liberal democracy than fascism because it is able to disguise itself, rather like a stick insect posing as a twig to catch its prey.” (Griffin, 2010, p. 51). Em suma, o liberalismo etnocrático substituiu o fascismo na conjuntura atual, o que permitiu o sucesso da direita radical em sociedades que estavam “imunes” à retórica fascista que tomou a Europa durante a década de 30.

Umberto Eco, em uma palestra proferida em abril de 1995, relatava suas experiências vivendo sob o regime fascista enquanto criança e alertou a sua plateia e a sociedade como um todo sobre o “Ur-fascismo”, uma forma de “fascismo eterno” que assombra as democracias do pós-guerra. Para Eco, o fascismo clássico está contido no horizonte temporal da Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, o autor não consegue conceber nas sociedades do pós II Guerra Mundial o ressurgimento daquele movimento de massas que tomou a Europa de assalto em meados do século passado, a não ser que haja uma reformulação do mesmo. Ainda que seja possível observar na realidade algumas células neofascistas e neonazistas em partes do globo, o poder mobilizante da retórica fascista perdeu fôlego com a derrota do Eixo em 1945.

Como, então, o autor define o fascismo clássico? Para Eco (2016), o fascismo é um “totalitarismo *fuzzy*”, um movimento sem uma base ideológica sólida que conta com a sua retórica para angariar suporte. A falta de uma “essência” fascista explica o porquê do uso do termo como guarda-chuva para as diferentes expressões do movimento ao longo da Europa e até mesmo o uso contra adversários políticos. Nas palavras do autor:

O termo “fascismo” adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista. Tirem do fascismo o imperialismo e teremos Franco ou Salazar; tirem o colonialismo e teremos o fascismo balcânico. Acrescentem ao fascismo italiano um anticapitalismo radical (que nunca fascinou Mussolini) e teremos Ezra Pound. Acrescentem o culto da mitologia céltica e o misticismo do Graal (completamente estranho ao fascismo oficial) e teremos um dos mais respeitados gurus fascistas, Julios Evola. (Eco, 2016)

Visto o caráter quimérico do objeto, Eco elenca quatorze características do que ele chama de “Ur-Fascismo”, ou “fascismo eterno”, o fascismo que se camufla com trajes civis. Ele faz a ressalva que não são características sempre presentes no movimento, tendo ainda algumas antagônicas entre si, mas que a presença de apenas uma dessas é suficiente para que comece a se formar uma “nebulosa fascista” (Eco, 2016).

As 14 características que marcam o Ur-Fascismo são: o culto a tradição e, como consequência, o não-avanço do saber; a recusa da modernidade, que vê no Iluminismo um paradigma racional a ser combatido; o culto da ação pela ação, mais uma vez o racionalismo e o pensamento crítico não tem espaço no fascismo, o que torna aqueles pertencente ao mundo intelectual inimigos do movimento; a impossibilidade da crítica, a crítica é fruto de um

pensamento racional, portanto, não é permitido; tendência homogeneizante, qualquer um que não se adequa ao padrão daquela sociedade é um inimigo; o Ur-Fascismo nasce da frustração individual e social; o fascismo usa o nacionalismo para atribuir uma identidade a esses indivíduos frustrados, o que facilita na criação de inimigos interno e externos baseada na lógica racista e xenófoba; os inimigos do Ur-Fascismo são ao mesmo tempo fortes demais e fracos demais, o inimigo é forte pois ele controla toda a sociedade nacional e internacional porém ele precisa ser fraco para que sua derrota seja um objetivo alcançável; a vida dos cidadãos sob o fascismo eterno se baseia na lógica de uma guerra eterna, não há “luta para vida”, e sim “vida para a luta”; elitismo popular, a lógica nacionalista já implica que aqueles nascidos naquele país são os melhores do mundo, mas dentro dessa sociedade ainda há uma hierarquia militarizada ditada pela meritocracia, assim, a elite dessa sociedade é composta pelos melhores dos melhores; o heroísmo como norma, a lógica da vida pela luta ajuda nesse ponto, o melhor que um cidadão fascista pode fazer é morrer pelo seu país combatendo os inimigos do mesmo; a guerra eterna e o heroísmo como norma transfere as frustrações do sujeito para o campo do sexo, essa transferência gera uma hierarquização também com as mulheres, que resulta no machismo, e com qualquer “perversão sexual” que quebra a heteronormatividade; populismo qualitativo, o indivíduo só existe como parte do todo que compõem o “povo”, tal povo, na concepção fascista, é um monolito que tem seus objetivos e desejos representados por seus líderes; limitação do léxico e da sintaxe da sociedade, a fim de limitar as críticas.

No artigo publicado na *International Political Sociology*, os docentes e discentes da Universidade de Ottawa, em junção com acadêmicos da Universidade de Queen Mary, em Londres, buscam confrontar a sociologia política da nova direita. A ascensão de atores da Nova Direita (ND) ao redor do globo coloca em xeque certas expectativas sobre as políticas globais. São elas: “que normas liberais e direitos humanos continuarão a se espalhar; que a globalização econômica é irreversível; que a institucionalização internacional vai se aprofundar; e que paz e prosperidade seguirão inevitavelmente da integração humana.” (Abrahamsen, et al., 2020, p. 94 e 95, tradução nossa).

Os autores parecem indicar que há um vazio epistemológico em relação ao tema. Eles comentam que muitos dos estudiosos e críticos não levam essa ascensão a sério, uma “crença ou esperança de que tudo isso seja apenas uma aberração temporária” (Abrahamsen, et al., 2020, p. 95, tradução nossa), e quando de fato analisam o que está acontecendo tendem a subestimar a saída desses grupos das margens do discurso político para uma aproximação ao *mainstream* (Abrahamsen, et al., 2020).

O artigo então tem como objetivo colocar uma lente sobre esse tema. A ND tem “articulações diversas, dispersas e divididas”, mas uma característica comum é sua aproximação com outros grupos e Estados ultraconservadores. Assim, o trabalho busca traçar os elementos chave que demonstram a interconectividade global da ND observando a sua crítica da globalização e as estratégias utilizadas por eles para esse fim (Abrahamsen, et al., 2020). É expresso também pelos autores que esse trabalho sirva como um *conversation starter*, abrir espaço para discussões e explorações do tema e não apresentar soluções e formulações definitivas sobre o mesmo.

Uma das bases teóricas para tratar da ND usada no artigo é o trabalho de Stuart Hall, que em 1979, ao tentar compreender o chamado “thatcherismo”, utilizou de modelos gramscianos. O autor argumenta que a ND da era Thatcher empregava um “populismo autoritário”, construindo um novo “senso comum populista”, ideais conservadores misturados com soluções radicais para problemas do dia a dia, em um processo que mobilizava o “povo” para realizar as mudanças políticas que favoreciam a ND em detrimento de seus inimigos (Abrahamsen, et al., 2020).

O modelo de Hall ainda é relevante para compreender as ND atuais, contudo, os autores alertam que é necessário adicionar a ele a apropriação que a própria ND fez da literatura gramsciana. Os movimentos da ND praticam a chamada “guerra de posição”, em outras palavras, eles buscam “construir uma nova ideologia que reverbera com, e ainda sim modifica, o ‘senso comum’, formando as bases para um projeto contrahegemônico” (Abrahamsen, et al., 2020, p. 96, tradução nossa). Esse processo também é conhecido como “metapolítica”. A metapolítica é uma estratégia compartilhada pelas ND ao redor do globo. Os autores comentam que o uso comum dela “gera uma impressionante rede transnacional de publicações, grupos de estudo, conferências, organizações de fachada e plataformas online” (Abrahamsen, et al., 2020, p. 96, tradução nossa).

As especificidades mudam de local para local. Nos Estados Unidos, por exemplo, é um esforço, que data desde a década de 80, dos intelectuais da ND em criar uma contracultura radical de um “americano médio” que seja capaz de contestar as instituições liberais em diversos espaços sociais. O ponto em comum, no entanto, é sempre a oposição às “elites” e ao liberalismo global. E isso não se trata apenas de um marco populista do movimento, é uma característica da sociologia política internacional da ND (Abrahamsen, et al., 2020).

É a partir da sociologia política internacional da ND que esses grupos se conectam, aprendem uns com os outros e compartilham estratégias entre si com o objetivo de combater a

elite liberal gerencial e a globalização. Mas o que esses movimentos entendem como globalização? Os autores explicam:

A globalização, nessa interpretação, é o produto da lógica do governo gerencial e do poder liberal, dos interesses e da "utopia" (literalmente, um "lugar nenhum") que sustentam a modernidade liberal como uma época. A ideologia liberal gerencial e suas instituições têm como alvo ordens e identidades sociais "tradicionais" — tanto nos Estados quanto globalmente — que se opõem à sua expansão. Reduzindo os indivíduos a maximizadores econômicos e os valores ao hedonismo subjetivo, o liberalismo contemporâneo não promove a "diversidade". Pelo contrário, ele nivela o mundo, despojando a diversidade de qualquer conteúdo substantivo real e fundamento social, mercantilizando indivíduos e culturas e erodindo sociedades não liberais, remodelando-as à sua imagem. (Abrahamsen, et al., 2020, p. 97, tradução nossa).

Dentro da lógica teórica da ND, a globalização não é um processo que acontece devido a uma etapa no desenvolvimento do capitalismo de transnacionalização do capital. Na verdade, é a consequência do próprio liberalismo gerencial, um processo “intrinsecamente expansionista-globalizante tanto organizacionalmente quanto ideologicamente” (Abrahamsen, et al., 2020, p. 98, tradução nossa). O liberalismo gerencial é fruto dos esforços de uma “Nova Classe” transnacional de experts, essa também sendo aquela que mais se beneficia do processo.

Mas essa conjuntura também gera “perdedores”, de cunho social ou econômico. Indivíduos que não conseguem, ou não querem, se adaptar à cartilha globalista e que, em função disso, são “abandonados” do poder político. Há um sentimento entre essa população de que a globalização é uma ameaça a preservação da cultura e da tradição, um medo de que sem esses valores, nas palavras de um acadêmico japonês da ND, a vida perde o sentido (Abrahamsen, et al., 2020). Esse sentimento ajuda a entender o fervor com o qual tais indivíduos defendem a causa. Dentro da lógica da ND:

Não vivemos em um mundo definido pela geopolítica tradicional dos Estados-nação ou pela disputa entre capital e trabalho. Embora ambos desempenhem papéis, eles são filtrados pelo prisma analítico/ideológico de uma divisão abrangente entre um estrato de elites nacionais (e cada vez mais globais) que exercem o poder e o ethos do liberalismo gerencial e aquelas forças dispersas e combativas dentro e entre Estados que se opõem a elas. (Abrahamsen, et al., 2020, p. 99, tradução nossa)

Abrahamsen, et al., dedicam uma parte de seu artigo para explorar como a ND constrói o inimigo comum e o “povo”. A crítica da ND acerca da globalização não é algo totalmente singular a ela, os autores comentam que existem outras semelhantes a ela na literatura. O que torna a ND única nesse sentido é a junção dessa crítica a criação de um “inimigo identificável”. Esse inimigo comum é, obviamente, as elites globalizantes que de fato se beneficiam do processo causado pelo liberalismo gerencial. No entanto, o inimigo é um ser maleável e difuso, o seu conteúdo é o mesmo (um agente das elites globais), mas sua forma é

mutável, pode ser o ativista social, o terrorista islâmico, a feminista, o político corrupto, etc (Abrahamsen, et al., 2020).

A maleabilidade do inimigo da ND ajuda a instrumentalizar os sentimentos de alienação e ressentimento sentidos pelos “perdedores”. Em um movimento duplo, a ND justifica tais subjetividades ao demonstrar que a nefasta elite local que não dá mais importância a certas culturas e identidades do país e também mobiliza essa população para os fronts da guerra de posição para modificar o *status quo*. Vale lembrar, contudo, que as “políticas de inimizade” da ND são provocativas e performáticas. As transgressões e agressões contidas nesses discursos que visam “subverter as normas liberais de conduta apropriada e liderança” (Abrahamsen, et al., 2020, p. 99, tradução nossa) são justificadas pela percebida hipocrisia das elites globais. Os autores escrevem:

Ao mesmo tempo, a postura transgressiva dos intelectuais e políticos da ND é justificada com base no fato de que as elites liberais não vivem de acordo com seus próprios padrões professados de conduta apropriada e, de fato, cometeram a pior transgressão de todas ao desvincular a democracia da jurisdição do Estado-nação moderno em benefício de uma comunidade transnacional que é estrangeira e hostil ao senso de identidade nacional, regional e local do povo. (Abrahamsen, et al., 2020, p. 99, tradução nossa)

Contudo, essa elite global que controla tanto do país, ao ponto de conseguir minar a democracia e “vender” o país visando lucro próprio, precisa também ser fraca. E ela é fraca, na visão da ND, ao tratar das ameaças que a globalização traz, como, por exemplo, terroristas islâmicos e imigração (Abrahamsen, et al., 2020).

O discurso político belicoso também tem outras funções. Ele radicaliza o debate público da sociedade, polariza o eleitorado e torna posições de centro irrelevantes. Isso já era apontado em 1979 por Stuart Hall. Junto a esse processo, há uma transformação da política em uma atividade maniqueísta:

Neste relato, as principais batalhas já não são entre os defensores do Estado-providência e os defensores do capitalismo financeiro, mas sim “entre aqueles que desejam preservar as comunidades herdadas e as suas fontes de autoridade e aqueles que desejam ‘reformular’ ou abolir estes acordos” (Abrahamsen, et al., 2020, p. 100, tradução nossa).

A lógica amigo/inimigo também aparece nesse artigo, mas diferente do que acontece no trabalho de Sanahuja e Burian que será abordado na próxima seção, no qual os autores utilizam do *framework* da teoria schmittiana para entender a agência da direita neopatriota, aqui a própria ND é quem faz o uso dessas teorias. Há uma apropriação delas, semelhante ao que acontece com as obras de Gramsci, pelos teóricos ultraconservadores que pautam as suas ações políticas e estratégias empregadas (Abrahamsen, et al., 2020).

A lógica do inimigo em comum ajuda a nova direita na construção de uma aliança transnacional em torno de agendas não liberais, mas também se apresenta no discurso civilizacional da mesma. Cada célula da ND organiza tal discurso de maneira diferente, devido as diferenças sociais de cada país em que elas atuam. Nos Estados Unidos, por exemplo, o conservadorismo radical teme que a população branca, vista como a “verdadeira” população da região, seja substituída por alguma outra. As razões para esse processo estariam na baixa taxa de natalidade da população branca, no multiculturalismo, nas ações afirmativas, no feminismo, etc. E a solução apresentada seria uma “agenda anti-imigração extensiva, do tipo que seria proibida pelo politicamente correto que os conservadores do *mainstream* absorveram do inimigo liberal” (Abrahamsen, et al., 2020, p. 101, tradução nossa).

Uma contribuição interessante do discurso civilizacional da nova direita, que pode indicar o porquê desse movimento experienciar um crescimento notório nos últimos anos, é na sua superação da divisão simples entre Eu e Outro. Os autores escrevem:

Os discursos civilizacionais da ND revelam, portanto, não apenas maneiras de enxergar semelhanças e conexões entre diferentes contextos nacionais ou regionais, mas também um meio de discernir clivagens e divergências dentro e entre eles. Em vez de uma simples divisão entre Eus e Outros nacionais ou civilizacionais, vemos uma geopolítica complexa de identidade com o potencial de sustentar uma ideologia contra-hegemônica global de nacionalismo democrático. (Abrahamsen, et al., 2020, p. 102).

Por fim, os autores examinam como a nova direita utiliza de suas ferramentas teóricas (metapolítica, crítica da globalização, lógica amigo-inimigo e mobilização política) para construir seus projetos nacionais e transnacionais e quais seriam os “fronts” de batalha em sua guerra de posição (Abrahamsen, et al., 2020). São três as plataformas principais que os autores elencam onde estão focados os esforços da ND: educação; propagação de ideias; e mídias sociais. Na Europa, a tentativa de criação de “finishing schools” para ultraconservadores já está bem realizada. Para a propagação de ideias, a editora Arktos é um exemplo notório, desde 2010 publicando mais de 170 livros e artigos em dezesseis línguas, além de um blog online e um podcast. E o papel das redes sociais nesse processo fornece um espaço em que as pautas dos movimentos podem ser discutidas mais livremente, além de tomarem novas formas e estéticas, uma transformação que, muitas das vezes, serve como um disfarce para tópicos xenófobos e racistas (Abrahamsen, et al., 2020).

1.2 Análises do Sul Global

Flávio Henrique Calheiros Casimiro no segundo capítulo do livro *Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016/2020)* (2021), resultado de uma série de seminários organizados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) entre 2019 e

2020 a respeito do pensamento conservador e a Nova Direita, traz um apanhado geral sobre as diferentes abordagens a respeito do fenômeno da Nova Direita. O historiador mostra preocupação com a frouxidão teórica que perpetua o tema na academia, até mesmo com o termo “Nova Direita”, explicitando a necessidade de melhor caracterização desse fenômeno e de situá-lo dentro de um contexto histórico.

O autor identifica quatro explicações para o “refluxo conservador” observado nos últimos tempos. A primeira explicação busca delimitar o conceito de Nova Direita a partir do seu caráter discursivo agressivo. A marcada truculência dos discursos daqueles pertencentes a esse movimento seria um diferencial frente às tradicionais direitas do país. Contudo, o autor argumenta que esse diferencial não é suficiente para a conceituação de uma nova direita, visto que os discursos de ódio já são características presentes no conservadorismo brasileiro. O exemplo resgatado por Casimiro é o da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, passeata organizada pela sociedade civil durante a Ditadura Militar na qual discursos agressivos e excludentes já estavam sendo empregados através de pautas como “defesa da família” e “combate ao comunismo”.

A segunda explicação busca vincular o surgimento dessa Nova Direita ao desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente no que diz respeito às redes sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, e ao *WhatsApp* e *Telegram*. É aparente, tanto para os teóricos que analisam esse movimento quanto para os usuários dessas plataformas, a massiva presença da Nova Direita nesses espaços. Blogs de notícias, política ou humor com um viés conservador e/ou reacionário ocupam a internet, seja de maneira orgânica ou financiada e organizada por entidades privadas (Casimiro, 2021), e conseguem viralizar conteúdos além de “memeficar” a discussão política nas redes. Nas palavras do autor:

É um movimento estratégico, que reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais, “viralizando” informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (fake news), em um vertiginoso e contínuo processo deliberado e muito bem estruturado de renovação (Casimiro, 2021, p. 43).

Contudo, essa vinculação se mostra problemática a nível conceitual. O uso dessas novas ferramentas não é exclusivo da direita, muito menos da direita reacionária, e a associação da Nova Direita a essa revolução no processo de comunicação restringe demasiadamente ao horizonte temporal dessas mesmas. Se seguido à risca essa conceituação, a cada nova inovação do campo uma nova expressão do movimento conhecido como Nova Direita teria de ser teorizado.

A terceira explicação se trata de uma abordagem política ao fenômeno da Nova Direita e contém duas frentes para elucidação do movimento abordado. A primeira trata a Nova Direita como uma resposta conservadora frente aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). As políticas de conciliação de classe implementadas pelo PT ao longo de seus governos - como o Bolsa Família e as cotas raciais e sociais para as universidades - provocaram a ira da classe média. Já as políticas de reforma estrutural que buscavam solucionar os problemas mais conjunturais do Brasil foram sendo abandonadas ao longo do tempo e as políticas de conciliação foram cada vez mais se voltando aos interesses das classes dominantes e do mercado financeiro, deixando as classes subalternas com esse bálsamo leviano e, mais uma vez, deixando de lado a classe média. A segunda abordagem, ainda na explicação política do fenômeno, coloca a Nova Direita como uma consequência das Jornadas de Junho de 2013, as manifestações que começaram como uma reação ao aumento do valor do transporte público e foi se tornando um movimento de insatisfação e contestação geral ao governo, culminando no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Essa mudança do foco das manifestações seria atribuída a organização da Nova Direita, paulatinamente pautando o debate ao redor da “anticorrupção”, “antipolítica” e do “lavajatismo” (apoio a operação da Polícia Federal “Lava Jato” que investigou políticos envolvidos com corrupção), e que obteve na figura de Jair Bolsonaro uma reação conservadora e reacionária aos governos do PT.

Por fim, a última abordagem é a concepção do próprio Flávio Casimiro a respeito desse fenômeno. Ele argumenta que a Nova Direita é fruto de um processo histórico de mais de trinta anos, tendo seu início na redemocratização do Brasil pós-golpe de 1964, e o que diferencia tal agrupamento político é seu *modus operandi* na sociedade civil e no Estado. É uma “atualização da hegemonia burguesa no Brasil” (Casimiro, 2021, p. 49). O argumento aludido nesse artigo, o qual Casimiro aprofundou em sua tese de doutorado em 2016, é que a forma de ação dessa direita é o que ele chama de “funcionalização do medo”. Em suas palavras:

Assim, a extrema direita constrói um discurso socialmente poderoso em torno do medo em diferentes aspectos da vida social, dentre estes destacam-se: o medo do desemprego diante da crise supostamente gerada pelo PT; o medo da violência crescente, culpabilizando, além dos governos petistas, os próprios Direitos Humanos; o medo do comunismo e do chamado “marxismo cultural” que, de acordo com esse discurso, dominaria toda produção cultural e intelectual do país; e o medo de uma suposta degeneração e desagregação da “família tradicional” e dos “bons costumes” pautados na religiosidade cristã (Casimiro, 2021, p. 51).

Casimiro exemplifica o seu argumento com a “mamadeira de piroca”, fake news inventada para manchar a imagem de Fernando Haddad na disputa pela presidência em 2018,

e o “kit gay”, uma suposta política do governo PT que seria implementada nas escolas públicas no ensino de educação sexual para as crianças.

Ele encerra seu capítulo no livro com duas ressalvas. A primeira é a de que o bloco da Nova Direita não é homogêneo, o exemplo do bolsonarismo pode ser o mais “popular” dos segmentos, mas é necessário entender o fenômeno como um processo histórico de reformulação da hegemonia burguesa brasileira. A segunda ressalva é a de que o capítulo não aprofunda em outros aspectos relevantes do movimento, como a crise de 2008, o fracasso das políticas reformistas do PT e da própria direita tradicional, o sentimento de antipolítica, anticorrupção e antipetismo, além do crescimento das religiões evangélicas pentecostais e neopentecostais, o papel das milícias nos grandes centros urbanos e as atividades das bancadas conservadoras representadas na sigla “BBB” (Boi, Bala e Bíblia).

Tatiana Vargas-Maia e Rosana Pinheiro-Machado são responsáveis pela edição e elaboração do livro “The Rise of the Radical Right in the Global South” (2023). O livro se apresenta como um compilado de artigos que, como o título apresenta, se debruçam sobre a direita radical a partir de abordagens do Sul Global. O livro é dividido em cinco seções, sendo elas: expressões do fascismo no Sul Global; estudos de caso comparado; o desenvolvimento dos Populismos Online; os movimentos “anti-direitos”; neoliberalismo e projetos contra novos movimentos da direita.

As professoras também se encarregam de redigir a introdução do livro. Ali, explicitam a necessidade de novas perspectivas para explicar o crescimento e ressurgimento da direita radical nos países do Sul Global. A necessidade de novas perspectivas se justifica pelo que as autoras chamam de “enfoque Euro-Americano” nos movimentos e partidos da direita radical que se localizam no Norte Global. Esse enfoque resulta em uma perspectiva limitada, mas ao mesmo tempo universalizante, que se baseia no contexto histórico e sociocultural do Norte Global, este sendo o colapso do Estado de bem-estar social, a questão da migração, a recessão econômica dos países ricos, o empobrecimento e ressentimento da classe trabalhadora e a revolta contra a democracia liberal (Maia e Pinheiro-Machado, 2023). Paradoxalmente, o Sul Global vivia um período de relativa prosperidade econômica e não lidava com inimigos externos, na figura dos migrantes ou refugiados, que se infiltravam no país. E ainda sim, a direita radical obteve sucesso nas eleições de diversos países. Responder esse paradoxo é um dos objetivos do livro.

Maia e Pinheiro-Machado, apesar da crítica a essa perspectiva universalizante sobre a direita radical, explicitam que o objetivo do livro não é negar as contribuições dos acadêmicos do Norte Global a respeito do objeto de pesquisa e sim destacar as idiossincrasias presentes

no Sul Global e a imprecisão da simples transposição de um arcabouço teórico de uma região a outra. A crise de 2008, o Brexit e a eleição de Donald Trump, por exemplo, são todos fatores geograficamente localizados no norte mas que tiveram impacto global e são indispensáveis para entender a direita radical. No livro, o termo “direita radical” é empregado como termo guarda-chuva e abrange “desde a direita radical até o neofascismo” (Maia e Pinheiro-Machado, 2023, p. 3).

Para não deixar de lado as peculiaridades do Sul Global nas análises envolvendo a direita radical, as autoras encerram a introdução elencando quatro elementos fulcrais do contexto histórico e social desses países. São eles: a recessão econômica e a subjetividade política; o legado da ditadura e do “homem forte”; as nuances do nacionalismo no Sul Global; o conservadorismo moral e religioso em democracias não-seculares (Maia e Pinheiro-Machado, 2023).

Muitos acadêmicos percebem a crise de 2008 como um ponto de partida para a nova direita. Tal crise agudizou a situação de muitos trabalhadores e essa situação precária foi aproveitada pela nova direita que conseguiu direcionar esse ressentimento, através de narrativas anti-establishment, para enfraquecer o Estado e reforçar o papel do indivíduo, em detrimento do coletivo. Todos remédios do arcabouço neoliberal. Os “homens brancos raivosos”, termo que dá o nome do livro de 2018 de Michael Kimmel, são o principal público que foi convencido pela direita a direcionar o sentimento de impotência em “políticas de ressentimento”, padrões de comportamento que adotam lógicas machistas, racistas e intolerantes para guiar suas agências políticas.

A conjuntura econômica tem relação com a subjetividade política dos indivíduos inseridos nela. Contudo, o mesmo fenômeno econômico pode, e muitas das vezes é, se apresentar de maneiras distintas, esteja ele no Norte ou no Sul Global. O nível de desenvolvimento dos países é um exemplo disso. Como as autoras colocam:

Várias nações hegemônicas euro-americanas vivenciaram certas fases de desenvolvimento que não podem ser replicadas em outros lugares, pois estão intrinsecamente ligadas ao imperialismo, à riqueza e aos fundamentos da democracia liberal. O problema é que a compreensão acadêmica da ascensão da direita radical aceita — ou até mesmo impõe — amplamente essas etapas como universais (Maia e Pinheiro-Machado, 2023, p. 5, tradução nossa)

Ainda sobre disparidades econômicas que afetam a subjetividade dos indivíduos, o slogan *Make America Great Again* encontra materialidade histórica e exaltação social no contexto estadunidense por remeter a época do pós-guerra, a era de ouro do capitalismo e do Estado de bem-estar social (Maia e Pinheiro-Machado, 2023). Entretanto, no caso brasileiro, por exemplo, exclamar pelo retorno da Ditadura Militar, a modo de exaltar o “milagre

econômico”, a falta de corrupção estatal, a segurança desfrutada pelos cidadãos, dentre outras ditas benesses daquele período, falha o exame historiográfico do período e se sustenta apenas na nostalgia daqueles que viveram o período, ou pior, na imaginação daqueles que ouviram histórias ou leram a respeito em livros favoráveis ao regime de exceção. Apesar das diferenças, um fator permanece homogêneo, qual seja o sucesso da ideologia neoliberal. Maia e Pinheiro-Machado (2023) apontam que a intensidade do crescimento da direita radical no Sul Global se dá pela combinação da ideologia individualizante neoliberal e a ideologia iliberal que cerceia os direitos e liberdades de grupos marginalizados.

Os estudos tradicionais (euro-americanos) partem da ideia de um “otimismo democrático”, ou seja, a ideia de que as ditaduras que ocuparam o século 20 teriam sido vencidas pela democracia, mas que o ambiente criado pelos ataques terroristas de 2001, 2004, 2005 e a crise de 2008 permitiu novamente dúvidas e ataques a respeito do sistema democrático implementado naquelas sociedades. Assim, nessa concepção, o retrocesso democrático e o crescimento da direita radical são fenômenos concatenados. No caso do Sul Global isso não acontece da mesma forma. Nesses países nunca houve uma sólida e acachapante vitória da democracia sobre regimes autoritários e, quando do caso de algum outlier, essa experiência foi vivida por um curto período. O que ocorre no Sul Global então é uma persistência e um fortalecimento das características autoritárias, nas palavras das autoras:

O legado de regimes autoritários no Sul global não é apenas uma herança recente, com alguns dos processos de democratização ocorrendo no final da década de 1980, como no caso do Brasil, mas também uma característica duradoura de seus sistemas políticos. Observar um autoritarismo persistente nos países do Sul global é reconhecer que a maior parte dessa região passou por um período de governo democrático não consolidado, com a ausência de instituições estatais eficazes, como burocracias imparciais e forças policiais. (Maia e Pinheiro-Machado, 2023, p. 6, tradução nossa).

Uma das características centrais da direita radical na literatura euro-americana é o etnonacionalismo, uma concepção que postula que o Estado-nação deve ser composto por uma maioria étnica, em alguns casos sua totalidade, que nasceu naquele país. Essa homogeneidade social obviamente é fragilizada por indivíduos externos àquele país, como é o caso dos migrantes, e é a base para as retóricas xenófobas e racistas encontradas nos grupos adeptos a essa ideologia. Como acontece com as outras características da direita radical na literatura tradicional, o fenômeno do etnonacionalismo toma outra forma quando o recorte geográfico se dá no Sul Global. As autoras pontuam que o mito da homogeneidade étnica é muito mais plausível no contexto do Norte, especialmente na Europa. O caso do Brasil, por exemplo, deixa claro que o processo colonizador foi miscigenador, criando culturas e identidades distintas, mas, ainda sim, conectadas. Isso implica na falta de um nacionalismo na

expressão sulista da direita radical? Pelo contrário. O nacionalismo no Sul Global é performado através de temas culturais, como é o caso da religião, em “uma mistura particular de autoritarismo, conservadorismo e fundamentalismo religioso” (Maia e Pinheiro-Machado, 2023, p. 8).

Ainda sobre a religião, e sua relação com o conservadorismo, a maioria religiosa do Brasil se divide em cristãos e católicos. Essa cultura religiosa exerce sua presença na sociedade e no próprio Estado, apesar deste ser laico desde 1890. Ao levar em conta o caráter secular da democracia em seu tipo ideal, parece ser possível dizer que a democracia nos países do Sul Global é um projeto ainda em construção, possibilitando a religião e o fundamentalismo agirem mais diretamente na vida de seus cidadãos, no voto e na elaboração e execução de leis e normas governamentais. A “desenfreada cruzada moral paterna que se esquiva e corrói a política” (Maia e Pinheiro-Machado, 2023, p. 8) não é um fenômeno inédito, mas é paradigmático como essas forças fundamentalistas conseguiram se tornar parte do mainstream, não só da política, mas do dia a dia dos países do Sul Global. Muitas das vezes o caráter secular do fascismo é postulado na literatura tradicional, contudo, tal qual a democracia, é preciso sublinhar a relação direta que a religião tem com esse movimento político.

Indrajit Roy em seu capítulo do livro apresenta uma análise das políticas implementadas por Narendra Modi, primeiro-ministro da Índia, traz um breve resumo de como outros teóricos compreenderam a ascensão da direita no país, dando foco para o seu conceito de “democracia fascista” e encerra a discussão apresentando alguns temas que melhor ilustram o processo histórico que vem moldando a democracia indiana desde 1989 e suas ligações com o fenômeno fascista.

Roy, sem maiores surpresas, é crítico a abordagem Euro-americana da literatura a respeito do fascismo. Ele desenvolve sua análise listando alguns elementos do governo de Modi e como esses se encaixam, ou não, na literatura sobre a direita radical. O autoritarismo, por exemplo, no caso indiano parece estar ligado a uma consequência ao processo neoliberalizante. Na tentativa de amenizar as medidas neoliberais, o pacote de medidas sociais implementado pelo governo forneceu as bases para a ascensão de um “regime político autoritário estatista que era simultaneamente tecnocrata, despolitizado e lidava com os desafios da neoliberalização através de mecanismos coercitivos institucionais e legais” (Roy, 2023). Não apenas a reforma neoliberal, mas a falha do governo em solucionar problemas estruturais, aliado a escândalos de corrupção, fomentou um ambiente propício para o desabrochar de um autoritarismo de caráter populista.

Sobre o populismo, Roy explicita com o sucesso de Modi em mobilizar o “povo” contra a “elite”, composta por liberais, esquerdistas, intelectuais e as minorias religiosas do país. O sucesso dessa estratégia, no contexto indiano, se dá pela base social que é mobilizada por Modi. As classes médias, chamadas de “classe de mezanino”, que fazem parte das castas mais privilegiadas da sociedade indiana e que não conseguem prover bens materiais condizentes com seu status social, enxergam nessa retórica uma resposta para suas condições e somam nas linhas de frente do BJP (Bharatiya Janata Party), partido de Modi.

Outro elemento presente na literatura sobre a nova direita diz respeito a regimes excludentes. Regimes que buscam encontrar nas sociedades em que estão inseridos aqueles que têm o direito de fazer parte da comunidade nacional. Grupos marginalizados socialmente ou economicamente são os principais alvos dessa cruzada, no caso da Índia é importante também o corte de caráter religioso. Um exemplo dos regimes excludentes se encontra na “democracia étnica”, que também é um conceito também mobilizado por estudiosos da direita radical. Roy, com base no trabalho do sociólogo Sammy Smooha, lista dez condições que permitem a implementação de uma democracia étnica:

- 1) A nação étnica central constitui uma maioria numérica sólida; 2) a população não central constitui uma minoria significativa; 3) a nação étnica central tem um compromisso com a democracia; 4) a nação étnica central é um grupo indígena; 5) os grupos não centrais são imigrantes; 6) o grupo não central está dividido em mais de um grupo étnico; 7) a nação étnica central tem uma diáspora considerável e solidária; 8) as terras natais dos grupos não centrais estão envolvidas; 9) ocorreu uma transição de um estado étnico não democrático; 10) a democracia étnica goza de legitimidade internacional (Roy, 2023. p. 44-45).

A última característica instrumentalizada por Roy em sua análise é o fascismo. Como dito anteriormente, Roy faz parte de uma nova leva de acadêmicos do Sul Global que criticam a definição globalizante do fascismo e buscam explicitar e entender as suas expressões em diferentes contextos. No caso da Índia, a RSS (Rashtriya Swayamsevak Sangh), mentora ideológica do BJP, se encaixa em leituras de estudiosos como fascista, pelo caráter revisionista que a organização empregou na elaboração de materiais didáticos para escolas do país, ou ainda como “ur-fascista” ou “proto-fascista” (Roy, 2023).

Por fim, é apresentada a elaboração do próprio autor a respeito da situação indiana. Na literatura tradicional, o fascismo é tido como a antítese da democracia, ou seja, o sucesso do fascismo suspende a democracia completamente. No Sul Global, no entanto, esse parece não ser o caso. Seguindo a contribuição de Berezin, Roy (2023) pensa o fascismo como um adjetivo ao invés de um verbo ou um substantivo. Assim, o governo de Modi parece traçar uma democracia fascista, um governo democrático que se entrelaça com as características fascistas. Em tal conjuntura, o nacionalismo elege os inimigos internos, a minoria muçulmana

e cristã que deve se encaixar na sociedade ou, caso contrário, deve ser eliminada, ao mesmo tempo que o Modi proclama a Índia como “mãe de todas as democracias” (Roy, 2023). Esse regime entrelaçado torna bem difícil a crítica de opositores, é simples para os governantes apontarem que ainda estão submetidos aos pesos e contrapesos do regime democrático e que respeitam as decisões tomadas por ele. Roy encerra essa análise com um agouro de que esse tipo de regime ainda vai pautar a política indiana por um tempo indeterminado.

Para Sanahuja e Burian, a nova extrema direita surge em resposta a uma crise da globalização, manifestada pela crise econômica de 2008. Globalização é concebida pelos autores dentro do conceito de estrutura histórica de Robert W. Cox, sendo assim, entendida como uma ordem internacional hegemônica sustentada e legitimada pela ordem internacional liberal (Sanahuja e Burian, 2020). Ainda nessa conjuntura, essa percebida crise hegemônica abre espaço para novos atores políticos, sendo o foco do trabalho a chamada “nova direita neopatriota”. Esta é caracterizada por dois marcos notórios, são eles: “sua marcada ideologia nacionalista e antiglobalista; seus discursos e práticas de contestação institucional e normativa frente à globalização como ordem hegemônica” (Sanahuja e Burian, 2020, p. 23, tradução nossa).

Como explicitado, o movimento da direita neopatriota surge em resposta à crise e é composto pelos “perdedores” da globalização, indivíduos que se sentem alienados das benesses promovidas pelo processo de globalização e da ordem internacional atual. Os autores chegam a apontar que esse sentimento pode até mesmo não ser pautado pela realidade, apenas a percebida perda pode ser o suficiente para que os movimentos neopatriotas apareçam atraentes para esses indivíduos (Sanahuja e Burian, 2020).

Mas nem todos os afiliados estão agrupados em um mesmo conjunto, a direita neopatriota é um termo guarda-chuva que abarca partidos e movimentos distintos. Há denominadores comuns, como o já citado nacionalismo e os discursos de contestação da ordem hegemônica, outras marcas desses movimentos se encontram na distinção schmittiana amigo-inimigo e a defesa da tradição, que muitas das vezes toma a forma de “guerras culturais” com embates contra qualquer pauta progressista e multicultural, mas também há discordâncias entre as células do movimento, na pauta econômica, por exemplo, não existe uma homogeneidade (Sanahuja e Burian, 2020).

Outra característica notada pelos autores é o caráter populista da agência política desses grupos, porém, não é apresentado um conceito claro do que está sendo chamado por eles de populismo. Ele é uma “*thin-centered ideology*”, em outras palavras, o populismo aparece em movimentos distintos, tanto na esquerda quanto na direita, e não se trata de um

marco exclusivo da direita neopatriota (Sanahuja e Burian, 2020). Nela, no entanto, o populismo se configura como uma justificativa para a atuação antielitista, no âmbito interno e externo do país, dos autointitulados representantes do povo (Sanahuja e Burian, 2020).

Para ilustrar esse argumento, o exemplo da política externa do governo Bolsonaro é utilizado. A partir da análise de Guilherme Casarões, é demonstrado como nessa, não só o binômio amigo-inimigo esteve presente, na atuação beligerante contra a suposta “nova ordem mundial” e na aproximação com países de semelhante conjuntura reacionária, mas também a atuação não-intermediada por órgão tradicionais, como o Itamaraty por exemplo, em uma tentativa de se comunicar diretamente com o “povo”, burlando os trâmites que beneficiariam as “elites globalistas”, e assim, defendendo o verdadeiro interesse da nação (Sanahuja e Burian, 2020).

Ainda sobre o “povo”, é importante apresentar como a direita neopatriota, e esse é um de seus elementos centrais, escolhe quem faz e quem não faz parte do “povo”. A tentativa de retorno a uma Arcadia original, essa sendo um passado idílico no qual a globalização ainda não havia ruído os pilares que sustentavam a cultura e o bem-estar de cada nação, implica em uma constante batalha de redefinição cultural “do popular, do nacional e do internacional” (Sanahuja e Burian, 2020, p. 28).

Exposto a gênese e as características desses grupos, Sanahuja e Burian usam a parte final de seu artigo para demonstrar como se dá a atuação desses atores no plano internacional. Para isso, utilizam do aporte teórico do “internacionalismo reacionário”, formulado por Orellana e Michelsen. A leitura feita pelos autores se apresenta como:

Para Orellana e Michelsen (2019), o internacionalismo reacionário implica uma reconceitualização do internacional a partir de discursos e ações que desafiam temas, normas e práticas liberais, abrindo caminho para um novo arcabouço institucional baseado em lógicas transacionais, de poder e identitárias de cunho ultraconservador. Dessa forma, define-se uma identidade política compartilhada, que impulsiona a convergência, a articulação e a coordenação da ação política dessas novas forças neopatrióticas de extrema direita em prol de uma ordem alternativa. Este artigo também argumenta que esse internacionalismo reacionário é uma nova expressão da distinção "amigo-inimigo", no sentido que lhe é dado por Carl Schmitt (Sanahuja e Burian, 2020, p. 23, tradução nossa).

É a partir do internacionalismo reacionário que as novas direitas se articulam a fim de não só contestar a presente ordem internacional liberal, mas também apresentar uma nova ordem que atenda os valores conservadores. É a forma, aparentemente paradoxal, que grupos nacionalistas se aproximam de outras nações com os mesmos valores e ideais, favorecendo acordos bilaterais em contraposição a fóruns multilaterais, vistos por eles como agressores da soberania nacional, e até mesmo como esses autores compartilham informações e estratégias. No entanto, o internacionalismo reacionário em si não explica o todo do movimento

neopatriota. Ligada a ele está uma característica fulcral: a narrativa amigo-inimigo da teoria de Carl Schmitt.

Para os autores, a direita neopatriota tem em seu núcleo duro a dicotomia schmittiana de amigo-inimigo, definindo assim como esses atores concebem a política (Sanahuja e Burian, 2020). O jogo político aqui é sempre um jogo de soma-zero, ou você se apresenta como um aliado, um defensor da moral e dos bons-costumes (dentro da lógica conservadora) empenhado em lutar pelo bem da nação e do seu povo, ou você é o inimigo absoluto, um “agente globalista”, um ser que busca desagregar a comunidade, a corromper os valores tradicionais e espalhar o “marxismo cultural”.

Em suma, o trabalho de Sanahuja e Burian apresenta que a crise da globalização abriu espaço para novos atores políticos, dentre eles uma nova extrema direita, chamada de neopatriota. Os autores colocam o conceito de internacionalismo reacionário no centro focal de seu artigo, utilizando-se dele para compreender a identidade, o discurso e a prática de contestação da ordem internacional liberal vigente. Junto a ele, a matriz schmittiana de amigo-inimigo demonstra como esses atores enxergam a política, articulando-se internacionalmente e sendo dependentes da construção contínua de inimigos em comum. O populismo também parece ser um elemento central desses movimentos, no entanto, ele aparece de forma difusa no trabalho, não sendo estabelecido conceitualmente de maneira consensual (os autores indicam literaturas diversas sobre o tema). Por fim, a direita neopatriota tem como objetivo a substituição da ordem internacional atual por uma ordem pautada pelos valores ultraconservadores, dessa forma eles acreditam que conseguirão retomar a Arcadia original, perdida com os avanços do processo de globalização.

Saindo um pouco da dimensão teórica e conceitual, o trabalho de Barbosa e Casarões analisa a realidade brasileira, mais especificamente, a trajetória eleitoral de Jair Bolsonaro e o papel que a religião teve na sua campanha e no período de sua administração. A partir dessa análise, os autores buscam demonstrar o seu argumento principal, que a religião é um caminho frutífero para a análise desse movimento social, ainda que pouco explorado, e apresentar um subconjunto específico dentro do grande guarda-chuva invocado pelo termo “nova direita”, este sendo: a direita radical populista-religiosa (*religious-populist radical right*) (Barbosa e Casarões, 2023).

O artigo é dividido em quatro etapas. Primeiro é feita uma conceitualização do objeto a ser tratado no estudo, uma diferenciação entre direita radical e extrema direita, quais os pilares funcionais e crenças fundamentais da primeira, um breve resgate da literatura sobre o tema e como a religião, e também o nacionalismo religioso, pode ser uma ferramenta

esclarecedora para explicar a ascensão da direita radical na atualidade. Em um segundo momento os autores examinam a campanha de Jair Bolsonaro afim de observar como os atores da direita radical utilizam de narrativas de cunho religioso para mobilizar a população e obterem êxito nas eleições. Em seguida, uma vez eleitos, como esses líderes utilizam da religião durante a administração estatal. Por fim, como a religião influencia na visão de mundo internacional desses indivíduos e nas cooperações com outros países também sitiados pela direita radical.

Barbosa e Casarões definem *far-right* como um termo abrangente para diversos grupos políticos, que se diferem entre si de acordo com duas variáveis comuns a eles: nativismo e autoritarismo (2023). O nativismo se refere a uma combinação de nacionalismo e xenofobia que busca imputar aos indivíduos que nasceram naquele país o direito exclusivo de viver ali, enquanto todos os estrangeiros que lá vivem apresentam uma ameaça para a essência da nação. Já o autoritarismo diz respeito a uma concepção social baseada em rigorosas ordens de conduta, sejam elas de cunho legal ou moral, e a punição estatal ou não-estatal a aqueles que violem essas regras (Barbosa e Casarões, 2023).

Dois subgrupos da *far-right* são mais conhecidos, a direita radical, esse grupo ainda joga o jogo democrático, porém questiona aspectos liberais fundamentais da democracia (individualismo, laicidade, liberdade de expressão, etc.), e a extrema direita, grupo esse que se opõem totalmente a ideia de democracia, exemplificado pelos partidos fascistas da década de 30 (Barbosa e Casarões, 2023). O objeto de análise do trabalho se encontra no primeiro grupo que, além do nativismo e do autoritarismo, traz consigo um terceiro pilar, o populismo. Esse último é definido (novamente) como uma “thin ideology” que torna a sociedade um campo de batalha, onde o “verdadeiro povo” combate a “elite corrupta” que tenta destruir o país (Barbosa e Casarões, 2023).

Os três pilares narrativos mencionados acima são a base teórica da direita radical populista, mas a sua práxis se dá através da metapolítica. Como já citado no trabalho de Abrahamsen, et al., essa direita trava guerras culturais a fim de mudar os padrões de sociabilidade aceitos em uma determinada comunidade com o objetivo de realizar mudanças políticas que se sustentam a longo prazo, visto o aporte dado a elas pela população, caso essa mudança de senso-comum seja bem-sucedida (Barbosa e Casarões, 2023). Ainda sobre a relação entre guerra cultural e os valores tradicionais defendidos pela direita radical, os autores apontam:

Consideramos que a cruzada de Bolsonaro pelos "valores familiares" em casa faz parte de uma "guerra cultural" religiosa com consequências políticas drásticas no Brasil – e, potencialmente, na política global em geral. Se a religião desempenhou

um papel fundamental na formação das narrativas da direita radical em seu caminho para o poder no Brasil, a guerra cultural é um meio pelo qual o projeto político-religioso é concretizado, conjurando um imperativo moral que vai além do âmbito da religião, mesmo que ainda mantenha fortes conotações religiosas. (Barbosa e Casarões, 2023, p. 690, tradução nossa).

Quais seriam as crenças fundamentais da direita radical populista? De forma genérica, os ideais desse grupo se apresentam como uma antítese da ordem multilateral global. No âmbito interno, eles acreditam que o “verdadeiro povo”, uma imagem imaginada por eles como sendo monotética e homogênea, são os únicos detentores de direito e qualquer tentativa de multiculturalismo ou igualdade social configura uma ameaça à nação. No âmbito externo, as nações deveriam ser soberanas e independentes, e o contato e eventual cooperação dessas unidades etnonacionais deve ser pautado pelo respeito a particularismos culturais e ao tradicionalismo (Barbosa e Casarões, 2022). De maneira sintética, os autores apontam: “Radical right populists, therefore, dismiss universalist aspirations and multilateral cooperation as part of their idea of international order, often portraying them as part of a ‘globalist’ conspiracy to destroy traditional values related to the family, the nation, and God.” (Barbosa e Casarões, 2023, p. 678).

Apesar da posição contrária a projetos universalistas e cooperação multilateral, a direita radical é inegavelmente um fenômeno transnacional. Esses “anti-globalistas globalizados” (Barbosa e Casarões, 2023, p. 678, apud Grumke, 2013) dependem da cooperação internacional de atores com ideais semelhantes para avançar seus projetos e para fazer frente a ordem liberal vigente, tal fenômeno é o que De Orellana e Michelsen (2019) chamam de “internacionalismo reacionário”. Esse aparente paradoxo pode ser respondido, para Barbosa e Casarões, através do nacionalismo religioso, definido como: “a social movement that claims to speak in the name of the nation and that defines the nation in terms of religion” (Barbosa e Casarões, 2023, p. 679, apud Gorski e Türkmen-Derivoğlu, 2013). A religião, apesar de não estar presente em todos os casos da direita radical populista, muitas vezes é usada pelos líderes e atores desse movimento para expressar suas narrativas de forma “velada” e também se apresenta como elemento que supera os limites da nação, angariando aliados internacionais (Barbosa e Casarões, 2023).

Assim, quando a direita radical utiliza da religião para se eleger, a considera em suas estratégias de governo e pauta sua política externa a partir dela, um novo tipo de movimento político emerge, batizado pelos autores de “direita radical populista-religiosa”. O lastro empírico para essa conceitualização feita pelos autores se encontra no governo de Jair Messias Bolsonaro. Em sua campanha, o candidato performa os três pilares da direita radical

populista, através da religião. Bolsonaro utilizou da cristandade como uma divisão entre a “verdadeira” população brasileira, em oposição a religiões de matriz africana ou indígena, e, portanto, entre os que merecem direitos e aqueles que não (nativismo); se apresentou contra o caráter laico da Constituição, argumentando que o país deveria ser governado por crenças cristãs, sistematicamente colocou em questionamento a legitimidade de seus oponentes políticos e se utilizou de versos bíblicos para deslegitimar a imprensa e justificar seus ataques a ela (autoritarismo); ao decretar em um discurso que as minorias devem se curvar às maiorias, é clara a cisão que o então candidato buscava criar – os “verdadeiros brasileiros”, aqueles nascidos no país e que seguem a fé cristã e o código de conduta conservador, contra o resto da população (populismo) (Barbosa e Casarões, 2023).

A escolha do caso utilizado para sustentar o argumento é certa, afinal, o slogan utilizado tanto na campanha quanto no governo por Jair Bolsonaro é “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A frase demonstra a ligação umbilical entre a religião e a política tão presente nas estratégias empregadas pelo ex-presidente e o caráter indissociável dessa. Mais especificamente, é através do nacionalismo religioso que o avanço das pautas mais “escandalosas” da direita acontece e ele se mostra tão eficiente devido ao caráter “apolítico” e transnacional da religião. Ela consegue se infiltrar em diversos círculos da sociedade e até mesmo conectar indivíduos no plano internacional. Citando Minkenberg, os autores apontam: “the ethnopluralist argument has turned religion into a master frame that is meant to provide a direct link between these groups and the political mainstream, thereby bypassing all parties and partisan discourse.” (Barbosa e Casarões, 2023, p. 679)

Sobre o caráter internacional da direita radical populista religiosa, a religião impacta diretamente na visão de ordem mundial e na cooperação desses líderes em três principais fronts (Barbosa e Casarões, 2023). A primeira diz respeito à concepção de inimigos em comum representados na forma de comunistas, socialistas, globalistas e ou cosmopolitas. Globalismo se tornou um termo comum entre os adeptos da *far right* e se refere a uma teoria de conspiração que diz que bilionários capitalistas querem dominar o mundo e atingem esse objetivo a partir da disseminação de valores progressistas e da destruição da família, da nação e de Deus (Barbosa e Casarões, 2023). A segunda se refere a sua concepção de como a ordem internacional deve se organizar. O foco dado pela direita nos ideais nativistas conseguiu transformar o racismo e xenofobia escrachado das antigas narrativas do fascismo em pautas mais palatáveis, embaladas dentro de uma noção de etnopluralismo e até mesmo “se apropriando do conceito da esquerda do ‘direito de ser diferente’” (Barbosa e Casarões, 2023, p. 693, tradução nossa). A terceira dimensão se refere a noção de império e de civilização.

Diferentemente das concepções liberais ou marxistas dos termos supracitados, a ideia de império na direita radical é o “resultado de um amplo grupo de nações unidas por fundações culturais (e espirituais)” (Barbosa e Casarões, 2023, p. 696-697, tradução nossa).

1.3 A caminho de uma síntese

É aparente a intertextualidade dos trabalhos aqui selecionados. Isso ocorre não só pelo objeto comum sendo estudado em cada um deles, é ocasionado também pelas mesmas derivações teóricas que os autores sintetizaram ao longo de suas análises. Apesar de batizarem o fenômeno observado de diferentes nomes, há fios condutores que ligam esses trabalhos de forma umbilical.

A crise da globalização é um ponto crítico a ser estudado pois muitos apontam ela como o berço do movimento da direita radical contemporânea. Ainda que existam divergências na literatura a respeito da classificação sobre o que a globalização é – se seria uma fase de transnacionalização do capital ou se seria uma consequência de um projeto de dominação do liberalismo gerencial – o marco temporal de quando o processo surgiu, pelo menos, se sustenta ao longo dos trabalhos a respeito do tema. Contudo, trazendo à tona a abordagem euro-americanizante dada como neutra na maioria da bibliografia, como nos apontam Maia e Pinheiro-Machado, a crise de 2008 deixa de ser tão central quando se trata das direitas do Sul Global. Muitos desses países não passavam momentos de crise e, como é o exemplo do Brasil, alguns deles se encontravam em momentos de bonança econômica e prosperidade social.

Conceber a política dentro da lógica de Carl Schmitt também é um ponto comum entre os trabalhos. Seja o caso de observar as organizações e movimentações da direita radical a partir do ótica schmittiana para fazer sentido das mesmas, seja como uma literatura utilizada pela própria direita para nortear suas estratégias tanto no âmbito nacional quanto no internacional. A própria divisão interna/externa nesse contexto é um tanto quanto irrelevante, visto que, dentro da cosmovisão dos líderes dessa direita, o inimigo interno, independente das variadas formas que ele possa se encobrir, nada mais é do que um agente a mando da elite globalista, que configura o inimigo externo. É também a partir da lógica do inimigo comum que a direita busca forjar suas alianças, o que impacta diretamente sobre a sua política externa

Algo que contribui com a classificação de “nova” direita, feita por alguns autores, diz respeito à “camuflagem” de certas pautas provenientes do fascismo de 1930. O disfarce de discursos xenofóbicos e violentos contra certas minorias é diluído através de memes e *dog whistles* que circulam amplamente pelas redes sociais, sejam elas abertas como o Twitter e

Facebook, ou fóruns mais obscuros protegidos pelo anonimato, como é o caso do 4chan. Para além dessa estratégia de “guerrilha”, organizações e indivíduos interessados no sucesso desses grupos políticos investem de maneira significativa na propagação dessas ideias de uma forma mais “acadêmica”, por meio de escolas conservadoras, *think tanks*, editoras e produtoras que veiculam materiais que compartilham dessas pautas, como o trabalho de Abrahamsen, et al. demonstra. O movimento de camuflagem de pautas também aparece no trabalho de Barbosa e Casarões, mas lá ele se dá a partir da religião. Tendo em vista que os globalistas objetivam destruir a tríade da família, nação e Deus, o ato religioso toma forma de um ato de resistência contra as maquinções da elite global, mas isso não passa de um discurso que busca cooptar a população local. O que de fato acontece, através da performance desse nacionalismo religioso, é a contestação de elementos chaves da democracia e da ordem liberal internacional.

A contribuição de Abrahamsen, et al. também ajuda a entender o porquê essa direita utiliza de discursos inflamados tão frequentemente. A contestação de elementos fundamentais a democracia, a concebida hipocrisia da elite governante, a tentativa de extremar o debate, que também facilita a criação do inimigo e transforma posições apaziguantes em irrelevantes, são alguns dos elementos que justificam essa agressividade comunicacional que não se limita apenas às redes sociais. Esses discursos são marcas aparentes em pronunciamentos oficiais, entrevistas, debates, discursos em fóruns internacionais e configuram a normalidade de ação dos líderes dessa direita, não sua exceção.

Outro ponto central dos trabalhos é a internacionalidade do movimento. Apesar do caráter profundamente nacionalista desse subgrupo da direita, a internacionalização deles é fundamental para a compreensão de suas ações e suas alianças heterodoxas e para basilar as teorias a respeito deles de maneira completa e sólida. A contestação da ordem internacional vigente e a proposição de uma alternativa a ela, fundada a partir de princípios iliberais, conservadores e tradicionais, sustenta a posição de *outsider* que muitos desses líderes tomam para si. Contestar a ordem internacional de maneira perceptível também demanda a necessidade de aliados. Se apenas um dos países se apresentasse contrário a ela, pouco importaria ao resto do mundo “normal”. Contudo, ao se coagularem em um grupo de países, contando até mesmo com superpoderes globais (como é o caso dos Estados Unidos), tanto a sua ameaça ao *status quo* quanto seu projeto alternativo têm de ser levado a sério.

Por fim, outra linha comum presente nas análises é o caráter populista do movimento. Essa presença pode ser central ao argumento do autor, como é o caso de Barbosa e Casarões e Abrahamsen, et al., ou pode ser um comentário geral sobre o movimento, visto em Sanahuja e Burian. O populismo não pode ser desconsiderado na teorização da direita radical, essa matriz

discursiva é base do discurso povo contra a elite, o que também entra na lógica da diferenciação amigo-inimigo. Ele também serve tanto no âmbito interno quanto no externo, visto que o inimigo interno é apenas um agente do inimigo externo, as elites globalistas que buscam destruir a nação e a identidade própria da mesma. Para além, é a partir dele que se dá a construção do “verdadeiro” povo. A estratégia de representar os interesses da nação está baseada nela, esses líderes realizam uma escolha arbitrária de valores, religião, etnia e costumes que representam esse povo monotético, em detrimento do resto da população que não se encaixa no molde criado por eles. O Estado então trata como cidadão apenas esse recorte específico da população, apenas os que se inserem nele são dignos de direitos e, em último caso, de existir dentro daquela unidade etnonacional relegando ao resto da população o papel de ameaça.

2 O MUNDO É TUDO O QUE OCORRE, O MUNDO “PARALELO” É TUDO O QUE GOSTARÍAMOS QUE TIVESSE OCORRIDO

O presente capítulo busca demonstrar como as produções audiovisuais da empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação, Brasil Paralelo (BP), contém uma série de narrativas que buscam moldar o senso comum, no sentido gramsciano, daqueles que a assistem em prol de um projeto político benéfico a classe burguesa do país. Através da análise de algumas das obras produzidas pela BP, “Congresso Brasil Paralelo”, “A Sétima Arte” e “1964: O Brasil entre Armas e Livros”, dos artigos e matérias publicados em seu site oficial, reportagens realizadas por mídias independentes, assim como entrevistas realizadas com os membros fundadores da empresa, têm-se como objetivo sublinhar as marcas discursivas que guiam os documentários e transparecer que a perene narrativa de neutralidade, usada amplamente pela empresa tanto como marketing quanto como escudo perante as críticas, não se sustenta perante o escrutínio de indivíduos intelectualmente honestos e minimamente versados nas ciências sociais.

O capítulo se divide em quatro seções. Na primeira seção contaremos a história de fundação da empresa e como ela está atualmente, no ano de 2025. A partir das informações disponibilizadas no site oficial da empresa e de entrevistas com os membros fundadores, contamos com fontes fortes para contar como Filipe Valerim, Henrique Viana e Lucas Ferrugem se conheceram, ficaram amigos e se dedicaram a mudar a situação cultural e política do país. Apresentamos os números da empresa em contraste com empresas americanas análogas e sua grade de programação no YouTube e plataforma de streaming exclusiva.

A segunda seção apresenta a BP como um aparelho de ação doutrinária, agindo para a divulgação e legitimação de uma ideologia particular. Na nossa leitura, que bebe dos e faz coro com os trabalhos de Flávio Henrique Calheiros Casimiro e Mayara Balestro dos Santos, é mais um da longa lista de aparelhos privados de hegemonia que servem os interesses da burguesia e agem de modo a legitimar a ideologia da classe dominante. É demonstrado que para além das peças propagandísticas trajadas de documentários, a BP atua na formação direta de estudantes de ensino fundamental, através do Projeto Mecenaz, e disponibiliza cursos de núcleo livre, bônus concedido a partir de um certo nível de assinatura.

Na seção seguinte retomamos as contribuições de Antônio Gramsci, não apenas para compor o marco teórico do presente trabalho, mas também para desmentir a construção do intelectual sardo como uma espécie de bicho-papão, ou melhor seria dizer um guru místico do comunismo, que conseguiu disfarçar a ideologia vermelha e introduzi-la clandestinamente no

seio das sociedades ocidentais, construção essa expressada por muitos dos entrevistados dos documentários da BP.

Na última seção, temos a análise das obras produzidas pelas BP com foco especial nas matrizes discursivas contidas nelas. Três dos documentários da produtora foram escolhidos por diferentes razões: “Congresso Brasil Paralelo” é o primeiro lançamento e sendo assim oferece os esboços de ideias que tomariam mais peso e definição com a maturação da empresa; “A Sétima Arte” revela a relação e a concepção da empresa para com o cinema, o que define uma boa obra e quais são os possíveis usos políticos dessa linguagem artística; “1964: O Brasil entre Armas e Livros” é a obra de maior sucesso da Brasil Paralelo, dessa forma, analisá-la demonstra quais as narrativas que foram expostas para o maior número de espectadores. A partir das contribuições da Análise de Discurso, identificamos cinco matrizes que se apresentam ao longo das produções, artigos e marketing da empresa porto-alegrense.

2.1 Dossiê Brasil Paralelo

A Brasil Paralelo (BP) é, em suas próprias palavras, “uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação” (Brasil Paralelo, 2025). Fundada em 2016 por cinco pessoas, dentre elas, apenas três ainda se mantêm à frente da mesma, Filipe Schossler Valerim, Henrique Leopoldo Damasceno Viana e Lucas Ferrugem de Souza, amigos da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), na cidade de Porto Alegre. Como contam em seu site, Valerim, Viana, Ferrugem e mais dois amigos conseguiram do próprio bolso e através de empréstimos bancários a quantia de 13 mil reais para fundar a “LHT Higgs Produções Audiovisuais Ltda”, razão social daquela que mais tarde seria conhecida como “Brasil Paralelo” (Brasil Paralelo, 2022).

Em uma aula de “ética corporativa e sustentabilidade” uma discussão surgiu a respeito da implementação de agências do Itaú em favelas e a promoção da cultura local realizada pelo banco. A discussão, de maneira geral, debatia se era ou não cultura a cultura da favela. Segundo Ferrugem, “havia degradês nessa conversa, não era tão aberta assim, havia um ponto específico lá” (Brasil Paralelo, 2021). Ferrugem e Viana discordaram da sala em um ponto que relacionava a cultura da favela e a ditadura militar e essa confluência de pensamentos serviu como o pontapé inicial da relação dos dois. Valerim integra o grupo um pouco mais tarde, já conhecido de Viana da época do colégio onde montaram uma banda de pagode, episódio esse que iniciou Viana no mundo do empreendedorismo pois ele agia como o produtor da banda além de ser um de seus percussionistas.

A semente que germinaria em 2016 na Brasil Paralelo teve o início do seu cultivo em meados de 2013 (Carlos Alberto Di Franco, 2021). O contexto sócio-político do país, manifestado nas Jornadas de Junho, levaram os três amigos às manifestações e a reivindicações de pautas que ali estavam sendo clamadas, o que também estimulou-os a começar a pesquisar e consumir conteúdos disponíveis na internet a fim de entender o momento que o país estava vivendo e qual seria uma possível solução para o mesmo. Esses conteúdos, como Viana informou a Revista Esmeril em 2020, são os disponibilizados pelo Instituto Mises Brasil e o Cursos Online de Filosofia (COF) ministrado por Olavo de Carvalho (Revista Esmeril, 2020). Dois anos mais tarde, em 2015, com essa carga de pesquisa e debate Filipe, Henrique e Lucas montaram uma palestra, um “storytelling”, e apresentaram suas elucubrações a um grupo de 4 pessoas. A apresentação fez sucesso e no próximo encontro cerca de 80 pessoas já se reuniam para ouvir essa análise de conjuntura feita pelos jovens porto-alegrenses, o que tornou um encontro de grupo realizado quinzenalmente. Como o próprio Henrique Viana deixa claro eles não se colocavam como autoridades intelectuais daquele assunto - como não o fazem até na data de redação deste trabalho - mas tinham o diferencial do “storytelling”, técnica utilizada amplamente no marketing e no jornalismo para que a exposição de dados de natureza mais técnica seja constituído em um arco narrativo semelhante a jornada do herói, exposto por Joseph Campbell em “O Herói de Mil Faces”, cativando assim o ouvinte. A técnica do “storytelling” é um dispositivo perene nas produções da Brasil Paralelo. A conclusão da palestra era de que o inimigo do Brasil não era simplesmente o PT e que os problemas do país não seriam solucionados apenas pelo impeachment, a raiz do problema estaria no plano cultural e era nesse plano que as mudanças deveriam ser realizadas. “Cultura” essa que não surge *ex-nihilo*, ela é um produto do que o homem produz, seja na prática, na convivência ou por meio dos símbolos sendo definida brevemente por Henrique Viana como: “o que as pessoas pensam, o que elas fazem [e] como elas agem” (in Carlos Alberto Di Franco, 2021). Dado o diagnóstico da doença enfrentada pelo país, o público instigou-os: o que fazer? Qual seria a saída desse ciclo?

Baseados em uma convicção que o mundo, especialmente o hodierno, só muda a partir do protagonismo das empresas e também interessados em garantir o seu sustento e, eventualmente, construir seus patrimônios “como todo homem livre do Ocidente” (Viana in Carlos Alberto Di Franco, 2021, 9:51 a 9:54), os três amigos montaram o que mais tarde iria se constituir como um dos maiores ecossistemas de entretenimento da história recente do Brasil. O primeiro projeto da empresa foi o “Congresso Brasil Paralelo”, originalmente concebido como um evento online no qual os participantes tomariam parte de uma série de

palestras de especialistas sobre diversos temas. Contudo devido ao grande número de material coletado nas entrevistas, o caráter diverso das mesmas, a necessidade da construção de uma narrativa, parte essencial da estratégia do storytelling, e tentando manter o estilo dos encontros que o grupo já organizava, tal projeto se transformou em uma série de documentários intitulados também “Congresso Brasil Paralelo”. O primeiro episódio dessa série “Panorama Brasil - Um Raio X Inconveniente” veio a ser o primeiro vídeo publicado pela Brasil Paralelo em seu canal de Youtube, tendo como 16 de dezembro de 2016 a data de seu envio e totalizando 5.244.001 visualizações na data de escrita deste trabalho. “Congresso Brasil Paralelo” conta com mais cinco episódios, listados aqui acompanhados de seus números de visualizações e suas data de upload: “Terra de Santa Cruz” com 652.899 visualizações publicado em 15 de dezembro de 2016; “As Raízes do Problema - Como chegamos aqui?” com 784.892 visualizações publicado em 17 de julho de 2017; “Dividindo pessoas, centralizando o Poder” com 1.775.158 visualizações publicado em 16 de dezembro de 2016; “Propostas” com 835.916 visualizações publicado em 23 de dezembro de 2016; “Impeachment: do Apogeu à Queda” com 2.900.814 visualizações publicado em 5 de abril de 2017. Logo no ano seguinte, em 2017, lançam um de seus maiores sucessos, o documentário “Brasil: A Última Cruzada”. O documentário na verdade é composto por sete episódios e retrata a história do Brasil, tendo o seu início na formação de Portugal e encerrando a sua análise com a Ditadura Militar brasileira, com o filme “1964: O Brasil entre Armas e Livros”.

O nome “Brasil Paralelo” revela um pouco da cosmovisão neoliberal que guia Viana, Valerim e Ferrugem. Algumas outras ideias haviam sido sugeridas para batizar a nova empresa, como “Brado”, “Paralelo 15” ou “Paralelo 30”, esses últimos referências aos paralelos que passam respectivamente sobre Brasília, a capital e centro político do país, e sobre a cidade de Porto Alegre, na qual eles se conheceram e tiveram a ideia de criação da empresa, mas um lampejo de criatividade em uma madrugada fatídica fez com que o nome atual surgisse e todos os presentes nessa reunião concordaram com esse nome, como conta Viana na entrevista com Di Franco (2021). Mas o que poderia significar “Brasil Paralelo”? Viana explica:

A gente sempre foi muito liberal, sempre foi muito... Sempre teve uma ojeriza assim do Estado, dessas relações estatais, da interferência do Estado, do Estado querer ele fazer cultura e administrar mal o dinheiro, interfere onde não é pra interferir e tudo mais, então a gente falou assim ‘a solução é paralela’. [...] a gente tem uma descrença completa com Brasília, com político, com congresso, tudo né? Então a solução tem que ser paralela. Tem que vir de uma conscientização, de uma educação, das pessoas sendo melhores, melhores eleitores e etc. e tal, aí eles vão, nós vamos produzir alguma coisa melhor lá em Brasília, mas a solução ela tem que tá desconectada disso, né? [...] Você pode ser anárquico, por exemplo, você pode querer destruir o Estado. Não combina muito com a gente [...] a gente tem uma

mentalidade assim conservadora, né? Valores conservadores. Então a gente não quer brigar, não quer destruir, não quer discutir. Beleza, deixa Brasília acontecer, a gente respeita, a gente paga nossos impostos, a gente segue a lei, tudo certo, né? A gente tem nossas críticas mas a gente obedece [...] não queremos gerar instabilidade mas queremos mudar as coisas, então o que que a gente faz? A gente faz o nosso jogo aqui, sem interferir, sem pedir nada. Então a gente estabeleceu desde o início que a gente não ia pedir dinheiro público, não ia aceitar nenhum dinheiro público, não ia usar nenhuma Lei Rouanet nem nada e é assim até hoje. Até mesmo empréstimo [...] pegamos o empréstimo mais caro pra não usar dinheiro público. A gente tá fora desse jogo (Carlos Alberto Di Franco, 2021, 13:33 a 15:27).

O nome, e até a logo da empresa, também faz referência ao filme “Interestelar” de 2014 dirigido por Christopher Nolan. O filme se passa em um futuro distópico no qual um grupo de astronautas precisa atravessar um buraco negro chamado Gargantua em busca de um planeta habitável para a humanidade. A logo da empresa mescla a representação de Gargantua com a bandeira do Brasil e, assim como o nome, refletem:

a ideia de que a marca é a conexão com outra realidade, paralela, independente do Estado. Paralela, inclusive, ao que as pessoas estavam acostumadas a ver na mídia convencional. O nome é uma referência a uma forma de agir, totalmente independente de dinheiro público, políticos ou leis de incentivo audiovisual, afinal, duas retas paralelas nunca se encontram (Brasil Paralelo, 2022).

A Brasil Paralelo teve seu *début* no Fórum da Liberdade em 2017 (Casimiro, 2020). O Fórum da Liberdade também foi o palco de estreia de outros aparelhos de ação doutrinária e de ação política como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Instituto Millenium (IMIL), o Instituto Mises Brasil (IMB), dentre outros. A Brasil Paralelo se configura como o mais recente aparelho privado de hegemonia (APH) que a burguesia brasileira usa para se consolidar no tecido social do país. Para Casimiro, é essa mudança de *modus operandi*, produzindo e difundindo material de cunho ultraliberal e conservador nas redes sociais, que é uma das marcas distintas da “nova direita” que vem sendo observada no Brasil e no mundo.

Brevemente sobre os outros APHs, o Instituto Millenium foi lançado em 2006, o Instituto Mises Brasil em 2010 e em 2012 o Estudantes pela Liberdade, organização que tem no MBL sua célula de organização política, todos no Fórum da Liberdade, este “evento catalisador da ideologia neoliberal, libertária e liberal-conservadora” (Casimiro, 2020, p. 78). Para Casimiro (in Santos e Miranda, 2020, p. 99), é a partir da Brasil Paralelo que “a direita brasileira, passa a disputar no campo da narrativa histórica, como forma de justificação de suas pautas reacionárias, antiprogressistas e autoritárias do presente.”. Ainda sobre o Fórum da Liberdade, Casimiro (2020, p. 72) afirma que ele representa “um dos principais e mais divulgados eventos de difusão de valores e da concepção de mundo neoliberal realizado no Brasil” e para Santos (2021, p. 76) ele age apresentando “propostas de políticas públicas, cobra e exerce pressão sobre sociedade política pela aprovação de projetos e reformas,

articula distintas frações da burguesia brasileira, agrega e organiza novos intelectuais”. Ele é organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), uma organização fundada em Porto Alegre em 1984 e um dos primeiros APH que surgiram próximo ao período da redemocratização do Brasil que buscavam atualizar as formas de dominação da burguesia brasileira, assim como repensar a inserção do país no capitalismo internacional (Casimiro, 2016).

Segundo a Forbes (2023), de forma geral a Brasil Paralelo só perde em relação a PragerU, nas métricas de engajamento em redes sociais de empresas focadas em vídeos informativos, educacionais ou políticos, e para a Heritage Foundation, em relação a arrecadação. E seguindo o mais recente ranking de sociedades pró-livre mercado, a BP continua na frente da concorrente americana em números de inscritos no YouTube (4.35 milhões versus 3.36 milhões) e seguidores no Instagram (3.6 milhões versus 2.3 milhões) (Forbes, 2025). Sobre o desempenho da Brasil Paralelo, o autor do ranking, Alejandro Antonio Chafuen, pinta uma imagem condizente com as análises da empresa sobre o Brasil:

O alcance da Brasil Paralelo continua impressionante; apesar dos desafios políticos do Brasil, o grupo agora está à frente do PragerU em seguidores no Instagram e inscritos no YouTube. A população do Brasil é um terço menor que a dos Estados Unidos, e seus tribunais tendem a praticar *lawfare* contra qualquer um que se oponha ao governo estadista (Chafuen, 2025, tradução nossa).

A concorrente estadunidense da Brasil Paralelo na disputa digital por seguidores é a PragerU, uma “universidade” conservadora online. Fundada em 2009 a PragerU é fruto da parceria de Dennis Prager, radialista e talk show host, e Allen Estrin, roteirista e escritor. A Prager University oferece os “5-minute videos”, vídeos curtos sobre uma variedade de tópicos abrangendo economia, política, moral, religião, dentre outros, em seu canal no YouTube e também no seu site “prageru.com”. Além dos vídeos de cinco minutos, a PragerU também conta com um catálogo de programas para jovens adultos e até um catálogo para crianças. Em suas próprias palavras a PragerU é “a organização de mídia mais influente do mundo que promove os valores americanos de vida, liberdade e busca pela felicidade por meio de conteúdo educacional gratuito para todas as idades” (PragerU, 2025, tradução nossa). No canto inferior direito da sua homepage, de maneira que parece buscar a não-litigiosidade, informa os seus visitantes que “a PragerU não é uma universidade credenciada, nem afirmamos ser. Não oferecemos diplomas, mas fornecemos vídeos educacionais, divertidos e pró-americanos para todas as idades.” (PragerU, 2025, tradução nossa).

Outro empreendimento americano, este mais semelhante ao modelo da Brasil Paralelo, é a plataforma “The Daily Wire”, idealizada por Ben Shapiro e Jeremy Boreing. Em parceria

com o produtor Caleb Robinson, a The Daily Wire foi fundada em 2015 a partir do investimento de 4,7 milhões de dólares do bilionário Farris Wilks, junto de seu irmão Dan Wilks, ambos são notórios patrocinadores de empreendimentos de caráter conservador nos Estados Unidos, e quatorze meses depois de sua inauguração a companhia obteve seu primeiro lucro e vem se expandindo desde então (The Daily Wire, 2025). O seu serviço de streaming, DailyWire+, foi lançado em junho de 2022 e tornou-se uma espécie de congregador de *talking heads* da direita conservadora norte-americana. Além das produções cinematográficas próprias, podcasts e vídeos exclusivos, a DailyWire+ conta com nomes como Jordan B. Peterson, Matt Walsh, Michael Knowles, Candace Owens, entre outros e até mesmo produções de outras empresas, como a previamente citada PragerU.

A ascensão meteórica parece ser uma característica comum de empresas desse ramo. Os dados de 2021 referentes a Brasil Paralelo atestam mais de 12 milhões de espectadores únicos – estima-se pelo menos que esse valor seja 50% maior pelo fato de um único dispositivo ter a capacidade de ser visto por mais pessoas levando esse cenário para 15 milhões de espectadores – 200 mil assinantes, mais de 100 funcionários e a estimativa daquele ano era que eles dobrassem a receita (Carlos Alberto Di Franco, 2021). Em um vídeo do mesmo ano postado pela empresa, se apresenta os dados sobre o número de membros assinantes e a receita e geração de caixa compreendendo os anos de 2016 a 2020: de 3,4 mil assinantes e R\$ 1,3 milhões em 2016 para 186,2 mil e R\$ 29,9 milhões (Brasil Paralelo, 2021).

A partir disso, Viana (in Carlos Alberto Di Franco, 2021) examina a hipótese de uma demanda reprimida sentida pela sociedade brasileira referente a uma narrativa independente que ajuda a entender como uma empresa fundada por três amigos de Porto Alegre em 2016 conseguiu quatro anos mais tarde mudar sua sede para São Paulo e em 2021 lançar seu serviço próprio de streaming, tudo isso com apenas a contribuição de seus assinantes. Outro sócio-fundador, Filipe Valerim, comenta que a ideia de ir para São Paulo foi baseada em uma “influência mental” pois financeiramente não fazia sentido a mudança para a capital paulista visto o seu alto custo de vida (custo 3 a 4 vezes maior do que em Porto Alegre), ainda mais pelo fato do produto da BP ser digital não importando assim a localidade da empresa. Filipe Valerim diz que “as coisas lá [São Paulo] acontecem num ritmo diferente” (Não Minta Pra Mim, 2025). Essa mudança foi um “ano difícilíssimo” para a empresa. A mudança, o alto custo logístico e de vida, muitos dos funcionários que acompanharam a empresa tiveram que voltar para Porto Alegre e as contratações feitas para suprir a demanda de trabalho não foram exitosas. 2019 foi um ano que minou as reservas da empresa, mas o ano de 2020 foi quando

acertaram o modelo de negócios com a estréia de “Pátria Educadora”, um documentário de três episódios que examina a influência de Paulo Freire sobre a educação brasileira (Não Minta Pra Mim, 2025).

Ainda sobre a demanda reprimida, Viana comenta que há formas de responder a ela. Uma delas é gerar fervor, produzindo conteúdos de baixa qualidade para saciar o apetite da audiência, contudo, se trata de uma coisa efêmera que logo se esvai. A outra forma é gerar valor na vida das pessoas, isso é uma estratégia de venda a longo prazo e é o que as empresas deveriam buscar. Para cobrar valor no seu produto é necessário qualidade, é necessário entregar aos clientes “algo maior”, é preciso gerar uma relação “edificante” entre o provedor de um serviço ou produto e seu cliente. A relação entre atendentes e assinantes, assim como os comentários do YouTube demonstram que a empresa Brasil Paralelo “abriu os olhos” da sua audiência. São relatos de “descobertas”, “gratidão” e, às vezes, de que foram enganadas por uma narrativa prévia e esta que está contida nos documentários da BP é a verdadeira. Como é possível ver pelos relatos dos assinantes e da audiência em geral, aí que está o sucesso da Brasil Paralelo.

Ao analisar a contribuição das ideias de direita no debate político brasileiro Viana (2021, 31:13 a 31:16) aponta que: “as ideias de direita, ao meu ver, hoje ainda estão muito tímidas [...] porque elas ainda estão no campo muito emocional”. Na visão dele o ecossistema de mídia de direita brasileiro na época da entrevista era povoado essencialmente pela Gazeta do Povo, como o único grande veículo profissional conservador, e uma série de influenciadores amadores que produzem análises boas mas ainda se mantêm no campo emocional. Uma emoção que descredibiliza e que põe em dúvida se aquele indivíduo traz toda a verdade em sua análise, se aquele indivíduo não estaria omitindo algum detalhe que prejudicaria a sua hipótese, como Di Franco soma na fala de Viana, a emoção “contamina” a análise e tende a ofuscar a honestidade do interlocutor. Curiosamente, em uma fala de abertura para o “Parlatório Livre”, Viana diz que o core business da Brasil Paralelo é trabalhar com a emocionalidade (Parlatório Livre, 2017). Sobre a Brasil Paralelo e seu possível local nesse habitat, contradizendo o que seu próprio site diz na seção “Sobre Nós” de maneira que beira a incompreensibilidade, Viana diz que a Brasil Paralelo não é uma empresa de jornalismo:

A gente não entra no jornalismo, nunca entrou até hoje, não sei se vamos entrar. A gente tá numa linha mais de entretenimento e educação. Os documentários são uma união de entretenimento e educação. É um filme, é um filme com arte, com trilha sonora, com roteiro. É uma peça artística mas que tem um fundo educativo (Carlos Alberto Di Franco, 2021, 32:44 a 33:05).

O ano de 2025 marca a estreia do primeiro filme de ficção pela Brasil Paralelo. *Oficina do Diabo* conta a história do demônio Natan que sob a orientação de um demônio mais experiente, Fausto, na sua tentativa de conquistar a alma de Pedro, um músico que tentou seguir a carreira na cidade grande mas que se vê de volta à cidade natal tentando se reencontrar. Com roteiro e direção de Filipe Valerim, o filme foi lançado em 16 de janeiro de 2025 com exclusividade na plataforma de streaming da Brasil Paralelo, a BP Select. Os anúncios de divulgação do filme contaram com a participação de figuras conhecidas da bolha conservadora brasileira como Paulo Kogos, notório influencer “anarcocapitalista” e funcionário da Câmara de Vereadores de São Paulo, e os irmãos Alba do canal Linhagem Geek, atentos combatentes da agenda woke na cultura pop, assim como várias figuras religiosas, como o Pastor Junior Trovão, Frei Gilson, Padre Duarte Lara e Irmã Ana Paula que atestaram pela qualidade técnica e a mensagem espiritual do filme.

Além de seus longa-metragens, a produtora conta com extenso catálogo no Youtube. A programação semanal está dividida entre alguns programas que ainda lançam novos episódios e outros que parecem estar abandonados, ou pelo menos em estado de hibernação. Sempre às oito horas da noite, cada dia da semana marcaria um novo episódio dos programas postados diretamente no canal do Youtube da Brasil Paralelo, ou pelo menos esse era o plano como é informado em uma publicação no site da empresa de 2023 (Brasil Paralelo, 2023). Do plano original, apenas alguns programas se mantêm, com o programa “Face Oculta” tendo seu último episódio postado no dia 19 de abril de 2025 e o programa “Mundo Invertido” na data de 11 de janeiro de 2025. O início da semana útil na BP é marcado pelo programa “Cartas na Mesa”, um programa de análise política que comenta as principais notícias da semana com um grupo de comentaristas fixo e alguns convidados, semelhante ao “Jornal das Dez” da Globo. Terça-feira é o dia do podcast da Brasil Paralelo, o “Conversa Paralela” conta com a dupla Arthur Morisson e Lara Brenner e a cada semana um novo convidado. Nas quintas é a vez de Ricardo Gomes, advogado, professor e vice-prefeito de Porto Alegre de 2021 a 2024, no programa “Magna Carta” que é um panorama mais sério e com ares mais acadêmicos de assuntos em voga na semana anterior da estreia. Na falta de um assunto muito comentado, alguns episódios focam em analisar conceitos e pautas históricas e apresentá-los ao espectador de forma sucinta. O final de semana marca uma transição para o humor na programação da BP. Nas sextas o “Rasta News” é o programa do dia, o “seu jornal semanal isento de notícias” como é dito na introdução de seus episódios pelo apresentador Rasta. O teor humorístico do programa faz com que seu escopo de cobertura seja exorbitante e imprevisível, mas tende a seguir o padrão similar ao do “Magna Carta”: assuntos em voga na semana ou pautas diversas

preparadas pela produção. Domingo é postado o programa “Mundo Invertido”. Semelhante ao “Rasta News”, essa é a tentativa da Brasil Paralelo na vereda do humor e, como Rasta, o apresentador André Alba discorre sobre uma variedades de temas, acompanhado por edições de memes e imitações de figuras da cultura brasileira com a edição de um filtro de IA sob seu rosto. Essa exposição não cobre a totalidade dos programas produzidos pela BP devido ao seu caráter aperiódico, como é o caso do “Contraponto”, “BP Entrevista”, os especiais de Natal ou das eleições, dentre outros, mas se ateve ao planejamento semanal que a empresa constituiu em seu site.

2.2 Brasil Paralelo como um aparelho de ação doutrinária

A página “Sobre Nós” no site da produtora porto-alegrense deixa muito claro seus objetivos: “Tudo começa com uma missão. A nossa é resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros.” (Brasil Paralelo, 2025). Nessa missão a produtora não parece estar medindo recursos. Entre agosto de 2020 e agosto de 2024 a Brasil Paralelo investiu R\$ 26,6 milhões em propaganda nas plataformas digitais, totalizando 75.391 anúncios nas redes sociais, segundo dados da Meta, empresa responsável pelo Facebook, Instagram e Whatsapp (Folha, 2024). A cifra chama atenção, não só por garantir a liderança entre seus pares - a Revista Oeste detém o segundo lugar com o gasto de R\$ 4,3 milhões em 2.194 anúncios -, mas também pela diferença frente a empresas e organizações de outros campos políticos. Comparado a empresas de cunho mais progressista, a reportagem elenca a Greenpeace como representante do campo e a líder no ranking nesse sentido, a Brasil Paralelo gastou 3,3 vezes o valor investido em anúncios (Folha, 2024).

Não apenas nessa abordagem “quantitativa” que a empresa se destaca. “Qualitativamente”, moldando seu conteúdo e as palavras-chave que a permitem utilizar melhor do algoritmo das redes, também é notória a capacidade da empresa de se inserir nesse espaço digital e de se aproximar, aos “olhos” do algoritmo, de outros canais e comunidades que compartilham de opiniões próximas. Esse foi o objeto de estudo dos pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) exposto à Agência Pública, no qual relataram que o consumo de um documentário da Brasil Paralelo, “Cortina de Fumaça” foi o escolhido no estudo, inseriu o usuário em uma rede de recomendações de canais de conteúdo extremista, como o Jovem Pan News, Os Pingos nos Is, Operação Policial, Canal Nostalgia, dentre outros (Viana, 2023). O resultado da contínua exposição a essa rede, argumentam os pesquisadores, pode levar a um aumento de susceptibilidade à crença em teorias da conspiração e a polarização política (Viana, 2023).

Para além da produção do seu produto direto, este sendo os documentários, a Brasil Paralelo utiliza do financiamento que dizem receber integralmente de seus assinantes (Brasil Paralelo, 2022) para alguns outros projetos. Primeiro, é importante destacar os diferentes planos de assinatura que a empresa oferece. O “Plano Originals”, no valor mensal de R\$ 10, oferece acesso a apenas as produções da empresa - algumas dessas produções não estão disponíveis no Youtube e só podem ser acessadas dessa maneira. O “Plano Básico” oferece acesso a plataforma “BP Select” que, além dos originais da empresa, disponibiliza filmes e séries dos quais o assinante pode “apertar o play sem medo”, slogan da plataforma que indica que aquele conteúdo passou pela curadoria da empresa e não fere os valores conservadores, assim como um catálogo infantil e análises e comentários dos filmes ali disponibilizados, tudo isso por 12 vezes de R\$ 15 ao ano. Por fim, o “Plano Premium”, no valor de 12 vezes de R\$ 32,50, libera acesso ao Núcleo de Formação que conta com mais de 90 cursos das diferentes áreas do conhecimento ministrados por professores “que vão ajudar a sua vida intelectual” (Brasil Paralelo, 2024).

Santos (2021) fornece uma tabela com alguns dos cursos ministrados e os professores responsáveis por eles em sua dissertação de mestrado:

Quadro 2 - Núcleo de formação

Área	Tema	Número de aulas	Pessoas que ministram as aulas
<i>Economia</i>	<i>O Histórico do Pensamento Liberal Brasileiro</i>	1	Lucas Berlanza
<i>Economia</i>	<i>Introdução da Escola Austríaca de Economia</i>	1	Felipe Rosa
<i>Economia</i>	<i>Um passeio pela História do Liberalismo</i>	6	Ricardo Gomes
<i>História</i>	<i>Uma Breve História da Rússia</i>	6	Lucas Ferrugem
<i>História</i>	<i>Titãs da Civilização Ocidental</i>	6	Rafael Nogueira
<i>Filosofia</i>	<i>As 5 Grandes Correntes da Ética do Ocidente</i>	3	Frederico Bonaldo
<i>Filosofia</i>	<i>4 Modelos de Liberdade Política</i>	3	Marcus Boeira
<i>Filosofia</i>	<i>Mito, Linguagem e Mídia</i>	4	Flavio Morgenstern

<i>Filosofia</i>	<i>Linguagem e Filosofia Prática</i>	8	<i>Marcus Boeira</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>Introdução à Política Internacional</i>	1	<i>Cezar Roedel</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>Como Organizações Ideológicas Ocupam Instituições</i>	1	<i>Lucas Ferrugem</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>Direito Constitucional</i>	1	<i>Vinicius Boeira</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>Ideologias Políticas: As Diferentes Correntes</i>	1	<i>Lucas Ferrugem</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>Elite Cultural e Intelectual</i>	1	<i>Rafael Nogueira</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>Desconstruindo Paulo Freire</i>	2	<i>Thomas Giulliano</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>A Biografia de Carlos Lacerda</i>	1	<i>Lucas Berlanza</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>As Origens do Estado</i>	4	<i>Ricardo Gomes</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>Armamento e a Liberdade Civil</i>	5	<i>João Pedro Peteck e Diego Ferreira</i>
<i>Ciência Política</i>	<i>Arte, Imaginação e Sentido</i>	1	<i>Paulo Cruz</i>

Elaboração própria, fonte: <https://members.brasilparalelo.com.br/members/cursos>, acesso em 22/02/2020.

O professor responsável pelas aulas com a temática “Titãs da Civilização Ocidental” e “Elite Cultural e Intelectual” é Rafael Nogueira, doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional (Lattes, 2025). Nogueira também coordenou um curso em licenciatura em História pelo Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro (UníItalo) como disse em um post no seu Instagram onde recomendava para seus seguidores onde fazer uma faculdade de História de qualidade: “Ele vem sendo montado há anos por mim, com total anuência da UníItalo, junto com o prof. Dr. Armando Alexandre dos Santos, e com os demais professores.” (Nogueira, 2023). Até meados de 2024, o curso divulgava que se tratava de uma parceria entre a UníItalo e a Brasil Paralelo, mas retirou a afiliação com a produtora depois da reportagem de Amanda Audi na Agência Pública (Audi, 2024).

A parceria entre a empresa e a instituição de ensino é possível através da iniciativa filantrópica da Brasil Paralelo chamada “Projeto Mecenas”, projeto que busca “auxiliar na educação de brasileiros com pouco acesso à informação e infraestrutura básica” (Brasil Paralelo, 2024), e a UníItalo não é a única beneficiada pelo mecenato da empresa. O Projeto Mecenas é uma espécie de bolsa que os membros da Brasil Paralelo financiam para que os

conteúdos da Brasil Paralelo possam ser acessados por pessoas, escolas ou empresas que não tem os recursos próprios para tal. Segundo dados levantados pelo Intercept Brasil (2024), o valor de uma bolsa em 2022 era de R\$ 1.668 mas a compra de mais bolsas garantiria um desconto progressivo, de forma que 75 bolsas poderiam ser bancadas com a quantia de R\$ 23.880, uma redução de quase 80% no valor comparado ao preço unitário. São mais de 300 instituições e 23 mil pessoas beneficiadas pelo Programa Mecenaz, segundo os dados de 2024 (Brasil Paralelo, 2024). Devido ao sucesso do programa, a Brasil Paralelo decidiu expandi-lo. Agora, para além do acesso ao conteúdo da empresa, o programa financia a graduação em História para alunos de baixa renda e apoia financeiramente instituições de ensino e centros de caridade (Brasil Paralelo, 2024). O curso de História oferecido pela Unifal é um exemplo de uma instituição agraciada pelo programa, mas não é a única. O Centro Educacional do Rio de Janeiro (CEC-RJ), o G10 Favelas, a Amigos do Bem, o Instituto de Formação de Líderes e o Instituto RECEBS são todos parte da longa lista de instituições na lista de financiamento do Projeto Mecenaz (Intercept Brasil, 2024).

O Projeto Mecenaz não só age diretamente em prol da missão da Brasil Paralelo, formando novas gerações de cidadãos e professores de história não contaminados pela aparente hegemonia de esquerda que permeia as instituições de ensino no Brasil, mas cria também indiretamente um sistema que pode perpetuar o próprio mecenato. Quem faz parte do “Clube dos Mecenaz” ganha desconto ao utilizar os serviços de empresas cujo os seus respectivos donos também façam parte do clube, pode participar de encontros virtuais entre os donatários e funcionários da Brasil Paralelo e os mecenaz mais generosos, aqueles que doam mais de 100 bolsas para a causa, realizam uma reunião presencial anualmente e tem direito a prioridade em eventos e encontros organizados pela empresa com figuras importantes da direita brasileira, como o deputado Marcel Van Hatten, Hélio Beltrão, dentre outros (Intercept Brasil, 2024).

Casimiro (2020) elabora uma lista dos aparelhos de ação doutrinária da “nova direita” – movimento reacionário estruturado pelo empresariado desde a redemocratização do Brasil (Casimiro, 2016) – que foram lançados pelo Fórum da Liberdade. Sendo a Brasil Paralelo o mais recente desses aparelhos, uma breve retrospectiva dos mesmos se torna interessante para demonstrar as inovações e/ou continuidades que este último representa, assim como a área de atuação dos outros aparelhos. O Instituto Millenium (IMIL) foi lançado no Fórum no ano de 2006 mas tem sua data de fundação no ano anterior. O IMIL se caracteriza pela produção de conteúdo de cunho conservador e neoliberal assim como a articulação de intelectuais especializados para a disseminação das ideias valorizadas pelo *think tank*. Os membros do

Instituto, sejam eles reconhecidos formalmente ou não como contratados do mesmo, desfrutam de grande capilaridade nos meios acadêmicos e midiáticos facilitando assim a disseminação de idéias e valores conservadores sem necessariamente vincular essas ideias ao nome do IMIL.

Em 2010 foi a vez do Instituto Mises Brasil (IMB) ser revelado ao público do XXIII Fórum da Liberdade. Como o próprio nome indica, o IMB tem como objetivo a circulação das ideias da Escola Austríaca e de seus principais ideólogos Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e Murray N. Rothbard. A disponibilização dos trabalhos dos teóricos austríacos, assim como os liberais mais clássicos, os artigos escritos pelos intelectuais ali reunidos e os podcasts disponibilizados no site do instituto montam uma cosmovisão na qual o Estado mínimo e a economia de mercado são condições *sine qua non* para a democracia e o homem só é verdadeiramente livre se os preços também forem livres (intocados pela intervenção estatal) e toda a realidade social responda a lógica de mercado (Casimiro, 2016). Para atingir o seu mundo ideal, o IMB busca difundir seus valores neoliberais e auxiliar na formação dos jovens, principalmente o público universitário, haja visto que o instituto organiza cursos de pós-graduação em Escola Austríaca e teve como alunos os deputados federais Tiago Mitraud (Novo - MG), Filipe Barros (PSL-PR), Carlos Jordi (PSL- RJ), Paula Belmonte (Cidadania - DF), Rodrigo Valadares (PTB - SE), Giuseppe Riesgo (Novo - RS) e Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) (Casimiro, 2016).

O Estudantes pela Liberdade (EPL) é a “franquia” brasileira do *Students for Liberty* e foi lançado no Fórum em 2012. A arena de atuação do EPL são as universidades, agindo para o recrutamento de jovens para a composição de novos quadros de intelectuais orgânicos que servem os interesses da burguesia brasileira. Essa atuação é feita através da organização de eventos e grupos de estudo, da elaboração e distribuição de materiais panfletários e didáticos e até mesmo na disputa eleitoral de centros acadêmicos. Por ser financiada diretamente pela *Students for Liberty* e pela Atlas Network, ambos *think tanks* estadunidenses, o ESL não pode agir diretamente na política do país devido às leis norte-americanas relacionadas ao imposto de renda. Devido a esse entrave, a organização do Movimento Brasil Livre (MBL) surgiu como uma espécie de “laranja” do ESL, visto que o segundo é composto majoritariamente pelo quadro institucional do primeiro (Casimiro, 2016). O MBL, por sua vez, teve proeminente participação nas Jornadas de Junho, nas quais agiam como convocadores dos protestos da direita. A atuação do MBL foi de tal poder simbólico que conseguiu projetar cinco de seus integrantes e simpatizantes ao êxito nas eleições: Kim Katagiri, Paulo Eduardo

Martins, Jerônimo Goergen e Arthur Moledo do Val no cargo de deputados e Fernando Holiday no cargo de vereador.

Considerando esse histórico, o mais recente aparelho de ação doutrinária é a Brasil Paralelo. Para Casimiro (2020, p. 98), a empresa age na “ressignificação de processos históricos brasileiros como forma de legitimação de um projeto de hegemonia da extrema direita, no presente”. Em outras palavras, a produtora explora o passado em busca da origem de certos processos sociais ou reivindicações feitas no tempo presente e constrói seus documentários de forma a descredibilizar esses, demonstrando, em sua particular historiografia, como tais não se sustentam perante a história, a verdadeira história, ocultada pela hegemonia de esquerda presente em todas as facetas da sociedade e que é também essa história que guarda as soluções para o tempo presente. Por sua vez, essa sustentação histórica usada para descredibilizar movimentos de cunho social serve aos interesses da burguesia brasileira. A utilização de seu conteúdo para a formação de jovens revela como a Brasil Paralelo pode ser compreendida como um aparelho privado de hegemonia (APH) na concepção gramsciana, mais especificamente, como um aparelho de ação doutrinária. Como Casimiro aponta, tais aparelhos atuam na:

produção de consenso e a naturalização dos pressupostos do capital: formam-se/educam-se novos quadros de intelectuais orgânicos, propõem-se políticas públicas, costumam-se ou mediam-se conflitos interburgueses, assim como **se amplia e capilariza a difusão de valores para outros espaços estratégicos que de outra forma estariam fora de seu alcance institucional** (Casimiro, 2020, p. 31-32, grifo nosso).

Essa difusão de valores é muito bem esboçada por Filipe Valerim em um vídeo não-listado no canal do Youtube da empresa, de exclusividade aos membros fundadores. O caráter orgulhoso da mensagem deixa claro que a produtora tem plena consciência da responsabilidade que carrega nas trincheiras da guerra cultural e quais devem ser seus próximos passos:

Há um ano passávamos pela nossa primeira grande provação em que desabafamos praticamente tudo aquilo que estava engasgado e que precisávamos que o Brasil inteiro soubesse. Cumprimos a nossa missão. Levamos a mensagem adiante com didática e clareza para mais de 4 milhões de brasileiros, um impacto profundo nas raízes culturais do nosso Brasil. Você também fez a sua parte, nos dando um voto de confiança e o seu financiamento. Por causa desse ato de coragem, nós estamos aqui hoje, dando um grande passo na retomada da nossa verdadeira cultura, da nossa verdadeira missão como brasileiro. Nós queremos que você sinta orgulho pois o investimento que você fez já causou muitas mudanças. Por sua causa despertamos a consciência de pessoas que jamais teriam acesso a uma visão sistêmica dos problemas que o Brasil enfrenta e da revolução cultural que passamos. Diariamente recebemos depoimentos de pessoas de todas as idades e de todas as classes sociais nos agradecendo por tê-las salvo da ignorância. [...] Nossos planos não param por aqui, estamos apenas começando. Estamos te entregando nosso comprometimento em causar o maior impacto cultural que esse Brasil já presenciou. Nós queremos

reverter as mazelas que a nossa cultura sofreu nos últimos anos (Brasil Paralelo, 2017, 0:07 a 1:09 e 2:39 a 2:52).

Diferentemente dos outros aparelhos previamente citados que buscam a construção de consenso através de ações mais diretas, seja no campo político e/ou no campo acadêmico, a principal atuação da BP se encontra no campo cultural. A partir de uma perspectiva “independente, apartidária e isenta”, como repetem *ad nauseam* em seus documentários, artigos e entrevistas, a produtora toma como fato que a história que é tradicionalmente produzida nas universidades e ensinada aos alunos nas escolas brasileiras é adulterada de alguma forma. Nessa perspectiva, a verdadeira história foi ocultada pela esquerda, esquerda essa originada da batalha cultural perdida entre militares e comunistas durante o Regime Militar e que hoje domina a sociedade, e apenas alguns ousados intelectuais ainda têm a coragem de contá-la. Tais intelectuais que, naturalmente, são ostracizados pela mídia subserviente e pela comunidade acadêmica, talvez o seio mais perverso da contínua doutrinação necessária para sustentar a ordem hegemônica esquerdista, tendo seu único espaço de fala livre – além do seus blogs, redes sociais, publicações online e impressa, vídeos no YouTube, eventos, congressos, colóquios, etc. – a Brasil Paralelo. Curiosamente, uma empresa que se orgulha da neutralidade contém pouquíssimos entrevistados orientados à esquerda, sendo seus entrevistados figuras e políticos alinhados ao campo mais conservador, como mostra a lista de alguns dos entrevistados para seu primeiro documentário “Congresso Brasil Paralelo”:

Olavo de Carvalho, Beatriz Kicis, **Hélio Beltrão**, Alexandre Borges, **Thomas Giulliano**, Percival Puggina, Luiz Felipe Pondé, Luiz Philippe de Orléans e Bragança, Lucas Berlanza, Joseita Ustra, Renor Oliver, Laudelino Lima, **Flávio Morgenstern**, Ícaro de Carvalho, Marcus Boeira, Silvio Grimaldo, Carlos Marchi, Antônio Paim, **Rodrigo Constantino**, Paulo Cruz, **Janaina Paschoal**, Joice Hasselmann, **Eduardo Bolsonaro**, **Jair Bolsonaro**, Lobão, Adriano Gianturco, Rodrigo Gurgel, Jorge Caldeira, **Leandro Narloch**, Carlos Andreazza, Diego Casagrande, Felipe Moura Brasil, Flávio Gordon, Olavo Mendonça, Gilmar Mendes, Hélio Bicudo, **Leandro Ruschel**, Claudio Castro, Miguel Reale, Igor Morais, Rico Ferrari, entre outros (Brasil Paralelo, 2022, grifo nosso).

É a partir da prerrogativa da “verdadeira história” que começa a se vislumbrar a historiografia que pauta as produções da empresa. Uma historiografia essa que se assemelha a uma historiografia positivista com fortes elementos da teoria do grande homem de Thomas Carlyle e, sem surpresa, divergindo de metodologias marxistas da história. Sua silhueta também pode ser observada no primeiro episódio de “Brasil: A Última Cruzada”, no qual a história da fundação de Portugal, o estabelecimento do império, seu apogeu e as eventuais Grandes Navegações é contada. Nas palavras de Percival Puggina, um dos entrevistados do documentário, é possível inferir uma sorte de “destino manifesto” que incubiu os portugueses

de desbravar em direção ao Novo Mundo – não a evolução de um processo capitalista da busca de novos mercados e novos produtos – e como é fundamental que esse legado não seja desprezado, muito menos esquecido:

Mas eu não aceito, não concordo que se despreze o imenso valor que este país tem de ter nascido do esforço político e técnico de um povo de um pequeno território, que foi a primeira nação organizada da Europa, localizado num canto da península ibérica e que numa época de sua trajetória, dividiu o mundo em duas partes: uma era dela e outra era da Espanha. Tinha poder e cacife político para isso. E conseguiu isso através do empenho de seu povo (Brasil Paralelo, 2018, 40:29 a 41:09).

O professor Fernando Nicolazzi, fundador e coordenador do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA), classifica a abordagem historiográfica da Brasil Paralelo como a “história como uma prática moralizadora da sociedade” (Historiar - se, 2019). Em outras palavras, as crises que se manifestam no tecido social ou político de determinada sociedade têm suas origens em uma crise dos valores de determinada sociedade. Nesse sentido, a origem do problema é a perda da tradição histórica mas também é na retomada da tradição histórica que se encontra a solução para o embaraço experimentado por aquela determinada sociedade. Quando indagado, novamente em 2022, se a Brasil Paralelo produzia história, Nicolazzi respondeu que sim, a empresa:

Faz história, mas segundo uma concepção que está bastante distante, me parece bastante distante, do que é a historiografia entendida como uma modalidade de produção de conhecimento que obedece a alguns requisitos mínimos que a gente poderia chamar de ciência. [...] Isso implica cuidados teóricos, precisão conceitual, consistência metodológica, a famosa e imprescindível revisão pelos pares, então isso é o que constitui o discurso científico. [...] Tudo isso faz da ciência, ciência (Historiar - se, 2022, 34:27 a 35:13).

Apesar do desejo da empresa de produzir materiais de caráter historiográfico (Brasil Paralelo, 2022), Nicolazzi identifica a produção da Brasil Paralelo como uma “mitologia política”, conceito do historiador francês Raoul Girardet, um sistema de crenças que tem em si mesmo a sua fundamentação. A mitologia política tem quatro pilares de sustentação e podemos ver exemplos de cada um desses nas produções da Brasil Paralelo: a conspiração, a ideia de uma esquerda hegemônica que dominou todos os aspectos da sociedade e impede o pensamento antagônico através da doutrinação institucional nas escolas e universidades e/ou através de uma mídia que molda a opinião popular e cria inimigos injustamente; o salvador, não se trata de um indivíduo nesse caso, mas a salvação que Brasil Paralelo propõe é a retomada da história como a reparadora dos problemas experienciados no presente e a guia para a construção de um futuro, seja ela consenso entre os especialistas ou não; a idade de ouro, seja ela real ou imaginada, como é o caso da Ditadura Militar ou até mesmo do próprio período do Brasil Imperial, o que importa é que algo dessa idade de ouro foi perdido e é

necessário retomá-lo, caso contrário, a sociedade permanecerá na crise que se encontra; a unidade, a concepção de um povo unitário onde identidades, moral e comportamentos diferentes do núcleo originário devem ser excluídos, como é possível observar na divisão entre patriotas e esquerdistas.

Como exposto no primeiro capítulo, algumas características dos movimentos da direita radical têm análogos com cada um dos pilares da mitologia política. A ideia de conspiração, tal inimigo que deve ser ao mesmo tempo opulentamente rico, poderoso e que domina toda o país mas que ao mesmo tempo deve ser fraco e desorganizado, à medida necessária para que possa ser plausível a sua derrota. O salvador, muita das vezes o líder do partido ou do movimento que questiona a ordem atual da sociedade e quebra os padrões do “aceitável”. A idade de ouro é a Arcadia original para onde tantos movimentos da extrema direita buscam retornar e reverter as mudanças acarretadas pela globalização e a unidade encaixa perfeitamente na ideia dos movimentos nativistas e suas concepções monolíticas a respeito do “verdadeiro povo”.

Sobre o suposto bolsonarismo da empresa, Viana se defende argumentando que na época que a empresa foi criada a figura do Bolsonaro não havia ainda tomado a proporção que iria tomar mais tarde e que “não existia bolsonarismo” (Carlos Alberto Di Franco, 2021, 37:12 a 37:13). Contudo, apesar de negar o rótulo por não se considerar como “bolsonarista”, Viana consegue entender o porquê de tal associação ser feita por críticos e analistas. Ele argumenta que a empresa Brasil Paralelo atende a um público conservador e que tal público enxerga na figura de Bolsonaro valores semelhantes e, por isso, a sobreposição de um público bolsonarista que também consome as produções da Brasil Paralelo, no entanto, são conjuntos não-concêntricos. Nas palavras de Viana (2021), a “Brasil Paralelo está no *business* do entretenimento e Bolsonaro está no *business* político”. Outra defesa que ele emprega é de que a Brasil Paralelo nunca apoiou nenhum político. Apesar de, no plano pessoal, Viana – é possível inferir que os outros fundadores também o fizeram – ter votado no Bolsonaro, a empresa e suas produções se mantiveram neutras a qualquer campanha eleitoral. Não publicam fake news, não fazem ataques ao Supremo Tribunal Federal e não são um “movimento político radical” (Viana in Carlos Alberto Di Franco, 2021, 40:20 a 40:24).

Contudo, como demonstram os trabalhos de Casimiro, Balestro e o perfil de Twitter “Brasil Para Lerdos” que busca monitorar a atuação da empresa, a Brasil Paralelo tem uma conexão próxima com figuras do bolsonarismo. Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente, agiu como um “garoto propaganda” não oficial da empresa durante um extenso período, recomendando que seus seguidores assistissem os documentários e que se tornassem

membros assinantes da empresa. Como demonstram os prints salvos pelo perfil “Brasil Para Lerdos” que contém tweets realizados por Eduardo Bolsonaro, o filho 03 do ex-presidente recomenda a Embaixada da Alemanha que use a Brasil Paralelo para “informações confiáveis”, mostra o pai assistindo ao documentário “7 denúncias” que contém informações que não são veiculadas pela grande mídia, faz um apelo para ajudar a financiar a empresa e anuncia que já fez sua parte no *crowdfunding*, participa e faz uma fala em um evento de exibição do filme “1964: O Brasil entre Armas e Livros” em praça pública em Brasília.

Não é surpreendente a ação de Eduardo na divulgação tão fervorosa da empresa, visto que ele e o pai foram alguns dos entrevistados na primeira produção da mesma: “Congresso Brasil Paralelo”. Outro episódio que mostra o gosto da família Bolsonaro pelos documentários é a exibição do filme “1964” no avião presidencial durante uma viagem feita pela comitiva brasileira a Israel. Como já examinado por Gramsci (in Dicionário Gramsciano, 2017), a sociedade política e a sociedade civil se atravessam no exercício da hegemonia e a ação de um político como Eduardo Bolsonaro na divulgação de um material propagandístico que busca agir sobre o senso comum da população brasileira implica que a narrativa contida nesse material é benéfica ao projeto político que ele faz parte.

Nesse sentido, a própria temática das produções da empresa está em ressonância com os interesses do espectro bolsonarista: “1964: O Brasil entre Armas e Livros” constrói a narrativa que o período teve apoio da população e não foi o terror que a esquerda espalha, se tornando assim uma espécie de passado modelo no qual o retorno a ele seria benéfico a sociedade; “Cortina de Fumaça” defende os interesses do agronegócio e propala a teoria de que outras potências dominam a floresta amazônica por meio de ONGs que atendem os interesses de alhures; “7 Denúncias” traz uma crítica bem abrandada sobre a gestão do governo Bolsonaro durante pandemia, botando panos quentes sobre a hecatombe sanitária perpetuada pelo governo, e dedica a maior parte do seu conteúdo para alertar a população sobre os perigos da perda de liberdades individuais que as medidas sanitárias poderiam causar, entrando em harmonia com o discurso oficial imperativo da “economia não pode parar”.

Feito a conceituação e as ações da empresa, nos parece cabível a identificação da Brasil Paralelo como um aparelho privado de hegemonia (APH), mais especificamente, como indica Casimiro (2020), um aparelho de ação doutrinária interessado em produção de consenso agindo no campo cultural em prol dos interesses da burguesia brasileira. Na próxima seção, examinaremos as contribuições de Antônio Gramsci para a ciência política e como a

empresa usa do arcabouço gramsciano para moldar o seu conteúdo em prol de uma mudança de pensamento na sociedade brasileira.

2.3 Antonio Gramsci, o pai do marxismo cultural

Em suas produções, a Brasil Paralelo apresenta Antônio Gramsci¹ como o intelectual responsável pelo “marxismo cultural” (Brasil Paralelo, 2022). Nesse contexto, as ideias do autor italiano mobilizam os movimentos comunistas a se engajarem numa “guerra cultural”. A vitória nessa guerra levaria a uma revolução silenciosa na sociedade, transformando-a em uma sociedade comunista sem a necessidade da luta armada. Levando em conta esse contexto, a Brasil Paralelo resgatou as contribuições teóricas do ex-líder e fundador do Partido Comunista Italiano instrumentalizando-as para seus fins, qual seja, a mudança no senso comum da população brasileira em prol de um projeto neoliberal.

Devido a particularidade da produção dos 33 cadernos e os conceitos seminais ali concebidos, muitos intelectuais e acadêmicos se debruçaram na decodificação desses escritos, organizando-os em coletâneas que buscam tentar criar uma unidade e uma sequencialidade para os temas debatidos por Gramsci. Tendo isso em vista, esse trabalho utiliza a obra *Cadernos do cárcere* (2024), dividida em seis volumes tendo Carlos Nelson Coutinho como o editor, e o *Dicionário Gramsciano* (2017) da editora Boitempo com sua organização encabeçada por Guido Liguori e Pasquale Voza.

Um dos conceitos centrais no trabalho de Gramsci e uma de suas contribuições principais para o campo da ciência política é o de “hegemonia”. A hegemonia define um status que uma classe social pode alcançar quando esta se torna dominante ou dirigente. É uma oscilação e ao mesmo tempo uma adição entre “direção” e “domínio”. Em tempos normais, a classe dominante age direcionando as classes aliadas, até mesmo no âmbito intraclasse, e também dominando as classes adversárias. Quando há uma crise de hegemonia, sintomáticas nas sociedades nas quais o Estado ainda não se desenvolveu o suficiente para o estabelecimento das superestruturas advindas do processo econômico, a “direção” e o “domínio” são feitos de maneira dissonante, visto que a ação de uma só dessas características não constitui um exercício de hegemonia (Cospito in Dicionário Gramsciano, 2017). Inere-se então uma relação umbilical entre hegemonia e economia visto que “se é verdade que nenhum

¹ Gramsci passou quase um quarto de toda a sua vida no cárcere. Preso em 8 de novembro de 1926, durante o regime fascista de Benito Mussolini, o promotor envolvido em sua prisão disse que era necessário fazer com que aquele cérebro fosse impedido de funcionar por vinte anos, contudo, a morte do intelectual veio bem antes do período desejado pelo promotor, no dia 27 de abril de 1937 (*Cadernos do Cárcere*, 2024). Durante esse tempo, escreveu em 33 cadernos de maneira não-linear uma série de elucubrações sobre marxismo, Estado e a política, cultura, jornalismo, educação, filosofia, enfim, um esforço multidisciplinar hercúleo dado as restrições e condições adversas imputadas nessa escrita (censura, limitação no número de cadernos e nos livros disponibilizados, cerceamento do seu direito de ir e vir, etc.).

tipo de Estado pode deixar de atravessar uma fase de primitivismo econômico-corporativa, disso se deduz que o conteúdo da hegemonia política [...] deve ser predominantemente de ordem econômica” (Gramsci, 2017, p. 505).

Como então uma classe pode se elevar no tecido social ao ponto de se tornar uma classe hegemônica? Para tal, a classe que se propõe à dominação deve travar o seu embate na sociedade civil. Não se trata de um combate de armas de fogo ou mobilização de exércitos, em Gramsci o termo para esse embate clássico é “guerra de movimento”, mas sim um debate de ideologias na chamada “guerra de posição”. As ideologias produzidas pelas classes disputam o espaço social, através da política, até que uma delas, ou uma combinação das que venceram o combate, se impõem e se difunde naquela sociedade. A ideologia em Gramsci aparece análoga ao termo “concepção do mundo”. Concepção do mundo está ligada ao sentido literal do termo, como um indivíduo concebe o mundo e seus fatos naturais e sociais, mas também representa a ligação de um indivíduo a determinado grupo, oferecendo os elementos sociais constituintes deste grupo. Contudo, não se trata de uma ideologia hermeticamente fechada, ela é um “museu de fragmentos” de outras concepções que surgiram ao longo da história e das próprias contribuições que os indivíduos fazem no presente. Dentre esses fragmentos, a escolha de qual tomá-lo para si, inconsciente ou não, cabe ao indivíduo. Neste sentido, como surgem e se espalham novas concepções do mundo? Gramsci nos responde:

Pode-se concluir que o processo de difusão das novas concepções ocorre por razões políticas, isto é, em última instância, sociais, mas que o elemento formal, da coerência lógica, o elemento de autoridade e o elemento organizativo possuem uma função muito grande neste processo, tão logo tenha tido lugar a orientação geral, tanto em indivíduos singulares como em grupos numerosos (in Dicionário Gramsciano, 2017, p. 193-194).

A difusão de ideologias está ligada, no arcabouço gramsciano, a um processo político e, em última instância, social. Esse processo é a supracitada “guerra de posição”. Não participam dessa guerra todos os indivíduos da sociedade, mas todos os indivíduos da sociedade estão organizados politicamente em um partido, no sentido amplo do termo. Apesar de Gramsci dizer que todos os indivíduos são intelectuais, visto a inexistência de um trabalho que não use a capacidade cognitiva do seu trabalhador, são apenas os indivíduos que exercem a função social de intelectual, que pode se expressar como “intelectual orgânico” ou “intelectual tradicional”, que participam dessa guerra. Uma breve diferenciação entre essas duas categorias: aqui nos interessa o papel do intelectual orgânico, visto que o que define o intelectual tradicional é seu caráter ininterruptível frente às mudanças sociais. Os intelectuais tradicionais detêm um conhecimento específico e a propriedade deste faz com que eles

consigam se alinhar com a classe ganhadora da vez nos processos revolucionários. Gramsci dá o exemplo do domínio da escrita desfrutado pelos eclesiásticos durante a Idade Média e como a revolução burguesa não afetou radicalmente a posição social detida pelo corpo dessa instituição (Gramsci in *Cadernos do Cárcere 2*, 2024). Os intelectuais orgânicos, por sua vez, são aqueles que dão homogeneidade e uma justificativa para a existência de uma determinada classe, sendo sujeitos assim às mudanças do processo histórico que gera novas configurações sociais. Nas palavras do intelectual sardo:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc (Gramsci, 2024).

Consideramos o papel da Brasil Paralelo como aquele de um aparelho hegemônico privado, mais especificamente como um aparelho de doutrinação ideológica, utilizando das entrevistas com seus intelectuais orgânicos para a elaboração de peças midiáticas que servem para justificar a existência da burguesia brasileira, além da introdução e defesa de pautas frente à população brasileira que estejam de acordo com os interesses da classe dominante. É essa produção de consenso na sociedade, atuando no senso comum, de modo que a ideologia da sua classe consiga se estabelecer o suficiente para sobreviver ao combate com outras ideologias produzidas por diferentes classes, almejando assim a posição hegemônica, que marca o ofício da empresa dentro da concepção gramsciana.

Dito isso, o combate de ideologias não é um torneio com datas delimitadas, é um processo contínuo e constantemente atualizado travado na arena da política. A classe dominante pode ter conseguido implantar sua ideologia de forma universalizante, mas essa vitória traz consigo a responsabilidade de manter sua posição naquela sociedade. As outras classes têm seus intelectuais orgânicos que também buscam esse combate para sua ascensão social, afinal, como nos lembra Marx, a luta de classes é o motor da história.

Semelhante a ideologia, Gramsci trabalha com o conceito de senso comum. O senso comum parece tomar a forma de uma ideologia “mais lenta”. Enquanto a ideologia em si é produto das ações dos intelectuais orgânicos de cada grupo social, o senso comum é um sedimento resultante de uma aceitação da ciência, filosofia e costumes de uma determinada sociedade e, devido ao caráter dessa formação, se encontra em constante modificação. Ele é uma espécie de “mínimo denominador comum” social, no qual os objetos compreendidos por ele são aceitos como verdade na consciência coletiva. Existem, contudo, vários “senso

comuns” em uma sociedade, cada um deles é particular de cada classe que existe nela. Devido à natureza sedimentar do senso comum, Gramsci identifica um caráter conservador e até mesmo misonista nele, o que revela também a relação cautelosa que um movimento político deve ter com o mesmo:

Significam que o senso comum é um conceito equívoco, contraditório, multiforme, e que referir-se ao senso comum como prova de verdade é um contrassenso. É possível dizer corretamente que uma verdade determinada tornou-se senso comum visando a indicar que se difundiu [...] porque o senso comum é grosseiramente misonista e conservador, e ter conseguido inserir nele uma nova verdade é prova de que tal verdade tem uma grande força de expansividade e de evidência (Dicionário Gramsciano, 2017, p. 983).

O senso comum é uma indispensável arena de embate para as classes que almejam a hegemonia. Apesar de ser um plano de concepção dos mais “simples”, é vital que os intelectuais orgânicos consigam entrelaçar a sua ideologia de modo que ela consiga ressoar com as “verdades” já contidas no senso comum da população, permitindo assim sua aceitação e difusão naquela classe.

Agir em sociedade é agir politicamente quando consideramos o arcabouço gramsciano, mesmo quando as ações são anunciadas como neutras ou imparciais. Isso se dá porque o Estado é entendido como Estado integral ou Estado ampliado. Gramsci define o Estado como uma soma entre sociedade política e sociedade civil, sendo a primeira a ideia do senso comum quando nos referimos a Estado e a segunda composta pelos organismos ditos privados dedicados à função de hegemonia. Assim, fica claro quando ele diz que se trata de uma “hegemonia couraçada de coerção” (Gramsci, 2017, p. 505). É papel do Estado dominar (coerção) as classes subalternas uma vez que essas não consentem, não aceitam ser dirigidas (hegemonia), pela ideologia espalhada pelos aparelhos privados da sociedade. Vale ressaltar, como o próprio Gramsci faz nos cadernos, que essa divisão é de cunho metodológico visto que na realidade esses dois campos estão mesclados e transpostos entre si. Ainda no papel que o Estado tem em manipular a coerção e o consenso, Gramsci diz que o “Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ esse consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (Gramsci in Dicionário Gramsciano, 2017, p. 366). A concepção gramsciana do Estado implica não só um caráter privado na ossatura estatal mas também um caráter público na sociedade civil, se comporta como uma fita de Möbius complicando o entendimento padrão do que seria o lado “de fora” e o lado “de dentro” ou, neste caso, o que seria “público” e o que seria “privado”. Se seguirmos o que pode ser considerado “privado” chegaríamos ao “público” e vice e versa. No que tange a hegemonia, fica claro que o Estado nada mais é do

que a cristalização de um esforço de uma classe dirigente para a obtenção da hegemonia, é um status privilegiado que pode ser sobrepujado caso uma outra classe consiga vencer na arena política e disseminar sua ideologia pela sociedade, dominando e dirigindo o resto das classes.

Claramente a Brasil Paralelo não é um partido político, muito menos a classe dirigente do país. A abordagem que tomamos para este trabalho é classificá-la como um aparelho privado de hegemonia (APH). A definição acerca de um “aparelho hegemônico” não aparece de forma sucinta no decorrer dos cadernos, mas é possível abarcar dois momentos-chaves para esclarecer o conceito. No período anterior à Grande Guerra, o aparelho hegemônico parece ser uma exclusividade do Estado, ou pelo menos da classe dirigente quando exercendo sua hegemonia, e está relacionado à formação de opinião pública e de uma ideologia. Com o conflito terminado e os subsequentes vinte anos de crise, como nos indica Carr, a exclusividade do aparelho hegemônico se quebra devido ao ganhar de consciência das grandes massas e o “exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório” (Dicionário Gramsciano, 2017, p. 68). Lembrando da consideração de Gramsci a respeito da impossibilidade de desorganização política de um indivíduo, sendo este sempre ligado a um grupo social e a um partido no sentido amplo, o aparelho se espalha na sociedade civil tendo cada classe o seu aparelho hegemônico privado. Gramsci indica então que:

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem gramsciana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo, termina-se por introduzir também essa concepção, ou seja, determina-se uma completa reforma filosófica (Dicionário Gramsciano, 2017, p. 69).

Apesar da empresa Brasil Paralelo não se encaixar na definição clássica de partido, aquela abarcada também no senso comum, como uma sigla que denomina um grupo que compartilha o mesmo tipo de pensamento e disputa no jogo democrático postos no Estado a cada quatro anos, ela pode ser entendida como um partido no sentido amplo, condizente com a abordagem gramsciana. O partido exerce na sociedade civil uma função semelhante ao que o Estado exerce sobre a sociedade política, são como “escolas da vida estatal” (Dicionário Gramsciano, 2017, p. 825) indicando que existe um grau também de domínio e direção de outras classes. Ou seja, o objetivo máximo de um partido, neste sentido, é o de ascender para a categoria de Estado, a cristalização de sua hegemonia perante aquela sociedade e perante as outras classes. Todos aqueles que estão organizados em um partido devem ser considerados como intelectuais pois exercem essa função diretiva e organizativa, apesar de exercerem tal função em grau menor quando comparado ao papel do Estado. Assim, consideramos a atuação da Brasil Paralelo como um dos núcleos que exerce a função de direção das outras classes,

visto que não tem poder militar para a coerção, para o fortalecimento do projeto burguês de hegemonia.

Desse modo, a Brasil Paralelo se configura como um APH pois age de modo a popularizar a ideologia da classe burguesa e modificar o senso comum brasileiro. Tem seus intelectuais orgânicos que, apesar de não serem parte do corpo institucional ou constituírem vínculo empregatício com a empresa, fornecem as entrevistas que dão corpo aos documentários produzidos por ela. Como apontado por Balestro (2021), alguns nomes da lista de entrevistados são figuras recorrentes nas produções, o que indica pelo menos um vínculo ideológico entre as partes, outros têm aparências mais esporádicas, mas todos são intelectuais orgânicos da direita radical populista brasileira. Alguns até mesmo estão envolvidos na criação e/ou coordenação de outros APHs, como Hélio Beltrão e Rodrigo Constantino (Casimiro, 2016), outros fazem parte do estamento burocrático brasileiro, como Eduardo Bolsonaro, Marcel van Hattem, Onyx Lorenzoni, Luiz Philippe de Orléans e Bragança e, o eventual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

A produtora tem plena consciência da guerra de posição que acontece na sociedade brasileira – seja acusando a esquerda de implementar a “guerra cultural” como meio para destruir os valores e instituições tradicionais, seja tomando parte nesse conflito e honrando sua missão de expandir a consciência do brasileiro e resgatar os valores, ideias e sentimentos no coração da população – e implementa seu potencial midiático em peças que glorificam os valores neoliberais e conservadores, apresentam as graves falhas que marcam o pensamento e as atividades esquerdistas e apontam qual deveria ser o caminho trilhado em direção a um futuro melhor para o Brasil. A luta pela manutenção da hegemonia da burguesia brasileira se dá pela difusão dos valores contidos nos documentários que são pensados para ressoar com o senso comum de grande parte da população. Nesse sentido, não importa o orgulho da produtora no seu não-envolvimento direto ou financeiro com o Estado brasileiro. Sua atuação é fundamentalmente política, no sentido gramsciano. A revisão do período ditatorial brasileiro, a representação heróica dos portugueses e da família imperial no processo de colonização, a responsabilização da suposta falha no sistema educacional na figura de Paulo Freire, a representação da política brasileira como uma instituição falida e essencialmente corrupta cristalizada pelos longos anos do governo do PT, dentre outras tantas narrativas contidas em suas produções, conduzem os espectadores a uma ideologia individualista, meritocrática, anti-intelectualista, conservadora, neoliberal e excludente. Na próxima seção, examinaremos mais de perto os documentários elaborados pela BP a fim de apontar os

discursos ali contidos e quais ideologias tais produções pretendem proliferar na sociedade civil e na sociedade política.

2.4 Brasil Paralelo e suas matrizes discursivas

A Brasil Paralelo se orgulha de ser uma produtora neutra e sem nenhuma ideologia. Para eles, é também uma medalha o fato de que nunca na sua história receberam qualquer dinheiro público, sendo sua fonte de renda principal as assinaturas advindas de seus membros, do seu próprio público que atesta a qualidade dos materiais midiáticos através do seu financiamento mensal. Na prática, a Brasil Paralelo reproduz perfeitamente a Lei da Oferta e da Demanda. Esse financiamento também serve dupla função, não só como prova da qualidade do material oferecido, mas permite à empresa abordar qualquer tópico sem conflito de interesse com qualquer parte responsável ou envolvida no tema que ela busca investigar. Contudo, apesar de ser uma parte integral do seu marketing, essa hipótese não se sustenta na realidade, tampouco na análise acadêmica que propomos aqui.

Viana compartilha a ambição da empresa de fazer filmes, mais do que isso, desejam a criação de seu próprio estúdio de filmes. Contudo, na análise de Viana sobre o mercado de filmes no Brasil, tal campanha é complicada pois se trata de um mercado que quase não existe e o pouco que existe é muito precarizado, muito dependente do Estado e gera pouca bilheteria, em outras palavras, lucro. Ele vai além e apresenta uma regra para “toda obra ruim” (Viana in Carlos Alberto Di Franco, 2021). Estas teriam duas coisas em comum: baixo nível de significados, nível de profundidade simbólica muito baixo, e uma pequena amplitude linguística, vocabulário muito limitado. A antítese de obras ruins traz o exato oposto, profundo nível de significados e uma grande amplitude linguística. Como exemplo, ele cita a *Iliada* e os trabalhos de Shakespeare, obras essas tão basilares que foram capazes de fundar civilizações inteiras e aplicar a elas valores quase que inalienáveis. Ainda segundo Viana, a profundidade dá sentido para a vida e a amplitude dá ao espectador uma quantidade enorme de formas de se expressar sobre aquilo. Quais seriam então os universos simbólicos instrumentalizados para a produção dos filmes da Brasil Paralelo?

A análise realizada sobre os documentos postados no site da empresa, que variam de peças publicitárias, reportagens e pequenos artigos, entrevistas dos seus sócios fundadores, em conjunto ou de maneira individual, assim como a seleção de alguns de seus principais documentários permitiu a identificação de algumas formações discursivas que indicam a ideologia da empresa, suas produções e até seu posicionamento como um aparelho de ação doutrinária na sociedade brasileira.

A primeira e mais notória matriz discursiva é a “neutralidade conservadora”. Como a Brasil Paralelo busca deixar claro em seu material propagandístico, nas suas produções e até mesmo parece se atrelar a identidade da empresa como uma entidade no campo cultural que os fatos são analisados por si, sem qualquer influência da opinião política ou dos gostos pessoais daquele que faz a análise. Em um artigo em seu site, no qual a empresa busca rebater os supostos ataques infundados que sofre, a Brasil Paralelo (2021) diz que sua produção “é feita de forma independente, apartidária e isenta, cujo objetivo principal é oferecer ao público um conteúdo baseado em um grande acervo informativo analisado por dezenas de especialistas.”. No direito de resposta publicado no O Globo, concedido pela 6ª Vara Cível de Porto Alegre à empresa, consta que a matéria veiculada pelo jornal a respeito do documentário “1964 – O Brasil Entre Armas e Livros” macularia a independência do seu negócio e a imparcialidade do seu conteúdo, qualidades que seriam as principais características da Brasil Paralelo (O Globo, 2019). Ainda, em um artigo que buscam se distanciar do logo de “bolsonarista”, a empresa argumenta que:

A Brasil Paralelo não é de extrema direita ou de extrema esquerda, nem liberal ou progressista. Preocupa-se com a busca da verdade e há liberdade na busca da verdade. A Brasil Paralelo não define seu conteúdo com base em nenhuma corrente, em nenhum grupo. Não é possível ser de extrema direita porque não se sabe o que isso é e porque não tem como significar algo para todos. A empresa é guiada apenas por fontes seguras e bons valores (Brasil Paralelo, 2022).

Ainda sobre sua neutralidade, a análise contida nas suas produções se assemelharia ao método científico clássico, no qual o exame da história ou das ciências sociais toma a forma de um experimento do campo das ciências naturais. Nessa metodologia, o fato social pode ser colocado em uma câmara de variáveis controladas, assim como uma câmara de vácuo é mobilizada para comprovar que a força gravitacional submete qualquer objeto a mesma aceleração independente de seu peso, sendo possível falseabilizar as hipóteses levantadas sobre o objeto de estudo em questão. A concepção da ciência nesse arcabouço é profundamente positivista e parece ignorar uma série de debates de caráter epistemológico. Supõe-se não só a capacidade do pesquisador em desligar o seu juízo de valor e seus interesses pessoais, mas também a possibilidade do pesquisador de ciências sociais se distanciar de tal modo do seu objeto de pesquisa – a sociedade no qual ele está inserido – para que seu exame do objeto não provoque alterações de nenhum grau no mesmo, semelhante ao comportamento da luz que se comporta ou como uma onda ou como uma partícula. Paradoxalmente, essa neutralidade é concebida sob um signo conservador. Pablo Ornelas Rosa reconhece no filósofo conservador Russell Kirk a ideia de que os conservadores possuiriam um ceticismo que poderia se elevar contra as ideologias (Intercept, 2021). Kirk é

citado em um dos artigos da Brasil Paralelo descrevendo o embate entre o conservador e o “ideólogo”:

O conservador pensa na política como um meio de preservar a ordem, a justiça e a liberdade. O ideólogo, pelo contrário, pensa na política como um instrumento revolucionário para transformar a sociedade e até mesmo transformar a natureza humana. Na sua marcha em direção à Utopia, o ideólogo é impiedoso (Russel Kirk in Brasil Paralelo, 2023).

Sobre o caráter ontológico, a concepção acerca da “verdade” é um ponto importante a ser examinado. A produção da BP acredita na existência de uma verdade absoluta. Uma verdade que só pode ser alcançada se for realizado o processo de despir-se de toda a ideologia, dos interesses e emoções que contaminam o pesquisador. Se a “verdade” for um saco de moedas de ouro escondido em uma sala, aquele que acreditar na existência desse saco estará mais perto de encontrá-lo, explicou alegoricamente Henrique Viana em uma entrevista (Carlos Alberto Di Franco, 2021). Contudo, essa prerrogativa é rasa e, de certo modo, ingênua. O campo das ciências sociais é infinitamente complexo devido ao fato da relação entre pesquisador e objeto e na relação entre fontes primárias e secundárias no que tange a história, mas mesmo se transplantarmos a prerrogativa para o campo das ciências “duras” esta também não se sustenta a depender do grau de profundidade que o debate se propõe. Em um artigo discutindo sobre a polarização recente do país, a redação da Brasil Paralelo diz: “A polarização leva à criação de narrativas conflitantes sobre a realidade e a um ambiente onde a verdade objetiva pode se tornar secundária perante as convicções pessoais.” (Brasil Paralelo, 2024), reforçando a ideia de que é possível o pesquisador eliminar a sua ideologia, não só possível mas um passo necessário, para que sua análise se aproxime da verdade “objetiva”.

A modo de tensionar essa prerrogativa, usaremos o exemplo das cores. O fenômeno das cores é resultado de diferentes frequências eletromagnéticas refletidas nos nossos olhos. A visão humana não é capaz de diferenciar todo o espectro eletromagnético da luz, o que resulta na denominação de infravermelho, aquelas ondas que se situam numa frequência menor do que aquela que os seres humanos percebem como vermelho, e de ultravioleta, aquelas ondas que se situam numa frequência maior do que aquela que os seres humanos percebem como violeta, cores que são invisíveis à percepção humana mas que, não obstante, ainda constituem-se como fenômenos da natureza. Com essa consideração, onde estaria a verdadeira luz? Outro exemplo correlato: é possível provar que duas pessoas vejam a mesma cor? Se duas pessoas encontram uma bandeira da cor vermelha, como se prova que o vermelho existe como uma “essência”, que há um vermelho “verdadeiro”, e como chegar a prova de que a cor que aqueles dois indivíduos enxergam é o mesmo “vermelho”? Esses exemplos são

conjurados aqui a fim de problematizar e demonstrar que as discussões de ordem ontológica e epistemológica não podem ser simplesmente deixadas de lado quando se pretende a elaboração de um material que se diz historiográfico, por tanto, científico.

O “inimigo vermelho” é um desprendimento lógico da primeira matriz discursiva. Se a neutralidade conservadora é motivo de orgulho, a sua figura espelhada, a entrega a uma ideologia que distorce a realidade e distancia o indivíduo da verdade absoluta, se torna a mais potente das injúrias. No artigo que busca apresentar as diferenças entre direita e esquerda, a redação da Brasil Paralelo escreve que os esquerdistas:

são legisladores em causa própria. Eles fazem o que querem e estão sempre certos em idealizar um futuro em que o que foi feito tem valor. Assim, acabam cometendo mais crimes do que aqueles que prometeram eliminar em favor de um futuro melhor do que o passado. Segundo o professor Olavo, é uma profunda desorientação moral (Brasil Paralelo, 2021).

Existe nesse formação discursiva a necessidade de um inimigo, alguém ou um grupo que é responsável por engendrar as crises que a sociedade atual enfrenta ou, fazendo ressonância com o signo conservador, alguém que desconectou a sociedade da sua história, dos valores e instituições que se provaram como benéficas com o passar do tempo. Há sempre um caráter doloso em tais ações, talvez não nos seus perpetradores diretos que agem como “massa de manobra”, mas definitivamente nas artimanhas e estratagemas de seus líderes ocultos e cabalísticos. Dada essa configuração, há também uma necessidade de combate feroz contra os inimigos, estendendo a possibilidade de “ressocialização” para os mais ingênuos e ostracizando da vida pública os mais engajados, caminhando em última instância para a eliminação daqueles responsáveis pelas mazelas da sociedade. No decorrer das várias produções da empresa, o professor de história, os esquerdistas, os propagadores da agenda woke, os progressistas, as ONGs, os agentes do Estado, etc., são pintados como simpatizantes, colaboradores ou agentes secretos do maior inimigo da sociedade hodierna: o comunismo. A utopia do relativismo moral que sacrifica o presente em prol do futuro imaginado, responsável pela Grande Fome de Mao e o Holodomor, assassinatos em massa na figura de mais de 50 milhões de mortos, que prega a destruição da propriedade privada, da família e da religião e até hoje causa uma série de violações dos direitos humanos em países como China, Cuba e Coréia do Norte (Brasil Paralelo, 2024).

A identificação de inimigos responsáveis pela crise vivida no presente não é algo exclusivo da direita radical populista brasileira. Os movimentos desse tipo na Europa identifica o inimigo no imigrante, no árabe, no judeu, no povo romani e também no comunista. Isso é reflexo direto dos regimes fascistas que governaram alguns desses países no

passado. No Brasil, o regime que deixou a silhueta desses inimigos na ideologia desses movimentos foi a Ditadura Militar que, na figura do subversivo, tentou exterminar as ameaças internas do país.

Outro formação discursiva mobilizada é a “ojeriza liberal” que se manifesta a partir do alto grau de desconfiança em relação a qualquer célula do tecido do Estado nacional, isso se estende também para as ações perpetradas por ele. Como dito por Henrique Viana, a ojeriza com que os sócios-fundadores sentiram da interferência e da ineficiência do Estado foi talvez um dos sentimentos que mais motivou a formação da empresa. Qualquer que seja o caso, essa é uma matriz que aparece de maneira majoritária quando o objeto do documentário são problemas mais próximos temporalmente da data de sua produção. Ela também pode ser manipulada para angariar recursos e novas pessoas para a causa da Brasil Paralelo:

Não tem funcionado esperar que os governos solucionem os problemas. Portanto, é preciso que cada pessoa, cada família e a sociedade civil organizada assumam suas responsabilidades. Quando uma pessoa se torna Membro e contribui com o financiamento da empresa, possibilita que milhares de outras tenham acesso gratuito a conteúdos de qualidade que expandem a consciência dos brasileiros (Brasil Paralelo, 2021).

É um discurso que serve para fortalecer a meritocracia na sociedade brasileira. A própria Brasil Paralelo é um *case* de sucesso, a prova que três jovens podem ter uma idéia brilhante, *pull themselves up by their bootstraps* – expressão em inglês que quer dizer que alguém conseguiu se erguer pelo fruto do próprio esforço, literalmente puxando os próprios cadarços de sua bota para se levantar – contando apenas com um empréstimo no banco, uma sala minúscula alugada em um coworking, câmeras emprestadas, muito esforço e noites sem dormir eles conseguiram transformar essa ideia em um dos maiores ecossistemas de entretenimento no Brasil em menos de cinco anos. Por que outras pessoas não podem fazer o mesmo? Por que depender de uma máquina estatal inchada, ineficiente e corrupta?

Para além da meritocracia, mas em relação simbiótica com essa, tal discurso provoca uma individualização do indivíduo. Ayn Rand, escritora do romance “A Revolta de Atlas”, escreve que a menor minoria que existe é o indivíduo, alertando sobre a tendência de movimentos de massa em representar um grupo em detrimento do indivíduo. Margaret Thatcher (1987) ecoa esse sentimento com o postulado “não existe essa coisa de sociedade!”, indicando também a necessidade de desvencilhar os esforços coletivos da melhora na qualidade de vida das pessoas. O arcabouço neoliberal aplica essa prerrogativa no nível individual para fortalecer a sua cruzada na diminuição do Estado, se o indivíduo não pode contar com agrupamentos sociais próximos, como os sindicatos, as associações de bairro e

afins, para sua ascensão social, contar com o maior agrupamento de todos, o Estado, também não faz sentido.

Ademais, esse discurso estabelece que não há outra alternativa senão aquelas indicadas pelas contribuições dos teóricos da Escola Austríaca, com influências marginais dos liberais clássicos como John Locke e Adam Smith e dos libertários como Milton Friedman e Murray Rothbard. Em outras palavras, não há caminho além do neoliberalismo. Em um artigo que apresenta o “infalível” argumento que prova que o socialismo não funciona, a redação da Brasil Paralelo demonstra as benesses que o caminho do neoliberalismo proporciona:

É por isso que a oferta, a demanda e o sistema de preços são aspectos que consolidam a democracia do consumidor. Após a conquista do Rule of Law, ou seja, uma igualdade de todos perante a lei, torna-se possível ter livre-iniciativa e desafiar qualquer empresa consolidada. Não é uma conquista de todos os países, há exceções nos totalitarismos e em intervenções específicas. De qualquer forma, a qualquer momento, um novo produtor pode lançar seu produto no mercado e disputar. Outros podem oferecer algo que julgam ser melhor e cobrar mais caro. Cada vez que isso acontece, os concorrentes são obrigados a rever suas estratégias. O “voto” será dos consumidores, por isso se diz que é uma democracia. Quando alguém vende um produto mais barato, ele pressiona os outros para baixar seu preço e manter a competitividade. Isto faz com que o capitalismo seja pujante e que tenha flexibilidade de classe, inexistente na Idade Média. Por outro lado, a fixação de um preço leva as empresas à falência, as pessoas à fome e o Estado também terá suas fontes esgotadas. É um sistema impossível. Foi assim na URSS, na Europa Oriental e em todos os lugares onde foi implementado (Brasil Paralelo, 2021).

Por outro lado, parece existir uma espécie de “hipocrisia institucional”. Visto que o Estado é dominado por esquerdistas que só se interessam em se locupletar da máquina pública, é dever dos poucos não-afetados pela ideologia de esquerda se infiltrar nesse “território inimigo” e realizar reformas a fim de encaminhá-lo para o caminho certo. Isso normalmente se configura em clássicas políticas neoliberais como o corte de gastos em programas sociais, a diminuição do investimento em áreas como saúde, educação e infraestrutura, redução no número de funcionários públicos, etc. Como reflete Diego Martins Dória Paulo em uma matéria da Le Monde Diplomatique, se trata de uma “destruição criadora”:

Para que o “Novo Brasil” seja possível, não bastaria reformar o ministério. Embora esta seja uma etapa importante, não bastaria expurgar seus quadros. O “esquerdismo” atravessaria a integralidade de suas práticas, e só uma política de devastação poderia responder adequadamente ao problema. Mas a destruição é também construção. Do seio da antiga ordem há de nascer uma nova cultura, na qual uma nova história será narrada (Paulo, 2020).

Contudo, apesar dessa consequência lógica da ojeriza liberal, é um discurso que contém contradições em si. A lista dos entrevistados pela Brasil Paralelo, considerados aqui como os intelectuais orgânicos da burguesia brasileira, contém muitos nomes ligados diretamente ao Estado, seja na posição de ministros, deputados estaduais e federais,

vereadores e até mesmo no cargo máximo do Executivo da federação, muitos desses tendo longas carreiras na vida pública. Jair Bolsonaro, por exemplo, compreende o horizonte temporal de 34 anos em cargos administrativos, quase metade de sua existência. Se o Brasil vive uma suposta hegemonia do pensamento de esquerda, que detém firmes rédeas sobre a cultura e o Estado, como tais políticos sequer obtiveram vitória nas eleições? Uma vez eleitos, o que justificaria tamanho dispêndio de tempo nesse território inimigo? Se considerarmos que a análise da Brasil Paralelo é verídica, o que contradiz a possibilidade das vitórias nas urnas, o sistema construído pelo PT é tão massivo e absoluto que seria necessário uma reforma quase completa da sociedade e do aparelho do Estado, o caminho de uma nova Constituição aponta para isso. Contudo, se considerarmos hipóteses mais cétricas e sóbrias, a realidade mostra o contrário. Ao invés de uma atmosfera totalmente comunista, como diz Lobão no sexto episódio do “Congresso Brasil Paralelo”, a sociedade brasileira é profundamente conservadora e tende a pautas mais à direita, mas não se trata de um monolito de pensamento. Representando o debate multilateral característico das democracias, o Estado é composto por representações diversas da direita, do centro e da esquerda.

O discurso que propala o inchaço da máquina estatal brasileira não se sustenta na materialidade dos fatos. Os Estados Unidos, que parece ser o modelo de um bom Estado que respeita o livre mercado e não intervém na economia segundo os intelectuais entrevistados pela Brasil Paralelo, tem mais funcionários públicos do que o Brasil em números relativos e absolutos: 13,56% contra 12,4% da população de cada país respectivamente (CNN, 2023). Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, 2025), os Estados Unidos é responsável por 39,4% do total de 2,46 trilhões de dólares do investimento global em defesa, 968 bilhões do seu PIB de 29,2 trilhões são gastos para não só manter a sua gigantesca máquina de guerra mas para expandí-la. Dado essa conjuntura, não se pode argumentar que o Estado mais próximo do status de hegemom no sistema internacional seja um exemplo de um Estado mínimo e não-intervencionista. É tão intervencionista que utiliza do papel central do dólar no câmbio internacional e do sistema SWIFT como armas de guerra através das tarifas aplicadas a outros países.

A “iniciação templária” se refere a duas características contidas nas produções da BP. A primeira é o caráter secreto do conhecimento contido nos documentários, um conhecimento perigoso à hegemonia de esquerda que domina a sociedade e, por isso, algo que deve ser censurado, escondido e até mesmo proibido de ser veiculado. Assim, visando sua proteção, as produções da empresa são uma espécie de iceberg midiático, menos de 10% do conteúdo da Brasil Paralelo está disponível no seu canal de YouTube, como indica sua página de “Seja

Membro” (Brasil Paralelo, 2025). A segunda característica é o dever que é atribuído ao espectador uma vez que ele é exposto aos conhecimentos contidos ali. Agora ele faz parte de uma sorte de sociedade secreta, ou até mesmo de uma ordem templária, que tem como objetivo despertar outros brasileiros, retirando o cabresto que os limitava de ver a “verdade”. O Clube dos Mecenias é um exemplo primoroso desse tipo de relação. Obviamente não é exclusividade da Brasil Paralelo um grupo de acesso restrito aqueles que contribuem financeiramente para a empresa, mas o dispêndio financeiro necessário para tal atividade é restritivo para a maioria da população brasileira, o que serve como uma barreira de entrada monetária, e indica uma grande confiança na mensagem produzida pela empresa. Não apenas as bolsas servem como uma assinatura da plataforma da BP para aqueles que não conseguem pagar, mas elas também são usadas para financiar o cursos de formação oferecidos pela empresa e até o financiamento de instituições de ensino com uma relação dúbia frente ao MEC, como é o caso da jóia da coroa do mecenato, o Instituto RECEBS.

Essa formação discursiva não aparece tanto nas produções em si, tendo o maior número de exemplos nas campanhas publicitárias da empresa, nas introduções e finalizações dos vídeos narradas por Valerim e até mesmo nos títulos de suas produções como “Investigação Paralela”, a série “Face Oculta” ou em seus cursos como “O Conservadorismo Brasileiro que Esconderam de Você”. Um anúncio que demonstra bem a matriz da iniciação templária data da divulgação do “Brasil: A Última Cruzada” e dizia que o documentário iria desmentir ou desbancar o seu professor de História, implicando que os docentes estariam ocultando ou distorcendo o que realmente aconteceu na história do Brasil em benefício próprio ou na servitude de alguma causa e que a Brasil Paralelo estaria apresentando a verdade sufocada pelo “sistema”. Ela também pode ser observada no já referenciado vídeo exclusivo para os membros fundadores da Brasil Paralelo:

Você também fez a sua parte, nos dando um voto de confiança e o seu financiamento. Por causa desse ato de coragem, nós estamos aqui hoje, dando um grande passo na retomada da nossa verdadeira cultura, da nossa verdadeira missão como brasileiro. Nós queremos que você sinta orgulho pois o investimento que você fez já causou muitas mudanças. Por sua causa despertamos a consciência de pessoas que jamais teriam acesso a uma visão sistêmica dos problemas que o Brasil enfrenta e da revolução cultural que passamos (Brasil Paralelo, 2017, 0:30 a 1:01).

Henrique Viana já demonstrava um pouco sobre a visão que ele e os sócios têm a respeito de produções audiovisuais, especificamente a relação que os filmes estabelecem com a sociedade e o universo simbólico compartilhado da mesma:

Os filmes eles são as próprias histórias com as quais a gente toma contato e é quase que o aprendizado de comportamento por espelhamento. De fato, os personagens de filmes são personagens reais pra nós. As histórias que a gente conhece através dos filmes são histórias reais para nós. [...] Os filmes são elementos de formação cultural

que a gente menospreza a potência deles. [...] A gente menospreza o fato de que o capitão Nascimento virou um herói nacional e dez anos depois a gente elegeu o capitão Bolsonaro. A gente menospreza isso, mas tá tudo lá, tá tudo lá. O inimigo do Brasil que é o jovem universitário maconheiro e que compra droga e participa da ONG no morro, e num sei que tal. Tá tudo lá. Quer dizer, antes do Tropa de Elite esses símbolos estavam no inconsciente coletivo. [...] O filme ele desabrocha do nosso inconsciente os símbolos que são próprios do nosso contato com a vida, né? Esse ciclo da nossa vida do nascimento até a morte. Essa história ela já existe, né? Milhões de pessoas viveram uma história parecida com a nossa, no passado, tiveram problemas parecidos. Então é isso, as histórias e os filmes, assim como a literatura, formou culturas (Carlos Alberto Di Franco, 2021, 50:50 a 52:29).

A entrevista da qual esse trecho é retirado antecede por alguns meses a estréia do documentário “A Sétima Arte”. Ele é composto por sete episódios, nos três primeiros é apresentado à sua audiência a história do cinema, o seu uso político e a tese de Jonathan Pageau sobre o parasita pós-moderno, respectivamente, enquanto nos quatro episódios restantes são apresentadas análises de grandes clássicos do cinema: “O Poderoso Chefão”; “A Felicidade Não Se Compra”; “Star Wars”; “O Senhor dos Anéis”. Devido a fins metodológicos, apenas os três primeiros episódios serão aqui trabalhados pois eles fornecem a relação ontológica da Brasil Paralelo com produções audiovisuais além de, por ser um produção da mesma, apresenta marcas aparentes de seu discurso neoliberal e de viés conservador.

O primeiro episódio traz um pouco da criação do cinema. O documentário traça vários paralelos entre a criação do cinema feita pela humanidade e a criação do homem feita por Deus. A criação do cinema é retratada como a criação própria da humanidade de sua luz, de modo semelhante a quando Deus comandou ao vazio para que seja feita a luz, e com a criação da luz a humanidade também cria suas trevas. Essa dicotomia provoca uma questão moral ao espectador: luz ou trevas, quem irá triunfar? Ainda nos paralelos divinos, o documentário diz que se Deus fez o homem a sua imagem e semelhança, o ator realiza processo similar quando ele “cria” um personagem e faz o público se enxergar nessa criação, simpatizando-se com ela. É nesse exercício empático que está outra potencialidade do cinema. A sétima arte permite o telespectador a experienciar várias vidas, sentir emoções que nunca conseguiria de outra forma, além de fazer com que o público reflita nas escolhas da sua própria vida. O cinema é algo que “eleva” aquele que o assiste. Com a evolução do cinema, o melhor conhecimento da arte e as inovações ligadas a ela, as histórias foram se complexificando. Esse aprofundamento das histórias contadas nessa nova arte começa a se aproximar da função que o mito exercia em sociedades mais antigas. Um dos entrevistados conclui então que o ser humano entende o mundo através das narrativas, e as narrativas mais antigas são aquelas contadas nos mitos

fundadores de cada agrupamento humano. Isso porque os indivíduos não vivem de fatos, vivem de mitos, pois, o “pensamento humano é inevitavelmente simbólico”.

É identificado pelo documentário o papel do “monomito” ou a “Jornada do Herói”, uma estrutura de arco narrativo encontrado em muitos dos mitos da Antiguidade e que se mantém até hoje nas produções mais famosas do cinema. Alvo de estudo de Joseph Campbell em “O Herói de Mil Faces”, a Jornada do Herói se refere ao arco narrativo, dividido em algumas etapas, que o protagonista deve passar durante a história sendo contada. São elas: o mundo comum, o chamado, a recusa, o mentor, a travessia, os desafios, a caverna, a provação, a recompensa, o retorno, a ressurreição e o novo mundo. O documentário aponta como o herói moderno, ou o herói hollywoodiano é, genericamente, o cavaleiro cristão. O protagonista da história se sacrifica em nome do bem maior, tal qual Jesus Cristo. Em contrapartida, os heróis antigos buscavam ser cantados nas histórias que os outros escreviam sobre ele, conquistando assim a sua imortalidade, um ganho pessoal resultante de sua bravura. O documentário aponta como que a ideia do herói cristão está tão profundamente enraizada na cultura que nem mais é reconhecida como parte da mitologia cristã. Para se opor à figura do herói, temos a construção do vilão, a antítese então do herói, o seu espelho, a sua sombra lacaniana, que representa, em termos cristãos, a possibilidade de se corromper: o herói que se deixou vencer pela tentação do pecado. Um exemplo dado pelo documentário é a relação de Frodo e Sméagol na trama de “O Senhor dos Anéis”. Ambos são da mesma raça mitológica, os hobbits, e são tentados pelo Anel de Sauron, um objeto de poder criado pelo vilão principal da história, mas enquanto Frodo resiste a tentação e as artimanhas causadas pelo Anel e consegue trilhar sua jornada para destruí-lo, a corrupção consome Sméagol no primeiro momento que ele entre em contato com o objeto. Ainda que Sméagol (ou como fica conhecido pós-corrupção: Gollum) não seja o vilão de toda a estória, ele representa o que a falta de virtude pode acarretar para o herói e age como antagonista durante a jornada de Frodo.

O primeiro episódio conclui com uma análise do impacto do cinema na vida das pessoas. Diferentemente dos métodos progressos de contar histórias, o filme se faz de maneira muito mais profunda, graças ao tempo que é dedicado ao consumo dele e a maneira muito mais democrática que ele se expressa, visto que não se torna mais necessário a habilidade da leitura para consumir aquele produto midiático. Seja nas salas de cinema, nas TVs, nos computadores, smartphones ou tablets, o consumo dessa arte é quase que constante na sociedade hodierna.

O segundo episódio retrata a “queda” do cinema, qual seja, a seu uso como ferramenta propagandística e ideológica pelos governos dos Estados Unidos, Alemanha nazista e União

Soviética. No minuto dezenove do documentário, uma citação de Goebbels sobre o filme “Outubro” ou “Dez Dias Que Abalaram o Mundo” de Serguei Eisenstein é exibida. As palavras do Ministro da Propaganda de Hitler criticam o filme soviético, acusando-o de ser “forçado” e “muito propagandístico”, aconselhando-o que “menos seria mais”. Apesar disso, na opinião de Goebbels, há muito que aprender com os soviéticos no que diz respeito ao cinema como ferramenta de propaganda. Um claro exemplo da matriz do “inimigo vermelho”, usado contra o regime nazista e o regime soviético por terem deturpado a neutralidade do cinema imbuindo-o com ideologias. Contudo, há uma leitura mais avançada que pode ser feita deste momento se examinarmos melhor como o documentário desenvolve seu argumento. De certa maneira, a sobreposição dessas duas figuras parece induzir o espectador do documentário a colocar o nazismo como algo menos pior do que o socialismo. Há uma ideia de que os soviéticos tivessem inspirado os nazistas e, se inspiraram no cinema, por que não em outras áreas também. O inimigo da BP, e do conservadorismo em geral, tende a ser o socialista/comunista. Partindo desse prisma, equiparar essas duas correntes políticas - comunismo e nazismo - é quase como colocá-las em pé de igualdade. Nesse caso, nem em plano de igualdade, o nazismo parece ser melhor do que o comunismo, ou pelo menos o primeiro possui mais sutileza do que o segundo no que tange a questão da propaganda.

Outro momento que elucida uma outra matriz discursiva, nesse caso a ojeriza liberal, é a citação de Goebbels a respeito de que agora, munido do Estado, a produção propagandística nazista atingiria níveis avassaladores: “Agora vamos mostrar a eles o que você pode fazer com o aparato estatal, se souber como usá-lo” (in Brasil Paralelo, 2021, 26:35 a 26:59). Aqui a ideia de Goebbels toma a forma de um bicho papão clássico de todo o neoliberal, aquele de um Estado massivo que controla todos os aspectos da vida em sociedade. Vale comentar que é utilizado um recurso semelhante daquele que foi usado na comparação do cinema nazista com o soviético: o nazismo é o ápice do mal encontrado no espectro político e todos as suas características são males imperdoáveis. Essa análise não é absurda. Pelo contrário, é uma das bases que (re)construiu a sociedade do pós-guerra, assim como um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Contudo, a lógica não faz seu caminho usual, parece haver uma reversão da mesma. Nas produções da empresa, é encontrada uma característica da sociedade, seja ela real ou imaginária, e o caminho até o nazismo é traçado. Usemos de exemplo as restrições impostas no convívio social sob a égide da pandemia de Covid-19. Em sua peça “7 Denúncias: as consequências do caso COVID-19”, a BP argumenta que as liberdades individuais foram infringidas, a despeito da Constituição e do bom-senso, em prol do combate

de um vírus e que a democracia brasileira tomava contornos totalitários. Ou seja, o estado de direito se encaminhava para as vias nazistas, ou pior, comunistas.

Um exemplo que caminha em uma lógica parecida é as contribuições que cada uma dessas nações ofereceu à sétima arte. O cinema pré-hollywoodiano tem como ponto de destaque David Wark Griffith, diretor de “O Nascimento de uma Nação”, que apesar do caráter profundamente racista do seu filme mais famoso é creditado como o pioneiro da técnica clássica do cinema. A URSS contribuiu com o Efeito Kuleshov, a ideia de que a justaposição de duas filmagens gera efeitos de significado diferentes a depender das imagens selecionadas, e o diretor que usou da técnica para representar a luta de classes e a dialética marxista em seus filmes: Sergei Eisenstein. Na Alemanha nazista, o diretor de “Metropolis”, Fritz Lang, foi procurado pelo regime para tomar a dianteira na produção de filmes propagandísticos mas recusou a proposta e fugiu do país pouco tempo depois. Leni Riefenstahl tomou o lugar de Lang pois o teor artístico de seus filmes mascarava melhor a intenção de propaganda imaginada por Goebbels. O que chama a atenção é que o documentário foca demasiadamente no cinema nazista e pouco fala das contribuições do cinema soviético.

Vemos isso também especificamente na questão da propaganda. Enquanto os outros países citados parecem a continuar a produzir filmes apenas interessados na defesa de uma ideologia, os Estados Unidos é apresentado o único país que passa por um espécie de arco de redenção, no sentido de que alguns diretores que fizeram filmes apoiando o conflito armado, uma vez que foram pessoalmente ver as tropas americanas no embate do teatro europeu, se arrependeram e começaram a resgatar o cinema “puro”, interessado em contar histórias que elevassem os ânimos positivos. O exemplo do documentário é o de Frank Capra, diretor do propagandístico “*Why We Fight*” e do esperançoso “*It’s a Wonderful Life*” (em português o título é “A Felicidade Não Se Compra”), que se torna uma espécie de cavaleiro moral contra a degeneração de Hollywood, perdida em sexo e materialismo, trazendo de novo ao cinema americano o amor transcendental e os valores perdidos, tão necessários frente aos horrores das guerras e mostrando aos EUA e ao resto do mundo que a América ainda representava algo mais do que soldados e tanques. O segundo capítulo se encerra com a ressalva de que a propaganda explícita é menos perigosa do que a mensagem subliminar, principalmente em filmes de ficção.

O terceiro capítulo se inicia com uma apresentação do ciclo de vida do Cordyceps, fungo ascomiceto que parasita artrópodes e que controla os mesmos uma vez que seus esporos contaminam esses animais. O fungo então, por uma série de reações químicas, força o

animal, o caso exemplar é o da formiga, para o local mais apropriado para a liberação e proliferação de seus esporos, garantindo que o ciclo se repita novamente. De maneira séria, o narrador em *off* diz ao público: “Assim age um parasita”. Essa pequena diatribe serve para introduzir a tese do “parasita pós-moderno” na indústria cultural. Criada pelo escultor de ícones franco-canadense Jonathan Pageau, creditado no documentário como professor de semiótica e iconologia mas que não aparenta ter formação acadêmica além da graduação no programa de Pintura e Desenho da Concordia University em Montreal segundo seu perfil no LinkedIn e sua página da Wikipédia, a tese postula que os pós-modernos tomam para si um símbolo conhecido, esvaziam-o de seu conteúdo, e o reapresentam a sociedade com a sua mensagem escondida nesse produto.

Uma breve cobertura é dedicada ao Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara e sua investigação de Hollywood nos anos 40 sobre os supostos comunistas infiltrados na indústria de filmes americana. Depois, o filme explora um pouco da nova geração iconoclasta de diretores dos anos 60 e 70. Uma geração que experimentou muito com os limites da arte e também com a tentativa de passar uma mensagem através de seus filmes. Os anos 80 trazem uma grande inovação: o *blockbuster*. Enfim, o cinema estava de volta nos trilhos do entretenimento e do escapismo, não mais sendo distorcido para a propaganda ou para a defesa de uma ideologia. O primeiro grande *blockbuster* é “Star Wars - Uma Nova Esperança” de George Lucas. O documentário trata de maneira ingênua esse “retorno ao entretenimento”, parece ser de uma pobreza intelectual, ou uma estratégia deliberada, a incapacidade de conceber um filme como algo político. Não é porque um filme foi concebido como neutro, o que sequer é o caso visto que Star Wars traça paralelos com a Guerra do Vietnã e coloca os Estados Unidos como análogo ao Império, que leituras ou análises de cunho mais crítico não possam ser feitas sobre esse material. O próprio documentário se contradiz com seu próximo exemplo de *blockbuster*. “Tubarão” de Steven Spielberg é lido como uma crítica à corrupção de agentes políticos e com ares mitológicos, tendo como seus protagonistas alguns arquétipos como o “intelectual fracote”, o “povo” representado em um trabalhador manual e o “pai de família” que enfrenta o “dragão” e vence apesar das circunstâncias adversas.

Star Wars retorna no documentário como o exemplo de um símbolo esvaziado pelo parasita pós-moderno. A compra dos direitos da propriedade intelectual pela Disney trouxe uma nova leva de filmes que estão mais preocupados com “deixar o passado morrer” e substituí-lo por uma agenda progressista, segundo as opiniões dos entrevistados. A nova protagonista da saga, Rey, representa um personagem sem arco narrativo que não aprendeu nada com ninguém e se configura como uma tentativa de representar uma personagem

feminina empoderada, substituindo a vitória sobre as provações e tribulações pela realização de um potencial inato que já residia no âmago da personagem. Eis o parasita em ação: ao invés de escrever novas histórias com personagens originais, a indústria de filmes está em um ciclo de Ouroboros, abocanhando o seu próprio rabo em busca de alguma franquia que possa ser revivida e fazer sucesso novamente, ao preço da alienação dos fãs originais.

Contrastando o episódio VII de Star Wars com o clássico do Studio Ghibli, “A Viagem de Chihiro”, Pageau argumenta – curiosamente sem citar o nome de Chihiro – que o último é um exemplo de um arco narrativo que gera empatia com o consumidor, o desgaste e o aprendizado vivenciados por Chihiro a fazem se tornar forte e decidida, capaz até mesma de cativar a bruxa do outro mundo para o bem, catequizá-la se considerarmos o primeiro episódio e a ligação com a liturgia católica. Ao passo que Rey, a personagem de Star Wars, está destinada ao esquecimento da cultura pop pela falta de adversidades enfrentadas em sua jornada. Nesse sentido, a mensagem da nova trilogia de Star Wars para o público é que não é necessário fazer grande esforço frente às tentações e perigos que tumultuam nosso dia a dia, já somos os “escolhidos”.

Segundo o documentário, os filmes de hoje são mais cultuados pela sua mensagem política do que pela sua mensagem artística. Um dos entrevistados argumenta que se um filme realizar tecnicamente todos os seus elementos, som, direção, atuações, etc., mas conter nele uma mensagem como “o racismo é ruim”, este filme será considerado como um bom filme, apesar de suas falhas técnicas. Contudo, um exemplo hipotético, muito menos anedótico, é difícil de ser debatido. Enquanto esse convidado fala, imagens do filme “Bacurau” de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles são exibidas.

Mais adiante, é exibida uma montagem que relaciona a baixa audiência das premiações do Oscar nos últimos anos com a vitória da política sobre o entretenimento. O discurso de Ricky Gervais, humorista britânico, no Golden Globes de 2020 no qual ele manda uma dura mensagem para os candidatos ao Oscar e os aconselha a não usar o momento da premiação para fazer um discurso político é entrecortado com discursos do tipo citado por ele sendo proferidos por diversos atores. Os discursos abordam a realidade da desigualdade social dos Estados Unidos, com moradores de rua sendo deslocados para acomodar as premiações do Oscar, e as reações entediadas e confusas a esses discursos de membros da própria cerimônia da Academia. Toda essa montagem é acompanhada por uma música instrumental alegre, semelhante a animações que utilizam do mesmo recurso em busca do humor.

Nos momentos finais do terceiro capítulo, Pageau apresenta uma análise do porquê as produções recentes de Hollywood já não atingem sucesso de bilheteria e não ressoam mais

com o público, tal qual como os grandes clássicos ainda o fazem. A tese central retoma a influência da iconografia cristã, tão profundamente arraigada no imaginário popular que poucos reconhecem o arco do herói moderno como uma recontagem da história de Jesus Cristo, que preza o martírio como passo necessário para a vitória do mal. Para Pageau, assim como o documentário de maneira geral, as boas histórias têm em comum esse arco e têm o poder de causar grande valor emocional na sua audiência pois elas representam a própria vida em sociedade. Vida essa que, a partir da perspectiva neoliberal, é uma vida de martírios, na qual é preciso sacrificar no altar da boa convivência e da sociabilidade as características que nos diferem em indivíduos. Ele diz:

É assim que a nossa sociedade se mantém unida, ou seja, por meio do auto sacrifício. Na verdade, é mais por meio do auto sacrifício do que dessa narrativa de oprimido, querendo conseguir poder para si mesmo. É por meio do auto sacrifício que nos mantemos unidos, porque temos que sacrificar nossas idiossincrasias para existir em qualquer comunidade. Na família, em qualquer grupo, qualquer clube, você deve ser capaz de sacrificar algum aspecto de si mesmo para conseguir amar os outros (Brasil Paralelo, 2021, 50:45 a 51:14).

O “Congresso Brasil Paralelo” se porta como uma espécie de Brasil Paralelo “beta”, no sentido utilizado pelos programadores, ou uma demo do que viria a ser o projeto caso fizesse sucesso. Há indícios de ideias que seriam apropriadamente abordadas em documentários futuros, como a colonização do Brasil, o período da Ditadura Militar, os perigos do comunismo e a figura de Antônio Gramsci, e também das matrizes discursivas que marcam as produções audiovisuais e escritas que a empresa produziria no futuro, como o inimigo vermelho manifestado no antipetismo e no trato do comunismo, a ojeriza liberal que aponta os erros cometidos pelo Estado inchado e as soluções detidas pelo arcabouço neoliberal e a neutralidade conservadora quando o otimismo e a nostalgia por algo não vivido salta das palavras dos entrevistados quando estes descrevem o período do Brasil Colônia e do Brasil Imperial e o ressentimento dos mesmos quando a República é instaurada no país em 1889. O mesmo pode ser dito sobre os elementos que estão interessados em transmitir a mensagem para além do roteiro. A voz em *off* do narrador Filipe Valerim, estilo da montagem, a *stock footage* utilizada para representar os períodos descritos ou os pontos apresentados e até a trilha sonora estão ali em um estado mais “bruto” que iria se sofisticar com o tempo e a experiência dos amigos e a solidificação da empresa no mercado audiovisual.

Chamamos a atenção para esses pontos porque isso nos indica que a atividade que a Brasil Paralelo exerce no campo cultural, como um “periódico” de intelectuais orgânicos da burguesia brasileira, está presente desde sua primeira grande produção, discordando da narrativa orgulhosa da empresa de neutralidade e excluindo a possibilidade de que essa “se

perdeu” no caminho de 2016 a 2025 (data de escrita do presente trabalho) ou que abandonou o compromisso de não conter um viés político ou ideológico em seus documentários, como apresenta no seu direito de resposta ao jornal O Globo em 2019. Relembrando da história de fundação da empresa como nos contou Valerim em entrevista a Di Franco (2021), é possível até mesmo inferir que o objetivo de agir na mudança de senso comum da população brasileira e na propagação de uma ideologia favorável à elite do país seja uma das razões que motivou a criação da própria empresa.

O Congresso Brasil Paralelo contém seis episódios. O primeiro deles é o “Panorama Brasil - Um Raio X Inconveniente” no qual busca demonstrar o quão ruim está a situação do país e propor a questão de “como viemos parar aqui?”. A resposta parece ser indicada por uma concatenação de fatores como a crise da segurança pública, o alto número de impostos pagos pela população, a incidência desses impostos sobre os mais pobres e que são destinados a sustentar uma casta que domina o Estado, a falta de liberdade econômica e, conseqüentemente, da liberdade geral, a burocracia exagerada que causa uma dificuldade de empreender, o problema da cultura estatal do Brasil e a baixa qualidade dos serviços públicos, o exemplo especificamente abordado nesse episódio é o caso da educação. Um dos entrevistados, Luiz Philippe de Orléans e Bragança, ao se referir às condições econômicas do Brasil chega a dizer que a falta do livre mercado, a falta da livre iniciativa e a limitação estatal dos meios de produção causam uma conjuntura na qual “você não tem capitalismo” no Brasil (Brasil Paralelo, 2016, 14:21 a 14:23). O documentário se encerra com uma fala do guru de muitos dos entrevistados, e dos próprios fundadores da Brasil Paralelo, Olavo de Carvalho. Em tom resolutivo, Carvalho diz que esse panorama é resultado do cumprimento exato do suposto programa marxista do PT, não se tratando de uma incompetência do governo durante seus mandatos, que através da taxação progressiva seria possível estatizar a propriedade privada.

O segundo episódio pode ser entendido como uma versão *light* de “Brasil - A Última Cruzada”, o documentário de maior sucesso da produtora e que viria a ser produzido no ano de 2017. Isso porque a “Terra de Santa Cruz” busca trazer uma breve retrospectiva da história do país, tendo seu período de análise iniciado no primeiro contato entre indígenas e portugueses, passando pelo Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República e encerrando o episódio no Regime Militar. Esse episódio toma mais uma abordagem “historiográfica” se comparado ao primeiro episódio que busca uma abordagem mais próxima a análises da ciência política ou da economia, exemplificado pela presença dos historiadores Thomas Giulliano e Rafael Nogueira, entrevistados recorrentes nas produções da Brasil Paralelo,

principalmente quando esse resgate histórico é almejado. É notório a tentativa recorrente de apresentar uma leitura alternativa, em alguns casos até contrária, à historiografia tradicional ensinada nas escolas de nível básico e médio e produzida nas instituições de ensino superior. Na passagem sobre o Brasil Colônia, parece ser incômoda até mesmo a própria nomeação do período como tal por parte dos entrevistados. Alguns dos pontos que buscam dismantlar a ideia de colônia são levantados pelos historiadores convidados: a riqueza do Brasil era maior que a dos Estados Unidos e, por isso, não faria sentido designar o nome de colônia para o primeiro; os portugueses desenvolveram um processo civilizatório para com os indígenas, desvencilhando a ideia de exploração econômica pura e, assim, de colônia; os supostos méritos que a Coroa portuguesa teve nesse processo e que a historiografia tradicional ocultou como, por exemplo, a “verdadeira educação” que era dada a uma parte da população; que a “autonomia humana” dos indígenas os permitiam analisar as trocas entre espelhos e pau-brasil e chegar a conclusão que aquilo era benéfico para eles.

A seção sobre Brasil Império se inicia com uma ressalva do narrador: “uma versão da história é conhecida, a outra nem tanto” (Brasil Paralelo, 2016, 11:54 a 11:58). A versão aparentemente desconhecida da história do Brasil Império é uma narrativa ufanista e mágica da figura de José Bonifácio como o fundador do Brasil. Fundador não no sentido literal, mas como a mente genial que vislumbrou o futuro do país e soube aproveitar e criar as bases estruturais para que esse futuro acontecesse. Segundo Rafael Nogueira, foi Bonifácio que garantiu a unificação do Brasil pós-independência, aconselhando Dom Pedro I a visitar as províncias e conquistar o povo pela sua figura carismática. É mérito dele também o desmonte das sociedades maçônicas frente a ordem secreta que ele mesmo criou, a Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, que tinha na sua estrutura, antes mesmo da proclamação do império, um análogo ao regime político que o Brasil iria seguir nos anos seguintes. Era também um gênio da diplomacia pragmática, um patrono da educação e um grande estrategista da guerra. A fonte para tais “verdades” reveladas não são facilmente encontradas no corpo do documentário.

A República no Brasil é instaurada, segundo o documentário, a partir de três questões: o abolicionismo da escravatura que não ressarcia a propriedade perdida aos senhores de escravos; o desprestígio do Exército frente a Marinha e o alto número de baixas dos soldados na Guerra do Paraguai; o desrespeito de Dom Pedro II frente às bulas papais que proibiam o casamento com maçons e o aprisionamento de bispos que desrespeitassem as ordens do imperador. O tom que os entrevistados tratam a respeito do Brasil República é áspero. Isso se dá, sem surpresas, porque é nesse período que as sementes da hecatombe brasileira são

primeiro plantadas, segundo a análise apresentada por eles. A negação da cultura que vinha sendo construída na sociedade desde 1500 e sua substituição por uma cultura na qual o Brasil seria o país do futuro, o esvaziamento simbólico e a troca constante dos símbolos nacionais, a introdução do “Deus laico” na constituição são apontadas como algumas dessas sementes. O trecho termina com uma bizarra alegação advinda de Olavo de Carvalho que Brasília foi construída segundo o projeto de uma cidade comunista ideal, trazendo uma arquitetura totalitária para esse “falso símbolo nacional”.

A Ditadura Militar é o último período brevemente apresentado no segundo capítulo. Ninguém menos que o futuro presidente do país, Jair Messias Bolsonaro, é o primeiro entrevistado desse bloco e utiliza o seu templo de fala para explicitar que a maior parte da sociedade brasileira não queria uma revolução comunista no país e que apoiavam amplamente a contrarrevolução realizada pelas Forças Armadas. Olavo de Carvalho ecoa essa tese e aponta os dois grandes erros dos militares: ficar tempo demais no poder, quebrando a promessa com a população, e focar no combate aos comunistas apenas na arena das armas, deixando as escolas e a cultura livres para o domínio desses subversivos.

O terceiro episódio se intitula e apresenta “As Raízes do Problema” que assolam o Brasil. O documentário traz uma análise que aponta o dedo em riste as elucubrações de Karl Marx e Friederich Engels, qual seja, o comunismo. Desse modo, os primeiros minutos da peça são dedicados a uma declaração de bancarrota das ideias marxistas. A teoria do valor-trabalho é “refutada” em alguns minutos pelo futuro vice-prefeito de Porto Alegre, Ricardo Gomes, apesar das poucas (ou nenhuma) fontes e trabalhos instrumentalizados para tal, e Olavo de Carvalho contribui dizendo que o comunismo não é mais uma ideologia: é uma cultura (o que quer que isso queira dizer). Chama a atenção as palavras usadas pelos convidados do documentário ao tratar da ideologia comunista e dos regimes socialistas: “vírus”, “violência”, “sanguinário”, “absoluto”, “órgão doente”, “destruição”, dentre outras. As imagens e a trilha sonora também contribuem na construção de uma sensação desagradável ou de um perigo iminente. Imagens de arquivos demonstradas quando os interlocutores estão falando sobre a antiga União Soviética representam apenas três coisas e transitam entre si, representando o líder do partido (Lenin e depois Stalin), o grande e organizado poder militar e a miséria e as mortes causadas por essa ideologia. A trilha transita entre instrumentais solenes quando as falhas da ideologia são apontadas e uma música de caráter triste, que parece ser cantada em russo, toca enquanto as tragédias causadas pelos regimes socialistas são demonstradas.

Feito o resgate da origem do comunismo clássico, o documentário apresenta como essa ideologia ainda perpassa a sociedade, apesar das inúmeras falhas do modelo apontadas

pelos entrevistados. A solução para esse problema está nas contribuições de Gramsci , especificamente a ideia da hegemonia cultural, e a Escola de Frankfurt para o movimento comunista. Na tese do documentário, é graças a esses autores que o comunismo abandona o confronto direto, focando seus esforços na disputa do campo cultural e na dominação da mídia e da educação. Essa “revolução silenciosa” transformaria as pessoas em socialistas de forma gradual e de maneira imperceptível, através da subjetividade das produções culturais, como filmes, livros, esculturas, pinturas, peças teatrais, dentre outras, e de transformações na língua, inserindo formas de pensar socialistas sem causar alarde. A invisibilidade desse processo se garante pela maestria do método dialético que os comunistas detinham, produzindo a sua própria oposição, mas uma oposição falsa, no sentido de que ela também é simpatizante do processo, mas performa na sociedade civil um papel de crítico para que ainda exista uma “democracia”, não representando nada além de uma ilusão de escolha e de dissidência. O episódio termina com um exemplo prático do processo: a New Left. Surgida nos Estados Unidos durante a década de 60, a New Left é a cristalização desse processo de atualização que o comunismo passou depois de suas constantes derrotas (vale a ressalva de que a União Soviética ainda estava competindo com os Estados Unidos na corrida espacial) e da denúncia dos gulags mantidos por Stalin e é uma tentativa de se apresentar de maneira menos acadêmica, com uma comunicação mais aberta e popular com a sociedade. Junto a isso, estariam certas prerrogativas como a liberação das drogas, do aborto e a libertinagem sexual, escondidas, como um cavalo de troia, pelo discurso do “faça amor, não faça guerra”. Um outro exemplo da estratégia de “inside job” realizado pela esquerda gramsciana é a rede de Organizações não Governamentais (ONGs) aparentemente criada por Saul D. Alinsky.

A redação do Brasil Paralelo escreve um pouco mais sobre o papel das ONGs de Alinsky em um artigo em que define o que é marxismo cultural: “uma espécie de governo paralelo que representa um grupo, interesses e coordena sua ação. A ONG concentra o poder político de um lobby, um bloco de votos, uma militância, recursos, e tudo isso pode ser utilizado em favor próprio.” (Brasil Paralelo, 2022). O escritor de *Rules for Radicals*, segundo o documentário, foi apresentado para Al Capone e, a partir desse encontro, apreendeu a importância de agir discretamente e pelos bastidores da sociedade, tal como fazia a máfia italiana. Aplicando o princípio marxista a essa estratégia, para destruir o sistema é necessário agir por dentro do mesmo. Esse feito é atingido através dessa rede de ONGs descentralizadas – Alinsky criou 44 ONGs ao longo de sua vida – que agiriam em prol da revolução. Como “prova do crime”, o documentário aponta que Hillary Clinton escreveu sua dissertação de mestrado sobre as ONGs de Alinsky e Barack Obama estudou em uma dessas ONGs, mais

tarde agindo como advogado de defesa de uma delas em um escândalo de corrupção na qual uma dessas ONGs foi acusada.

No Brasil, para além das mais de 200 mil ONGs que operam no país, a prova dessa mudança de estratégia comunista é o lugar de Paulo Freire como patrono da educação brasileira. A “Pedagogia do Oprimido” assegurou a dominação das futuras gerações de alunos para a causa comunista e foi um campo de batalha ignorado pelos militares durante os 21 anos que dominaram o país. Nas palavras de Olavo de Carvalho, que tem esse ponto e o fato dos militares demorarem demais em retornar o poder ao povo os grandes erros da Ditadura Militar, os militares “tavam [sic] perseguindo comunista lá no meio do mato, e os comunistas tomando as escolas” (Brasil Paralelo, 2017, 38:14 a 38:20). A longa ocupação militar na política do país foi responsável, segundo o documentário, por “matar” a política e acabar com a direita ideológica. A consequência desse vácuo permitiu que a Constituição de 1988 fosse aprovada, essa apontada como fortemente intervencionista e de caráter socialista.

“Dividindo pessoas, centralizando o Poder” é o título do quarto episódio da série. Neste episódio, o foco do documentário é o Brasil atual e as estruturas que sustentam a hegemonia de esquerda que domina o país, afinal: “a história da nova democracia brasileira se confunde com o crescimento dessas ideologias de esquerda” (Brasil Paralelo, 2016, 1:12 a 1:17). Embasadas nas contribuições de Gramsci, as estruturas que sustentam suposta hegemonia estão erigidas nas instituições de ensino, na mídia e na cultura.

Na jornada para garantir o Poder, a esquerda gramsciana busca a conquista das mentes e dos corações das pessoas. Os professores formados na universidade são doutrinados no pensamento comunista, garantindo que a hegemonia de pensamento se mantenha na universidade e também se espalhe para a sociedade, com a formação de estudantes e na elaboração de conteúdos para o currículo escolar de outros níveis de ensino. Olavo de Carvalho culpa a editora Abril pela popularização do “socioconstrutivismo” e mostra o lado mais *softpower* da hegemonia da esquerda brasileira. Um lado mais combativo, no entanto, vem no exemplo da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nas palavras de Luiz Felipe Pondé, a UNE é um movimento “autoritário, totalitário, truculento, violento [...] você encontra mais debate em igreja evangélica do que na universidade” (in Brasil Paralelo, 2016, 12:58 a 13:14).

Sobre a imprensa, a entrevistada Joice Hasselmann aponta que as mídias estão no mesmo patamar de corrupção das empreiteiras investigadas pela Lava Jato, operação iniciada em 2014 pela Polícia Federal que acompanhou um esquema de lavagem de dinheiro conhecido posteriormente como “Petrolão”. Ela aponta o poder que a mídia possui em

construir ou destruir reputações em um curto espaço de tempo segundo os interesses daqueles que a financiam. A própria Joice foi alvo desse poder quando seu contrato com a emissora Record foi rescindido devido a críticas feitas ao governador do Paraná na época, Beto Richa. Não apenas para o descrédito de pessoas físicas que a imprensa é mobilizada. O documentário aponta a cobertura feita sobre as Jornadas de Junho e como a imprensa tentou montar uma narrativa de que aquelas pessoas eram raivosas, fascistas e que pediam a intervenção militar, quando, na verdade, se tratava de um movimento muito mais amplo e plural. No contexto das eleições de 2010, foi criado o Blog Prog, um coletivo de blogueiros de caráter progressista que serviu para a propaganda política a favor da presidente Dilma Rousseff e que foi financiado pelo governo federal e por ONGs do bilionário George Soros, um “metacapitalista” que não defende as ideias e valores do sistema capitalista e busca Poder, como aponta Flavio Morgenstern (Brasil Paralelo, 2016).

Soros é frequentemente pintado em teorias de conspiração da extrema direita e da direita radical como o *mastermind* de uma série de redes de ativistas e de ONGs que buscam aplicar o progressismo e o comunismo nas sociedades ocidentais. Sem surpresa, tais feitos imputados a Soros por esses grupos radicais tomam a forma de teorias semelhantes aquelas descritas no livro de Henry Ford, “O Judeu Internacional”, e que serviram de material para o regime nazista. Ao longo do documentário, é mostrado que suas ONGs financiaram muito dos movimentos e iniciativas apontados como nocivos ao país, seja pela suposta sangria que causam aos cofres públicos, seja pela defesa e propagação de pautas como a campanha do desarmamento ou a liberação das drogas. Nas matrizes discursivas da Brasil Paralelo, ele toma a forma do inimigo a ser combatido, o financiador bilionário do comunismo e o espectro que causa o Espanto Vermelho.

No campo da cultura, a prova do domínio da esquerda apresentada pelo documentário se encontra na Lei Federal de Incentivo à Cultura, ou a Lei Rouanet. Originalmente, a ideia da lei é fomentar a produção de manifestações culturais com a ajuda de financiamento que advinha de grandes empresas, mas se tornou um “meio legalizado de desvio de verbas públicas” (Brasil Paralelo, 2016, 22:50 a 22:52). Além dos editais que decidem quais projetos que irão ser beneficiados pelas verbas serem dominados por pessoas viesadas para a esquerda, a Lei Rouanet começou a ser utilizada para “comprar” artistas já consagrados e garantir o apoio deles para o governo do PT, como acusa Eduardo Bolsonaro (Brasil Paralelo, 2016). Tal conluio garante que as peças culturais financiadas pela Lei irão abordar e defender pautas de interesse da esquerda como identidade de gênero, feminismo, direitos LGBT+, direitos das mulheres, combate a tortura, dentre outros.

As “Propostas” da Brasil Paralelo para consertar o país são apresentadas no quinto capítulo dessa produção. De maneira coerente com suas futuras produções, a solução para as dificuldades do presente está no passado. Performando a neutralidade conservadora com uma pitada de iniciação templária pela figura do inimigo oculto, o narrador inicia o episódio nos dizendo: “Durante muito tempo, o nosso passado nos foi negado, nossas memórias foram ocultadas e nossos símbolos foram esquecidos. [...] Onde nos perdemos?” (Brasil Paralelo, 2016, 0:39 a 1:02). Condizente com suas posições nos outros episódios, a falha do Brasil foi ter cedido espaço e poder para a internacional comunista, assim, a saída desse emaranhado se encontra no seu rival político: o capitalismo. O capitalismo proposto é o que segue o modelo de “liberal na economia e conservador nos costumes”, que gera riqueza salvando o homem da pobreza que é o seu estado natural. O capitalismo proposto pelo documentário é o que segue à risca o arcabouço neoliberal e a performance mais notória da formação discursiva da ojeriza liberal, um livre mercado sem intervenções estatais, uma desburocratização que estimularia mais empreendedorismo, uma redução do tamanho do Estado, dentre outras medidas. O que chama a atenção é o tamanho da reforma estatal que os entrevistados dizem ser a única solução para o país.

Adicionando a matriz da hipocrisia institucional ao discurso, a reforma política apresentada argumenta para a elaboração de uma nova Constituição, em função de seu caráter intervencionista e socialista além do alto número de emendas constitucionais que demonstram o atraso da mesma, ou a mudança para um governo descentralizado. A nova Constituição deveria ter traços liberais, permitindo a liberdade do povo e restringindo o governo, sendo possível até a eleição de um socialista pois essa Constituição nova protegeria a população contra possíveis impulsos totalitários. A presente Constituição do país, como exemplo do contrário, permitiu que o PT utilizasse de todo o gigantesco aparato estatal para implementar a hegemonia de esquerda. O que é proposto por um dos entrevistados, o jurista e advogado Ives Gandra², é uma verdadeira assepsia do Estado, realizada através de uma reforma tributária, trabalhista, previdenciária, administrativa e até do judiciário brasileiro, o que revela um discurso marcado não só pela hipocrisia institucional, exemplificada por muitos desses especialistas estarem na própria máquina estatal na posição de deputado ou jurista e pregarem pela redução ou destruição da mesma, mas também pela ojeriza liberal, visto que a solução só é vislumbrada a partir das receitas elaboradas por Mises, Friedman, Smith e correlatos.

² Ives Gandra é um dos juristas envolvidos na minuta de tentativa de golpe perpetrada no dia 8 de janeiro de 2023.

Encontra-se aqui um pouco da matriz discursiva da iniciação templária, especialmente no chamado às armas que encerra o capítulo. Há uma convocação geral para que os indivíduos da direita se entreguem para a política independente do seu campo de atuação. Advogados, dentistas, professores, artistas, qualquer que seja a profissão daqueles que se identificam com os valores conservadores – uma indicação implícita da neutralidade conservadora –, os entrevistados urgem para que essas pessoas participem do front da batalha cultural. Para tal, é necessário se educar, essa educação não poderia ser aquela infectada e dominada pela hegemonia da esquerda oferecida pelos meios tradicionais, seja a imprensa ou as instituições de ensino. O caminho alternativo apontado, já trilhado pelos fundadores da Brasil Paralelo, é encontrado nos cursos oferecidos por Olavo de Carvalho e na biblioteca online oferecida pelo Instituto Mises Brasil.

O último capítulo da série foca ainda mais o escopo da sua análise para os treze anos do governo do PT e é intitulado “Impeachment: do Apogeu à Queda”. Como demonstrado nos outros capítulos, o PT se configura como o inimigo do Brasil, aquele partido que dominou a população e o governo através das táticas gramscianas, garantindo a manutenção da hegemonia de esquerda e eliminando a direita do cenário político do país. Em mais uma expressão do discurso do inimigo vermelho, é apontada até mesmo a participação do Comitê de Segurança do Estado (KGB) da União Soviética na criação da teologia da libertação, oferecendo justificativas bíblicas para a ascensão do PT. Muito peso e importância é dado ao Foro de São Paulo e suas maquinacões políticas no Cone Sul. A organização, aparentemente fundada por Luís Inácio “Lula” da Silva e Fidel Castro, que guiaria a tomada de poder pelas esquerdas latino-americanas tinha como objetivo o financiamento das ações que enfraqueceriam as instituições, a fomentação de grupos de militantes de esquerda e eleição de presidentes alinhados a causa, tudo isso para a formação da “Pátria Grande”, a unificação de toda a América Latina em uma força comunista. Neste esquema continental, o Brasil serviria o posto de centro decisório, estratégico e financeiro.

Graças aos esforços do Foro, a militância do PT conseguiu agitar a população brasileira em torno da pauta do impeachment contra o presidente Fernando Collor de Mello e preparar o caminho para a eleição de Lula em 2002. Segundo o documentário, o governo de Lula carece de qualquer mérito, tendo seu sucesso o resultado de uma conjuntura internacional que conta com o crescimento da economia mundial, a valorização das commodities e o crescimento da China e da herança de FHC que estabilizou a economia com o Plano Real. O assassinato de Celso Daniel, prefeito de Santo André em 2002, é o primeiro dominó que desencadearia a descoberta de uma série de escândalos de corrupção em torno do

PT, sendo o maior deles o Mensalão. Contudo, graças ao sucesso das estratégias gramscianas, Lula passou imaculado por essa torrencial, garantindo uma reeleição no ano de 2006. A marca aparente no discurso é a ojeriza liberal. Para além dos escândalos de corrupção e da ingerência do Foro de São Paulo, mais alinhada ao discurso do inimigo vermelho, a maior falha dos governos do PT é o manejo da economia. Frente a crise de 2008, o pecado de Lula foi continuar as políticas de esquerda intervencionistas e desenvolvimentistas, gerando uma “bolha de populismo e irresponsabilidade fiscal” (Brasil Paralelo, 2017, 32:58 a 33:01) que iria estourar nas mãos de sua sucessora. O teor da crítica econômica se torna mais duro quando o documentário avança no tempo e aborda o governo Dilma. Dilma Rousseff é comparada a um “GPS desgovernado” e sua política econômica é um misto de “stalinismo industrial” e “keynesianismo de botequim”.

O documentário também aborda as Jornadas de Junho de 2013 e como esse movimento representou uma mudança de paradigma no cenário sociopolítico do país. Originalmente organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) pela implementação de um transporte público gratuito em São Paulo, o movimento foi se expandindo por outras cidades e abarcando cada vez mais novas pautas. A célebre frase “não é só por vinte centavos”, que na análise do documentário partiu de uma tentativa da esquerda de organizar o apoio para uma nova constituinte, ressoou no âmago de grande parte da população, notoriamente a classe média, que tomou as ruas para protestar contra a corrupção no país. Alimentando as chamas desse movimento, em 2014 a Polícia Federal (PF) iniciou a Operação Lava Jato, uma investigação que revelou um esquema de lavagem de dinheiro que mais tarde seria conhecido como “Petrolão”. Em 2015, uma nova leva de manifestantes tomou as ruas, agora com uma pauta mais unificada, qual seja, o impeachment de Dilma Rousseff. A ojeriza liberal se faz presente novamente nesse discurso. Na análise apresentada, a gota d’água para o processo, o crime que fez com que o impeachment se tornasse válido, foram as pedaladas fiscais. 31 de agosto de 2016 marca a data que a presidente é impeachmada e passa o cargo para Michel Temer. O documentário termina de modo triunfante, mas cauteloso e incerto com o futuro do país. O sentimento que paira no ar enquanto os créditos preenchem a tela é a seguinte: “ganhamos, e agora?”.

“1964 - O Brasil entre armas e livros” é o maior sucesso da produtora. Conta com 11 milhões de visualizações apenas no YouTube e busca fazer um resgate inédito da historiografia do período da Ditadura Militar. O vídeo começa com uma expressão clara da iniciação templária, áudios de alunos e professores universitários que foram censurados ou impedidos de passar o documentário em salas de aula ou em eventos no campus são

acompanhados por notícias de jornais que abordam as polêmicas em torno do lançamento do filme. Aproximadamente a primeira hora do filme é dedicada à performance da formação discursiva do inimigo vermelho. Um breve contexto da Guerra Fria é apresentado, essa sendo a disputa entre os Estados Unidos, a força imprescindível que derrotou os nazistas, e a União Soviética, que tinha Lenin como Deus e Stalin e Trotsky como papas vermelhos (Brasil Paralelo, 2019). Dentro desse tabuleiro “frio”, as ações da URSS são apresentadas quase que exclusivamente como “agressivas”, no sentido de serem a primeira potência a agir contra o frágil equilíbrio vivido no sistema internacional e obrigando a resposta dos Estados Unidos, seja a expansão do território sob o continente europeu, seja o apoio às revoluções comunistas – sendo a revolução cubana particularmente crítica, pela proximidade aos EUA –, ou até a criação de serviços de inteligência. O documentário retrata a criação da KGB como uma exclusividade da mentalidade perversa do comunista, como se a CIA não precedesse a criação da agência soviética em 7 anos (1947 e 1954, respectivamente), e como se a tática da desinformação e dos agentes infiltrados em países diversos também o fosse.

Aqui é necessário pontuar que o inimigo vermelho ainda se fazia presente no campo da revolução armada. Isso não quer dizer que os movimentos comunistas já não estavam versados nas contribuições da Escola de Frankfurt e de Gramsci, mas a derrota que indicaria para o movimento a reorganização para o total investimento na revolução cultural silenciosa ainda estava por vir. Neste sentido, a conquista do coração e da mente dos jovens foi cristalizada no movimento de Maio de 68 que aconteceu na França. O documentário aponta que o movimento comunista “usando da máscara de demandas sociais genuínas como a liberalização sexual, movimento por paz mundial, aborto e a quebra da noção tradicional de família, jovens eram usados como massa de manobra de uma trama que não conseguiam ver” (Brasil Paralelo, 2019, 1:35:55 a 1:36:08). No Brasil, a falta de diálogo dos militares com essa parte da população e o foco total de recursos no combate direto a luta armada, permitiu o enraizamento da ideologia esquerdista nas instituições de ensino, na religião e nos meios de comunicação “a fim de perverte-los e criar um novo modo de pensar” (Brasil Paralelo, 2019, 1:36:51 a 1:36:54).

Uma das teses principais apresentadas no documentário é a atuação da agência de inteligência da antiga Tchecoslováquia, a Státní bezpečnost (StB), na promoção de uma revolução socialista no Brasil. O argumento é resultado da pesquisa de Mauro Abranches Kraenski e de Vladimir Petrilak realizada no acervo do Arquivo das Forças de Segurança, localizado na cidade de Praga. A pesquisa, exposta no livro “1964: O Elo Perdido”, busca mostrar que não apenas houve de fato uma ameaça de golpe comunista no país, impedida

pelos militares, mas também que o próprio envolvimento dos Estados Unidos, apoiando as ações antidemocráticas dos militares, foi uma narrativa criada por um dos agentes tchecoslovacos infiltrados no Brasil. Curiosamente, Vladimir Petrilak, quando busca demonstrar que não há uma ideologia ou interesse financeiro que motivou a pesquisa, ecoa a matriz discursiva da neutralidade conservadora na sua fala: “acho importante dizer que não temos apoio de nenhuma instituição, órgão científico ou governamental. Nós somos pessoas privadas que se ocuparam de um tema que até hoje ninguém mais estudou.” (Brasil Paralelo, 2019, 33:50 a 34:10). Para além das ações da StB e seus agentes, a ameaça comunista se manifesta no Brasil pela construção de Brasília, Olavo de Carvalho aponta que o plano da cidade segue aqueles de uma cidade comunista ideal, e aproveita da instabilidade causada por Jânio Quadros e das inclinações esquerdistas de João Goulart.

Com o espectro vermelho rondando o país, a população se une na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, clamando por uma intervenção do “poder moderador” do exército contra a ameaça comunista. Declara um dos entrevistados: “A revolução de 64 foi feita para impedir a nossa caminhada em direção a Havana e a Caracas” (Brasil Paralelo, 2019, 1:02:22 a 1:02:30). Aqui se encontra a segunda tese presente no documentário, a revolução de 64 aconteceu com total, ou quase total, apoio da população brasileira. Olavo até diz que o movimento de 64 era originalmente um movimento civil que foi integrando os militares com o passar do tempo.

O tratamento feito pelo documentário do período é no mínimo apologético. Na historiografia apresentada, o inimigo comunista é real e perigosamente poderoso, a um passo de acender o pavio que estouraria a revolução no país. Dessa forma, a intervenção dos militares não é só necessária como é bem-vinda. A tese da atuação da StB encontra documentos que suportam a realidade dessa ameaça e ainda desmontam a suposta narrativa da esquerda que o Golpe de 64 tinha os Estados Unidos como um patrono secreto que estava interessado na instauração de um regime aliado na região. Aparentemente, um agente da StB chamado Ladislav Bittman foi o responsável por espalhar essa versão que veio a se popularizar na mídia brasileira. Toda essa conjuntura basicamente cria uma legitimidade para o governo dos militares.

Uma vez no poder, os poucos erros cometidos – até a escolha do termo “erro” cria a ideia de não-intencionalidade, ingenuidade ou inocência – por essa “meia-ditadura” (Brasil Paralelo, 2019, 1:12:04) são o tempo exagerado que permaneceram no poder, a escolha de deixar o campo da cultura livre para os comunistas e focar no combate armado contra eles e a instituição do AI-5, visto como um exagero desnecessário na perseguição dos subversivos.

Até a tortura é deixada de lado. O argumento é de que a tortura contra prisioneiros já era implementada desde o governo Vargas, que não se tratava de uma política de Estado, apesar da morte dos estudantes serem usadas pelos movimentos de esquerda para criar essa narrativa, e que era resultado do ambiente de guerra criado no país no qual: “psicopatas, torturadores e criminosos de ambos os lados se valiam para praticar suas perversidades em nome de uma causa ou outra” (Brasil Paralelo, 2019, 1:27:45 a 1:27:57). Sobre a censura – o título dessa seção do documentário é “o que nunca te contaram sobre a censura do Regime Militar”, o que expressa claramente a formação discursiva da iniciação templária –, o documentário a apresenta como uma censura muito pouco profissional, realizada por “guardinhas de esquina” e senhoras de idade, baseada em um falso moralismo, aplicando restrições até mesmo em autores e autoras de direita e deixando as obras gramscianas livres de edição. Argumenta-se que: se a publicação dos livros da Teologia da Libertação foi feita durante o regime militar, como chamar esse período de ditadura? Ainda sobre a censura dessa “ditabranda”, Silvio Grimaldo diz que:

Tinha repressão. De vez em quando a polícia entrava dentro das universidades, prendia um estudante ou um professor que tava [sic] ligado na guerrilha, né? Mas nunca teve [sic] um movimento de repressão violento dentro das universidades, de fecharem cursos, de proibir publicação de livros, etc. Isso nunca teve (in Brasil Paralelo, 2019, 1:46:49 a 1:47:07).

Para não dizer que o documentário não tece críticas aos governos do período militar, existe um apontamento recorrente que aparece ao longo do filme. Expressando a sua ojeriza liberal, o maior erro dos militares se encontra em sua política econômica keynesiana de Estado intervencionista e desenvolvimentista, semelhante ao impeachment de Dilma Rousseff, é a má condução da política econômica que causa a ruína do regime, pouco é dito sobre os movimentos populares que clamavam pelo retorno da democracia ao país. A crítica liberal se estende até para o período da redemocratização, no qual a Constituição Cidadã é apontada como a causa do Estado inchado, a promessa de muitos direitos aos cidadãos e a cristalização do mito fundador da esquerda atual, os bravos combatentes da guerrilha que lutaram contra um regime sanguinário. Ainda sobre o mito fundador da esquerda, e aqui está a terceira tese do documentário, todo o filme é dedicado de forma direta ou indireta em desmantelá-lo. A Brasil Paralelo enxerga os mitos fundadores como algo basilar na formação das sociedades, como descrito nas seções anteriores. Desse modo, se o inimigo da direita brasileira é o comunismo, usando o disfarce de PT ou de social-democratas, identificar qual é o mito que construiu aquele movimento e “provar” que ele nada mais é que uma farsa retira-se o poder político desse movimento. Não há como acreditar em nenhuma de suas

propostas pois tudo não se passou de uma mentira ou, nas palavras de Fernando Collor de Mello, um sonho de uma noite de verão, e pior, se a raiz do movimento foi construída sobre mentiras, sobre o que mais o movimento mentiu?

O fim do documentário retoma a formação discursiva do inimigo vermelho. O mito da esquerda atual só pode ser construído pela unilateralidade com a qual a história foi contada. Expressando a iniciação templária clássica, agora a audiência estaria munida do outro lado da história, o verdadeiro lado. Os últimos minutos do filme propõe uma reflexão para o público enquanto uma montagem de reportagens de escândalos de corrupção envolvendo figuras do PT são rapidamente expostos na tela:

A revolução se transmutou das armas para os livros, transformou um lado da guerra em mártir, fez da história propaganda, panfletou nas escolas, na mídia, nas universidades. Formou a nova geração brasileira. Essa geração foi trabalhar nos meios de comunicação, nas editoras e na educação do Brasil. A hegemonia quase apagou o passado e perpetuou uma narrativa: um lado da guerra foi herói e o outro opressor. O que fizeram os heróis? (Brasil Paralelo, 2019, 2:04:45 a 2:05:21).

Como demonstram as análises dos conteúdos, a Brasil Paralelo demonstra algumas matrizes discursivas que se repetem e se reforçam ao longo de suas produções midiáticas. São elas: neutralidade conservador; inimigo vermelho; ojeriza liberal; hipocrisia institucional e iniciação templária. Cada uma delas se entrelaçam em uma formação ideológica muito semelhante ao projeto político do bolsonarismo que prega uma sociedade profundamente conservadora nos costumes – preocupada com identidades heterogêneas, seja de credo, raça, orientação sexual e política, e receosa de qualquer impulso progressista que possa romper com as tradições testada pelo crivo da história – porém altamente liberal na economia – crente na meritocracia do maior esforço, incrédula e até mesmo temerosa do tamanho do Estado, suas intervenções no mercado e seus serviços de baixa qualidade e alto custo – e que tem na burguesia o agrupamento social mais beneficiado por tal projeto.

Mais criticamente, ela transmite ideias que antes estavam contidas em artigos e livros de grupos politicamente marginalizados para sessões de filmes. A máscara do entretenimento é usada para facilitar a transmissão de ideias e aumentar exponencialmente a audiência para as mesmas. Em um capitalismo cada vez mais desgastante, com a flexibilização de regimes de trabalho, a perda de direitos trabalhistas e cada vez menos tempo livre disponibilizado pelo trabalhador, a Brasil Paralelo oferece uma gama de conteúdos de alta qualidade e disponibilizados de forma gratuita que buscam resgatar a história do Brasil, debater temas atuais ou fornecer uma formação intelectual sem ideologias ou cartilhas para aqueles que estejam interessados, e assim o faz de modo fácil e rápido. Contudo, como abordado neste capítulo, a sua dita neutralidade não se sustenta frente a materialidade dos fatos, muito pelo

contrário. Apesar do discurso e do material publicitário, a Brasil Paralelo não é apenas uma empresa marcada ideologicamente, mas ela é um aparelho de ação doutrinária que busca disputar as mentes e os corações dos brasileiros em prol de um projeto sociopolítico que se alinha com os interesses da classe dominante do país. A Nova Direita vem atualizando sua hegemonia desde a redemocratização do país e a Brasil Paralelo é uma peça fundamental para esse processo.

3 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO MEDO

O presente capítulo examina a instrumentalização do medo como meio de ganho político. A emoção do medo se apresenta de maneira natural na maioria dos animais, mas ganha uma dimensão adicional a partir da vida em sociedade primeiro estabelecida pelo gênero humano a milhares de anos. A presença do estado de medo causa uma resposta física e mental sob o sujeito que o experiencia que causa alteração nos padrões de tomada de decisão. É a nossa hipótese que essa alteração pode ser explorada a fim de ganhos políticos, e assim a foi utilizada ao longo da história. Nosso foco especial se dá sobre o uso do medo pela direita radical populista e a relação específica que os políticos desse campo estabelecem com esse estratagema.

Dividido em três seções, o capítulo primeiro desempenha um exame multidisciplinar do sentimento alvo. Identificamos a presença não-patológica do medo nos mais variados animais e isso inclui o homem. Apesar da ampla evidência apresentada pelo campo da biologia dessa particular emoção, os trâmites internos do medo, onde é localizado no cérebro, o que suscita essa excitação no corpo do ser humano e sua relação exata com os processos de tomada de decisão, ainda são mistérios a serem desvendados pelo caminhar da ciência. Expandindo o campo da análise para o da psicologia social através das contribuições de Aronson, desmantelamos o paradigma do ser humano como um ser totalmente racional e tratamos como o medo afeta agrupamentos sociais.

A segunda seção examina como o medo já foi usado como instrumento para a política em diversos períodos ao longo da história. Os elementos das variadas políticas do medo são elencados e analisados, a construção do inimigo, o cerceamento de liberdades necessário para combater a ameaça e como o tempo hodierno parece ser um solo particularmente fértil para esse tipo de política são os elementos de foco dessa seção. Zygmunt Bauman oferece no arcabouço do medo líquido e do Estado de proteção pessoal as ferramentas teóricas necessárias para analisar o período e Sara Ahmed fornece o embasamento para compreender como o medo, mas não somente esse sentimento, age na política.

A última seção tem como foco a relação particular que a direita radical populista estabelece com as políticas do medo. Retomando os apontamentos dos capítulos anteriores, essa seção aborda como o projeto político da Nova Direita já tem em seu núcleo duro uma série de elementos da política do medo, o que difere do uso “pragmático” que outros políticos tinham com ela. Revisitamos também as sínteses das três obras da Brasil Paralelo abordadas

no capítulo anterior a fim de como elas oferecem as narrativas que ajudam o projeto da Nova Direita no país e seu representante de maior êxito político, qual seja, o bolsonarismo.

3.1 O medroso animal social

O homem é um animal social, como disse uma vez Aristóteles. Ao considerarmos as construções humanas, nossas inovações e descobrimentos, nossa sociedade – esse objeto recorrente de várias áreas do conhecimento – é difícil por vezes relembrar a essência também animal da espécie *homo sapiens*. O gênero humano é de uma grande ordem de magnitude diferente de outros habitantes do planeta Terra. Temos a capacidade de fala, que se expressa em uma imensa variedade de idiomas, produzimos e estamos imersos na cultura, um universo simbólico de costumes, tradições e expressões particulares a um povo, e, com o conhecimento acumulado de gerações, conquistamos a terra, os mares, o céu e até o espaço. Esse é o tamanho do poder da nossa essência social mas, não obstante, não podemos esquecer ou ignorar os instintos animais que também exercem seu poder até mesmo sobre aqueles que se dizem completamente racionais e que agem a partir de um dito exame completo da situação que se apresenta diante deles.

O espírito do Iluminismo deixou sua herança de antropocentrismo e racionalidade para a sociedade ocidental, mas o processo evolutivo apontado por Darwin também deixa uma herança mais antiga para toda a humanidade: as emoções. Ainda em Darwin, em “A expressão das emoções no homem e nos animais”, o autor já apontava como os animais e o homem expressam suas emoções de modo homólogo e, em alguns casos, até análogo. A expressão da raiva, por exemplo, é reconhecida nos seres a partir das rugas na testa e no nariz, o cerrar dos olhos, vermelhidão na pele, dentre outros fatores que podem ser observados nos animais e no homem. Para além da biofísica do corpo, a bioquímica do ser também é afetada. Na presença do medo, uma série de hormônios aumentam significativamente sua presença no sangue, ativando a resposta de *fight-or-flight*, termo em inglês que significa “lutar ou fugir”, que prepara o animal afetado para fugir do seu predador ou tentar enfrentá-lo. Os pulmões dilatam a fim de facilitar a troca gasosa, o coração aumenta o bombeamento de sangue para oxigenar os músculos que vão ser utilizados na atividade potencial, as pálpebras se abrem extraordinariamente a fim de aumentar o campo de visão e as informações captadas pelos olhos, dentre outros acontecimentos que preparam o corpo para o que pode ser o seu esforço derradeiro. Assim, a existência das emoções não é uma patologia. Pelo contrário, é um aspecto integral do desenvolvimento de um ser vivo. Objeto deste capítulo, o medo é uma reação a uma ameaça, seja ela real ou imaginária, e estimula o corpo para lidar com tal ameaça.

Contudo, o que acontece no cérebro dos seres vivos afligidos pelo medo, assim como com outras emoções, é ainda um debate em curso com alguns pontos em comum e outros sendo revisitados e refutados em estudos subsequentes. A presença do medo no cérebro e como podemos identificar se uma pessoa está ou não com medo, para além dos estímulos externos que ela apresenta, se mantém algo nebuloso na ciência neurológica. Até a própria definição do “medo” é debatida e reimaginada constantemente. O medo pode ser resultado de um sentimento de perda de controle e a iminência de um perigo (Kligny et al, 2013), pode ser o estado de alguém que já se encontra envolto em perigo, seja ele físico ou emocional (Strojny, 2020), ou ainda pode ser tratado de maneira funcional, sendo causado por padrões específicos de estímulos de ameaça que causam padrões específicos de comportamento que se adaptam a modo de evitar ou lidar com tal ameaça (Adolphs, 2013). Identificar a região do cérebro responsável por causar o medo no indivíduo é um ponto de debate que vem sendo revisitado. Localizada no centro do cérebro, a amígdala³ cerebral é frequentemente pensada como a central das emoções, tendo o medo como emoção principal controlada por ela, mas também está ligada à memória e ao processo de aprendizado (Cleveland Clinic, 2023). Contudo, como mostra Adolphs (2013) através dos estudos feitos por ressonância magnética funcional (fMRI), não há apenas uma estrutura cerebral responsável pelo medo, não há sequer uma rede de estruturas comprovadamente conectadas para essa função. Ademais, o estudo indica que diferentes medos, no sentido de serem criados por estímulos diferentes mas ainda sendo reconhecidos como ameaça pelo corpo, incitam atividade em diferentes neurônios que podem vir a utilizar estruturas já reconhecidas pela ciência, o que indica que o processo do medo acontece em um nível menor do que anteriormente pensado, se situando em um nível celular (Adolphs, 2013). O que nos interessa desses estudos apresentados é que apesar de ser possível reconhecer o estado de medo nos seres humanos pelo auto relato do indivíduo e pelas reações exteriores do corpo, expressão facial e linguagem corporal análogas nos homens e nos animais, o processo interno dessa emoção ainda é um mistério a ser solucionado pela ciência.

A frase de Aristóteles também nos lembra de que o homem vive em sociedade e, assim, a continuidade filogenética observada por Darwin tem um ponto de ramificação peculiar. Em sua maioria, a humanidade não vive mais o Estado de natureza de todos contra todos descrito por Hobbes e, dessa forma, não enfrenta cotidianamente ameaças que podem encerrar sua vida caso o indivíduo não esteja pronto para a corrida ou combate até a morte.

³ A amígdala também pode se referir a uma estrutura localizada na garganta e sua inflamação é algumas das vezes responsável pelo desconforto sentido na dor de garganta. A grafia dessas duas glândulas aparece em alguns dicionários como iguais, mas pode também aparecer como “amígdala” se referindo a estrutura cerebral e “amídala” se referindo a estrutura da faringe.

Não significa dizer que não há objetos reais que geram o medo na sociedade, como o assalto, a possibilidade de agressão e abuso, submeter-se a uma cirurgia invasiva, dentre outros tantos exemplos que podem causar danos físicos aos indivíduos, mas a vida moderna não é comparável à luta constante pela sobrevivência travada pelos homínídeos no período paleolítico. Ao mesmo tempo, a vida em sociedade traz consigo ameaças de outra natureza. São as causas do medo emocional, aquele que uma criança ou um adolescente enfrenta quando muda de escola e não sabe se vai conseguir fazer novos amigos, que um trabalhador de uma empresa sente ao ver colegas próximos serem demitidos e pensa que a sua demissão também está próxima ou que uma pessoa idosa sente quando pensa na morte próxima e a possibilidade de ser esquecido. Medos no qual a ameaça identificada não é física, mas adquire um caráter social e que podem gerar traumas e feridas psíquicas.

Para Bauman, medo “é o nome que damos para nossa incerteza” (2008, p. 8). A maior incerteza na vida do ser humano é a morte. Incerteza no sentido de incompreensão, de não ser possível experienciar a morte e suas consequências antes do derradeiro dia, pois a morte é uma certeza inexorável da vida: um dia vamos morrer, e não há como negar esse fato. A partir disso, dentro da concepção de Bauman, todo o medo que o ser humano sente está ligado de alguma forma com a morte. Ele também identifica a diferença entre o medo físico e o medo emocional, apontado aqui na seção anterior com o trabalho de Strojny, chamando o segundo de um medo de segundo grau ou medo derivado, como aludido previamente. Esse medo de segundo grau, é um medo derivado da construção social humana, reciclado da cultura que o indivíduo faz parte, se expressa como uma sensação de susceptibilidade ao perigo, uma insegurança e uma vulnerabilidade que opera sem necessariamente a presença de uma ameaça e engendra uma morte de cunho social (Bauman, 2008). Uma outra fonte de medo particularmente potente é o medo da mudança.

A idéia de ‘progresso’ agora representa principalmente a ameaça de mudança implacável e inescapável, mas uma mudança suposta e não prevista com algum grau de certeza (ou, nesse sentido, receptiva a tal previsão), muito menos planejada. Em vez de augurar paz e alívio, as futuras mudanças pressagiam o esforço contínuo sem um momento de descanso, ameaçando apresentar exigências novas e desconhecidas e invalidar rotinas de enfrentamento aprendidas com dificuldade (Bauman, 2008, p. 181).

O caráter social desses medos indica a sua mutabilidade ao longo da vida. Uma criança experiencia medos diferentes do que um idoso. Indica também que a vida em sociedade gera medos específicos a certos corpos. Mulheres relatam o medo de caminhar sozinhas à noite pela cidade, receosas da possibilidade de um abuso sexual. Adeptos de religiões que não condizem com a maioria, notoriamente as de matriz africana no Brasil, por

vezes mantém em segredo sua orientação religiosa por medo de serem ostracizadas do convívio social, além de terem seus templos sagrados invadidos e depredados. A população LGBTI+ é assassinada, por vezes levada ao suicídio pelos constantes abusos psicológicos, pela sua simples existência que não conforma com a heteronormatividade da sociedade. Sara Ahmed (2014) trabalha o interessante conceito de “economia afetiva” no qual as emoções não são partes inerentes de pessoas e objetos mas é o efeito da circulação dessas e, expandindo um pouco a analogia, é possível pensar diferentes “produtores” e “consumidores” que distribuem e adquirem esses medos de acordo com seus interesses e posições sociais.

O medo, seja físico ou emocional, parece nos transportar para a existência anterior a criação do contrato social, transplanta nossa consciência para o instante decisivo da fuga ou do enfrentamento, e isso se dá por ser um traço genético que fez com que os animais que o possuíam sobreviver a mais encontros com as ameaças e assim obter mais oportunidades para transmitir esse traço para seus descendentes. Como lidamos com esse instinto animal em um mundo de racionalizações? Como esse estado de excitação hormonal afeta a tomada de decisões do indivíduo?

A própria ideia do homem como um ser racional, que efetua cálculos frente às suas decisões e que otimiza seu ganho físico e emocional, é um mito. O cálculo racional infere a possibilidade de acessar integralmente informações acuradas e relevantes referentes à situação que se apresenta e a capacidade do indivíduo de processar ditas informações a modo de influenciar a sua decisão para o resultado mais benéfico para ele (Aronson, 2012). Acontece que nenhuma dessas condições são observadas no dia-a-dia. Não há como seres humanos obterem uma perspectiva holística e imparcial do mundo em que vivem, tampouco disponibilizar o tempo livre que seria necessário para processar todas as informações referentes a uma única decisão, quiçá todas as decisões que compõem o cotidiano de uma pessoa. O que tende a acontecer paulatinamente no processo de tomada de decisão é uma série de atalhos mentais que buscam constantemente economizar energia cognitiva. Aronson comenta sobre o caráter “avarento” da mente humana na seguinte passagem:

Nossa capacidade de processar informações é limitada, por isso tentamos adotar estratégias que simplifiquem problemas complexos. Conseguimos isso ignorando algumas informações para reduzir nossa carga cognitiva; ou "exageramos" em outras informações para evitar ter que procurar mais; ou podemos seguir nossa intuição e aceitar uma alternativa imperfeita porque ela é quase boa o suficiente, em vez de pensar em todos os ângulos. As estratégias do avarento cognitivo podem ser eficientes — fazendo um uso bastante bom de nossa limitada capacidade cognitiva para processar um mundo quase infinito de informações —, mas também podem levar a erros e vieses graves, especialmente quando selecionamos um atalho inadequado ou, na pressa de seguir em frente, ignoramos uma informação vital (Aronson, 2012, p. 119, tradução nossa).

Não apenas o medo, mas as emoções afetam como as informações são processadas pelo cérebro. Em um estudo que procurava estratégias para mitigar as emoções de raiva e medo que os indivíduos podem enfrentar ao tomar decisões de caráter ético, Kligyte et al (2013) observaram que a raiva causa padrões de pensamento heurísticos, aqueles nos quais o cérebro procura simplificar o problema para encontrar soluções rápidas, o que abre margem para propostas mais arriscadas, enviesadas e até retaliatórias contra aquilo e aqueles que são objeto da raiva sentida pelo indivíduo. Já o medo causa os indivíduos a buscarem mais informações a modo de reduzir as incertezas e retomar o senso de controle da situação. Outro estudo demonstrou que o medo afeta as decisões do indivíduo quando apresentado com dilemas morais, optando por soluções utilitaristas em detrimento de soluções deontológicas (Strojny, 2020). Em um estudo realizado com indivíduos que possuem aracnofobia, Pittig et al (2014) demonstraram que o medo tem impacto direto nas escolhas lógicas. Os indivíduos aracnofóbicos deixaram de escolher as cartas com imagens de aranhas apesar daquelas cartas garantirem mais pontos ao final do jogo, e até no processo de aprendizado, os participantes com medo demonstraram uma atenção seletiva quando os cientistas explicavam a melhor estratégia para acumular pontos no jogo.

A fim de indicar os efeitos da raiva e do medo no processo de decisão, Coget et al (2011) realizaram no campo uma série de entrevistas com diretores de filmes para o seu estudo. Foram encontrados três tipos de processos de decisão: tomada de decisão intuitiva baseada na expertise; tomada de decisão intuitiva emocional e tomada de decisão racional. O primeiro se baseia no aprendizado acumulado de situações semelhantes do passado do indivíduo, tem relação com um nível moderado de raiva que parece contribuir para a sensação de retomada de controle e é caracterizada por priorizar a eficácia na realização de tarefas e atingir os objetivos estabelecidos. O segundo se baseia em um transbordamento de emoções frente ao estímulo apresentado e pode ser acarretado por uma intensa raiva ou por um intenso medo. A raiva colabora para decisões que priorizam a eficácia na realização de tarefas mas ao custo de danificar a relação com o grupo, no caso do estudo a relação diretor-equipe se torna áspera. Já o medo contribui para decisões que buscam o caminho de menos resistência para o indivíduo, no sentido de não causar mais desconforto emocional a ele, em detrimento da eficácia na realização de tarefas. O terceiro processo demanda mais tempo, pois os indivíduos não têm experiências anteriores similares tampouco estão tomados por emoções intensas, é marcado por um nível moderado de medo frente a incerteza da solução do problema e acarreta decisões que priorizam a eficácia na realização de tarefas ao detrimento do conforto pessoal do indivíduo.

O trabalho de Coget et al extrapola as dimensões tradicionais de estudos previamente realizados sobre o papel das emoções no processo de tomada de decisão. De certa forma, apresentam resultados mais fidedignos ao que acontece quando um indivíduo tem de tomar uma decisão na realidade e as consequências dessa decisão pois o estudo utiliza como entrevistados diretores de filmes. O set de filmagem é um ambiente estressante pelo grande valor monetário investido, o apertado cronograma das atividades e do grande número de pessoas envolvidas na produção. O diretor se torna, na maioria das vezes, o líder de todo esse processo, sendo responsabilizado pelos sucessos e/ou pelas falhas acarretadas pelas suas decisões, o que torna esse ambiente um lugar no qual as decisões não podem ser tomadas de maneira aleatória. Toda essa conjuntura deveria exigir um processo racional, holístico e que considera as condições materiais disponíveis ao indivíduo, e, mesmo nessa conjuntura, é possível perceber que as emoções influenciam a tomada de decisão e até mesmo se sobrepõem ao processo racional, como é indicado na tomada de decisão intuitiva emocional.

A partir dessa contribuição, é possível pensar em um exemplo correlato. Se um político busca votos de um eleitorado específico, construindo sua campanha em torno de combater aqueles que buscam destruir instituições benéficas a sua base, como a religião, a família, corromper os valores que constituem a vida destes e, em último caso, buscam a eliminação da própria vida desses eleitores, não é possível dizer que tal político está criando um espaço semelhantemente estressante a aquele encontrado em um set de filmagem? Nessa analogia, o eleitor toma o papel do diretor. Cabe a ele decidir o futuro do seu “filme”, da sua sociedade, com o poder de decisão do seu voto. E, da mesma forma que as emoções podem tomar conta do diretor frente a problemas externos a ele, o eleitor pode também ter seu processo racional soterrado por emoções, emoções precisamente instrumentalizadas pelo político que busca a vitória eleitoreira.

Kligyte et al indicam no seu trabalho como a raiva induz o indivíduo a procurar respostas simples para problemas complexos e o medo induz à procura de mais informações acerca do problema para diminuir o sentimento de incerteza. Mas o que acontece se a fonte dessas informações estiver contaminada? Se um indivíduo que está interessado na história do Brasil assiste ao documentário “1964: O Brasil entre Armas e Livros”, no qual ele é apresentado o argumento de que os comunistas gramscianos dominaram a educação do país e que o outro lado da história nunca havia sido contado até então, não seria plausível dizer que ele sentiria raiva de tais “professores comunistas” e que a partir daquele momento ele iria consumir cada vez mais daquele conteúdo?

Expandindo o escopo da análise para o corpo social, há uma diferença entre as emoções individuais e as emoções experienciadas por um agrupamento de pessoas? Como “eu” sinto medo e como “nós” sentimos medo? Troost et al (2013) em um estudo investigando como as emoções pré, durante e após um protesto afetam o comportamento das pessoas envolvidas, notaram uma transformação do “eu” em grupo, uma espécie de contaminação emocional que fazia com que os indivíduos envolvidos em coletivos pudessem sentir as emoções do grupo. O sentimento de “eu sinto por nós” é dependente da diferenciação daquele grupo do resto da sociedade, e de outros grupos, e da identificação do indivíduo com o grupo (Troost et al, 2013). Considerando que o objetivo dos movimentos sociais é, através da mobilização de uma parte considerável da população do país, a mudança de algum aspecto da sociedade, é possível dizer que é de interesse desses movimentos aumentar o número de pessoas em seu grupo. A partir dessa constatação, é factível dizer que tais movimentos utilizam da emoção dos indivíduos dispersos na sociedade para canalizar esses sentimentos em ação política e, uma vez que esses indivíduos integram o movimento, a manipulação das emoções se torna ainda mais fácil, visto que o indivíduo se torna um com o grupo. Utilizando das palavras de Martin Luther King, os autores apontam que a tarefa suprema dos movimentos sociais é “organizar e unir as pessoas para que sua raiva se torne uma força transformadora” (Troost et al, 2013, p. 186, tradução nossa).

Como exemplo, utilizaremos o movimento do bolsonarismo. No conjunto de eleitores que elegeram Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil há um grupo que apoia a figura de Bolsonaro de maneira mais fervorosa e defende pautas que eles acreditam que têm mais chance de serem implementadas a partir da eleição dele. Tal afirmação é factível pois não estiveram acampados frente aos quartéis do país 58 milhões de brasileiros em protesto à vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022. Tampouco é o caso dos ataques aos prédios dos Três Poderes realizados no dia 8 de janeiro de 2023. Segundo dados do Supremo Tribunal Federal (STF), cerca de duas mil pessoas foram investigadas por participar dos atentados antidemocráticos na capital do Brasil (STF, 2025). Não significa, contudo, dizer que a campanha política bolsonarista não conseguiu aumentar o número desses devotos ao decorrer do tempo. A estagnação desse número não condiz com uma realidade na qual um político que teve seu “estrelato” em programas de auditório por seu caráter polemista, conseguiria ser eleito o presidente do país e no qual sua derrota incitaria uma tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito. O que esses dados indicam é a existência de um núcleo duro do movimento bolsonarista, os “bolsominions”, um grupo de militantes que

organizam e perfilam os protestos, e indivíduos convencidos pela retórica do movimento que depositaram sua fé na melhora do país através da regência de Bolsonaro.

O trabalho de Troost et al (2013) mostra que movimentos sociais estão sempre em busca de “acólitos” e assim o fazem pelas emoções sentidas pelos indivíduos frente ao contexto sociopolítico da sociedade no qual estão inseridos. A esperança em um futuro melhor, a indignação e raiva frente aos escândalos e a ineficiência dos governos do PT, o medo de um declínio ainda maior na qualidade de vida, toda uma “constelação de emoções” (Benski in Troost et al, 2013) permeava o subjetivo de muitos brasileiros durante as eleições de 2018 e foi instrumentalizada para mobilizar a população para o ideal bolsonarista.

Barbalet e Demertzis (2013) expõem que emoções não são apenas experiências individuais, mas são sentidas socialmente e, nesse sentido, o “clima emocional” é essa dimensão subjetiva que permite que movimentos sociais como o bolsonarismo utilizem dos estímulos de ameaça para mobilizar o medo na população. Sendo a ameaça instrumentalizada uma ameaça ao bem-estar social, o medo também é social. Bauman (2008) tem na sua percepção que o medo primal no ser humano é o medo da morte e que todos os outros medos podem ser traçados para esse primeiro, inclusive os medos sociais. Apesar das ameaças sociais não normalmente implicarem na morte física, elas engendram uma “morte social”, uma exclusão do grupo e/ou uma marginalização da sociedade. Esse “medo derivado” (Bauman, 2008, p. 9) é um estado mental de vulnerabilidade e insegurança característico da sociedade globalizada, e é resultante não da materialidade das ameaças mas da desconfiança nas instituições responsáveis pelas medidas de defesa contra elas. Um clima emocional de insegurança perene é um solo fértil para a cooptação de novos membros para um grupo social. Ainda sobre o clima emocional, Barbalet e Demertzis dizem que:

Ele é livre e flutuante, influenciando não apenas como os membros de um grupo se sentem, mas também o que eles podem ou não fazer. De fato, climas emocionais são conjuntos de emoções ou sentimentos que não são compartilhados apenas por grupos de indivíduos envolvidos em estruturas e processos sociais comuns, mas que também são significativos na formação e manutenção de identidades políticas e sociais e no comportamento coletivo. O clima emocional, portanto, inclui tons e padrões emocionais que diferenciam grupos ou categorias sociais em virtude do fato de serem compartilhados por seus membros e improváveis de serem compartilhados com não membros. (Barbalet e Demertzis, 2013, p. 176, tradução nossa).

A contribuição dos autores complementam as observações de Troost et al sobre as estratégias dos movimentos sociais em relação às emoções. Colocadas em conjunto, revelam uma sorte de movimento duplo no qual o indivíduo integra os grupos por meio de identificação sentimental – eles expressam indignação e propõem ações contra as mesmas coisas que eu sinto! – e os grupos moldam suas atividades considerando o clima emocional da

sociedade, de modo a maximizar o ganho de novos membros e, assim, aumentar o seu poder político. Tal poder político está intrinsecamente ligado com o medo político (Barbalet e Demertzis, 2013), sendo produto das relações de poder na sociedade. Obviamente não se trata de dizer que as diferentes classes sociais enfrentam as mesmas ameaças, os menos abastados têm medo da coerção dos poderosos, que por sua vez têm medo da revolta organizada dos primeiros. A temática das políticas do medo será retomada e aprofundada na próxima seção.

Não foi o objetivo desta seção um resgate total dos estudos mais atualizados sobre o medo e sua influência no comportamento humano, mas serve de ponto inicial para uma conversa sobre a natureza desse sentimento, a desmistificação de algumas ideias provenientes do senso comum e sobre o longo caminho que deve ser trilhado para o maior entendimento de tal emoção. Antes de passarmos para a seção adiante, sintetizaremos alguns pontos importantes e com as contribuições dos estudos aqui apresentados em mente, abordaremos como o medo é uma estratégia recorrente utilizada por políticos ao longo da história e ao redor do globo.

O homem não é um ser puramente racional, a dimensão das emoções age sobre o processo decisório de maneira substancial e, mesmo em momentos de “neutralidade”, a própria cognoscência humana é marcada por uma série de vieses que impossibilita uma tomada de decisão que considere todos os fatores em jogo e que seja normativa, no sentido de não envolver alguma prospecção de favorecimento ao tomador da decisão. O medo afeta negativamente a tomada de decisão, seja provocando uma dilatação no tempo entre o estímulo e a tomada de decisão em si, seja impedindo o cálculo de longo prazo e a aquisição de novas informações para tal. O medo não tem uma dimensão apenas natural, ele também é causado por estímulos sociais não ligados diretamente à ameaça de morte e, por isso, tem um caráter mutável a depender de quem o sente.

Para além da dimensão individual, as pesquisas parecem indicar que as próprias sociedades também “sentem”. O clima emocional de uma sociedade é um conjunto de sentimentos que pairam sob os indivíduos e grupos que compõem aquele agrupamento e pode ser uma poderosa ferramenta nos estratagemas políticos. A identificação de um indivíduo com um movimento social tem relação com o clima emocional daquela sociedade e é também de interesse dos movimentos sociais moldar e incentivar tal clima de modo a aumentar seus membros e seu poder político.

3.2 Políticas do medo

Em 2004, a emissora britânica BBC transmitiu o documentário de Adam Curtis intitulado “The Power of Nightmares: The Rise of the Politics of Fear”. Dividido em três partes, “Baby It's Cold Outside”, “The Phantom Victory” e “The Shadows in the Cave”, o documentário examina uma mudança de paradigma na política global: os políticos deixaram de acreditar que os sonhos tinham o poder de construir um mundo melhor para suas populações e passaram a protegê-las das ameaças de pesadelos criado por eles. Curtis apresenta essa tese com uma interessante estrutura, uma sobreposição entre o crescimento do fundamentalismo islâmico encabeçado por Sayyid Qutb e a revigoração do movimento conservador estadunidense influenciado por Leo Strauss.

Apesar da distância geográfica e do contexto sócio-político distinto, há uma série de semelhanças entre o discurso performado pelo grupo que inspiraria a Al Qaeda e os neocons (neoconservadores) que serviram no escritório de Ronald Reagan e George Bush Jr., ganhando cada vez mais espaço na sociedade norte americana da época. São elas: a sociedade atual é degenerada por um mal que a contaminou no passado, o afastamento da luz do Islã representado na Jāhiliyyah (“idade da ignorância” em tradução aproximada) para o primeiro, e o liberalismo individualista na qual a moral e os valores são relativizados e tudo é permissivo, para o segundo; a dicotomia entre uma força do bem que combate um império do mal, o que justifica a aniquilação total deste último e o abandono da prerrogativa moral para o sucesso dessa campanha; um inimigo ubíquo, muita das vezes imaginado e/ou criado sem materialidade real, que coloca em risco a segurança daquele país e é o responsável pela crise vivida pelo país; o uso da religião, seja como mito necessário ou como culto sincero, servindo como uma aglutinadora do movimento e como indício de um traidor ou agente infiltrado nessa organização, delatado por não seguir afincos os dogmas dela.

A mudança desse paradigma coincide com, ou parece ser consequência de, o fim da era do Estado de bem-estar social e o início do Estado conservador aos moldes neoliberais que ocorreu em meados dos anos de 1970. Zygmunt Bauman (2008) também identifica no fim do Estado de bem-estar social uma mudança no tecido social, uma mudança que não cria grupos que tentam combater o processo causador, pelo contrário. Em detrimento dos laços sociais humanos, uma pequena parcela da população se beneficia e causa a intensificação do processo que busca sacrificar o bem comum em prol do mercado. Mediante ao processo de globalização, o Estado nacional perde progressivamente os seus poderes, deixando de ser o “senhor onipotente de seu território” (Bauman, 2008, p. 175) o que faz com que a população desses Estados tenham de procurar soluções individuais para problemas socialmente

constituídos, em uma espécie de “privatização dos problemas”. Bauman continua: “o novo individualismo, o desvanecimento dos vínculos humanos e o definhamento da solidariedade estão gravados em um dos lados da moeda que traz do outro a efigie da globalização.” (2008, p. 189).

Assim, no arcabouço da modernidade líquida apresentado por Bauman, o Estado de bem estar social é substituído pelo Estado da proteção pessoal. Devido a globalização e suas consequências neoliberalizantes, o Estado só tem poder para garantir a proteção pessoal de seus cidadãos contra as ameaças do mundo. É um ciclo vicioso que envolve a população, o mercado e o Estado. A população tem os seus laços sociais enfraquecidos por um sentimento de insegurança, uma desconfiança apontada a outro humano, vizinho ou estrangeiro, que é capaz de praticar o mal contra seus próximos. Tal sentimento gera um solo fértil para o mercado, que busca suprir as demandas por segurança oferecendo produtos que aparentam solucionar o problema (por exemplo, carros blindados, armamento, sistemas de segurança domiciliar, dentre outros). Por sua vez, o Estado, que se tornou uma espécie de funcionário do mercado graças ao processo de globalização, tem nessa economia do medo a função de apontar ou, na falta da materialidade da ameaça, criar um inimigo que seja responsável pelas mazelas da sociedade, recrudescendo o sentimento de insegurança no âmago da sua população e garantindo a repetição do ciclo. Retomando o argumento de Curtis, é precisamente esse o “poder dos pesadelos” que os políticos vem manuseando desde a década de 70 e é essa conjuntura que permite que o medo social, ou “medo derivado” como apontado por Bauman, se mantenha como uma estrutura estável na mente das populações.

O Estado da proteção pessoal serve como prenúncio do fim da democracia moderna, não no sentido de se portar como um Estado totalitário no qual as fronteiras público e privadas são expurgadas, mas no sentido de que esse “Estado líquido-moderno” tem cada vez mais de suas funções privatizadas, terceirizadas e subsidiarizadas, tornando impossível o sustento e a defesa dos princípios basilares da democracia (Bauman, 2008). De certo modo é a consagração do sonho neoliberal, um Estado enxugado até a última gota da sua capacidade de intervenção no mercado e, conseqüentemente, na vida social. Contudo, é também a rescisão do contrato social original, aquele no qual um grupo de indivíduos abre mão de suas liberdades irrestritas para a fundação de um Leviatã que irá vigiar e punir aqueles que descumprirem as cláusulas pré-estabelecidas, e o estabelecimento de um novo contrato, um contrato de trabalho no qual o Estado vira o funcionário do mercado. Bauman esclarece que a relação Estado e mercado já existia – sem surpresas já que o sistema internacional é majoritariamente capitalista – mas a prerrogativa de que o primeiro deveria agir de modo a

combater o medo de seus cidadãos foi sendo abandonada, na medida que o primeiro passou a servir o segundo:

O Estado democrático moderno, que por acaso também era uma sociedade capitalista e de mercado, situou-se quase desde o início, ou pelo menos desde um estágio comparativamente inicial, como uma agência voltada a reduzir o medo ou eliminá-lo de vez da vida de seus súditos-cidadãos. A incerteza não precisava ser manufaturada. Os meios de repressão e violência administrados pelo Estado podiam ser usados apenas em ocasiões extraordinárias, e na maior parte do tempo deixados a enferrujar. Havia uma quantidade maior que a necessária de medo inato, autêntico, emanando das condições de vida da maioria dos membros da sociedade democrática (Bauman, 2008, p. 203-204).

Quais são os espantalhos manipulados pelos políticos na construção de ameaças? A lista é extensa. O documentário de Curtis faz referência a um desses espantalhos: o terrorista. A Guerra ao Terror e suas consequências, contra os ditos terroristas e contra as próprias populações dos países que combateram essa ameaça, revelam um pouco do resultado dessas políticas do medo. Em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, os Estados Unidos encabeçaram uma ofensiva contra o que o Presidente Bush nomeou no seu discurso do Estado da União de 2002 de “Eixo do Mal”, um grupo de países que supostamente apoiavam o terrorismo e estavam se armando para novos ataques contra o Ocidente. Nominalmente, Bush cita a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque, país que seria invadido no ano seguinte. Antes da invasão do Iraque, um mês depois do ataque às Torres Gêmeas, a potência americana e seus aliados, Reino Unido, Canadá e Austrália, invadiram o Afeganistão em busca dos responsáveis pelo atentado: a organização terrorista chefiada por Osama Bin Laden, conhecida como Al-Qaeda. Para a população americana, o *Patriot Act* (ato patriota em português) permitiu ao governo retirar o véu da privacidade de sua população. A partir da prerrogativa de monitorar e investigar possíveis células terroristas que já estariam em solo norte americano, o governo dos Estados Unidos obteve acesso a ligações e emails de pessoas ou organizações que eram suspeitas de ligações com o terrorismo sem a necessidade de autorização da Justiça. O ato foi reformulado em 2015 e ironicamente batizado de *Freedom Act* (ato da liberdade), se mantendo válido até 2020.

Contudo, na era das políticas do medo, nem tudo é o que aparenta ser. A denúncia sobre armas de destruição em massa que justificou a invasão do Iraque foi fruto de um dossiê mentiroso, forjado para legitimar ação militar sobre uma nação soberana e destituir seu líder, Saddam Hussein, ato que gerou instabilidade política e uma guerra civil de dois anos. A falsificação parece acompanhar o combate ao terrorismo. Semelhante comportamento é demonstrado por Curtis (2004) quando as entrevistas apontam que o FBI “criou” a Al-Qaeda, no sentido de que a agência americana inflou o nível de ameaça e a extensão da organização

terrorista, e os ataques de 11 de setembro permitiram a cristalização da imagem construída pelo FBI: uma extensa rede de islâmicos radicais, infiltrados secretamente em diversos países, comprometidos a fazer qualquer coisa que o seu líder supremo, Osama Bin Laden, comandasse. O objetivo de “combater o terrorismo” não foi cumprido na invasão do Iraque e tampouco na invasão do Afeganistão, até porque a definição acerca do que é um terrorista não é muito clara. Muitos trabalhos buscam encontrar as características que definem um terrorista, se é o tipo de armamento utilizado, as estratégias de ataque, a organização do grupo, qual o inimigo que ele combate, dentre outros fatores, mas um consenso ainda não foi acordado.

Terrorista é uma das mais recentes formas que o “inimigo”, ou o Outro, se apresenta na política do medo estadunidense. O século XX traz também em seus anais algumas outras ameaças para a sociedade americana. O *Red Scare*, “susto vermelho” em tradução livre, é o nome dado ao pânico moral que circulou na sociedade americana em resposta a Revolução Russa de 1917 e o eventual estabelecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O inimigo vermelho voltou a assombrar os Estados Unidos no período pós Segunda Guerra, motivando as políticas do macarthismo que buscavam eliminar os espões comunistas e reprimir a ideologia do partido. O *Yellow Peril*, “perigo amarelo” em tradução livre, tem uma origem mais antiga e é baseada na percepção de uma ameaça expansionista advinda do Oriente contra as nações do Ocidente. Não obstante, em solo americano houve um recrudescimento desse medo também no período pós Segunda Guerra devido ao grande influxo de imigrantes asiáticos. O período da Guerra Fria apesar da falta de conflito direto entre as duas grandes potências, ou até mesmo em função de tal abstenção, produziu um clima de medo globalizado. Na virada do século XIX a Revolução Haitiana foi a fonte de muitos medos para as metrópoles coloniais. Sendo uma insurreição de sucesso protagonizada por pessoas escravizadas, muito se fez para que a centelha esperançosa e revolucionária não colocasse em brasa também as colônias vizinhas que tinham na escravidão a base de seu sistema econômico. A Ditadura Militar brasileira teve suas políticas do medo apontadas para o interior do país. O período de 1964 até 1985 foi marcado pela ameaça que o “subversivo” trazia para a nação e sua população. O rótulo era aplicado majoritariamente nos socialistas e comunistas organizados na luta armada contra o governo ditatorial, mas era facilmente aplicado a qualquer figura que expressasse descontentamento com o regime.

A necessidade de um inimigo não parece ser uma deformação patológica do Estado de direito quando lembramos da contribuição de Carl Schmitt para o campo. Considerando que o trabalho de Schmitt busca extrapolar a equação do senso comum que parecia o que é estatal com o que é político, o conceito do político é obtido “pela identificação e verificação das

categorias especificamente políticas” (Schmitt, 2008, p. 27) e tais categorias são: amigo e inimigo. Essa definição é autônoma, no sentido em que não depende de outras categorias (moral, estética, econômica, etc.), e intensa, no sentido de que a possibilidade de conflito com esse inimigo é sempre presente. Assim, o Estado é o ente que toma para si o caráter decisório de definição daqueles que são amigos e aqueles que são inimigos, trazendo a eventualidade do combate no próprio pressuposto do político pois, a existência do inimigo é uma ameaça ôntica da própria existência (Schmitt, 2008). Ainda na distinção amigo-inimigo, a capacidade do Estado de ditar tal dicotomia depende de uma situação “normal”, esta sendo: “[...] obter dentro do Estado e de seu território uma pacificação completa, produzindo ‘tranquilidade, segurança e ordem’[...]” (Schmitt, 2008, p. 49). A busca por essa situação normal faz com que o Estado, muitas das vezes, crie um “inimigo interno” que precisa ser combatido e exterminado. Vale ressaltar que essa situação normal apenas se aplica para aqueles que são designados “amigos” do Estado, o que não torna errônea o uso dessa teoria na análise de casos como o Holocausto, o Apartheid ou a Ditadura Militar, visto que há uma cisão clara entre a população daqueles que devem ser protegidos e aqueles que devem ser combatidos pelo Estado.

Como debatido anteriormente no primeiro capítulo, o trabalho de Schmitt é utilizado duplamente como uma forma de analisar os movimentos da nova direita e também como guia teórico para as táticas desenvolvidas por esses grupos. É possível pensar também como sua contribuição aponta o uso da figura do inimigo não apenas para as políticas do medo, mas como parte integral dos Estados nacionais modernos. O autor viveu durante a Segunda Guerra Mundial, sendo membro ativo do partido nazista, e morreu na década de 80, garantindo um assento privilegiado para a mudança de paradigma que o nascimento do hegemon estadunidense causou. Outros trabalham que buscam apontar as contradições da democracia liberal advém de Giorgio Agamben, indicando a frágil barreira contra o Estado de exceção contida nas Constituições dos países ocidentais, e Achille Mbembe, elegendo nas populações aqueles que podem viver e os que merecem morrer através da necropolítica.

Concomitantemente, as políticas do medo parecem ter se tornado a regra e não a exceção no século XXI (ver Curtis, 2004; Mack, 2004; Bauman, 2008; Wodak, 2015). Tais políticas precisam de um inimigo. Seja o inimigo uma ameaça concreta para aquela sociedade ou uma narrativa criada pelos políticos para excitar o medo na população, a figura do inimigo é a base de todo esse sistema. Ahmed (2014, p. 64, tradução nossa) aponta que as políticas do medo obtêm êxito porque o “o medo funciona estabelecendo os outros como temíveis na medida em que ameaçam levar o eu para dentro de si”. Nessa narrativa, qual seja a face do

inimigo, o Outro apresenta uma ameaça ontológica para a sociedade na qual ele se infiltrou. São “pecadores hereditários” (Bauman, 2008, p. 150), no sentido de que não há ato ou ação criminosa cometido pelo inimigo, a sua própria existência já é uma contravenção da qual não há advogado, júri ou juiz que possa absolvê-lo. Conseqüentemente, é dada uma justificativa de caráter quase normativo para o combate do inimigo: é uma legítima defesa para comigo e para minha sociedade cercar, combater e eliminar a ameaça que busca destruir tudo que nós construímos.

De forma geral, o inimigo é ubíquo, está em todo e em qualquer lugar da sociedade, e genérico, como um *sleeper agent* que aguarda as ordens do quartel general, qualquer um pode se revelar como inimigo em qualquer momento. Isso dá credibilidade ao sentimento de desconfiança que perpassa a sociedade. O caráter mutável desse inimigo é uma ferramenta poderosa contra os adversários políticos diretos ou aqueles que ainda não firmaram aliança com nenhum projeto particular, pois quando aplicada sobre esses indivíduos, na lógica do inimigo ontológico, extirpa a confiabilidade que aquele sujeito construiu na vida pública e bota em xeque até o grau de aliança que ele tem com a nação. O inimigo “pode ser” qualquer um, ainda que há certos corpos nos quais o rótulo de inimigo se adere mais facilmente (Ahmed, 2014). É uma conjuntura que desacredita as relações humanas e a solidariedade natural destas em uma fonte também de medo, dificultando a quebra desse ciclo, como Bauman descreve:

Exortados, instados e pressionados diariamente a perseguirem seus próprios interesses e satisfações, e a só se preocuparem com os interesses e satisfações dos outros na medida em que afetem os seus, os indivíduos modernos acreditam que os outros à sua volta são guiados por motivos igualmente egoístas - e portanto não podem esperar deles uma compaixão e uma solidariedade mais desinteressadas do que eles próprios são aconselhados, treinados e dispostos a oferecer. Numa sociedade assim, a percepção da camaradagem humana como fonte de insegurança existencial e como um território repleto de armadilhas e emboscadas tende a se tornar endêmica. Numa espécie de círculo vicioso, ela exacerba, por sua vez, a fragilidade crônica dos vínculos humanos e aumenta os temores que essa fragilidade tende a gerar (Bauman, 2008, p. 172).

Ser o inimigo implica conseqüências sociais, políticas e físicas para o corpo daqueles imputados de tal crime. Aludimos ao caráter de marginalização e desconfiança que esse título gera, mas Ahmed (2014) explora como o medo gera constrição nesses corpos ao passo que dá espaço de expansão a outros. A proclamação de guerra contra o Terror feita pelos Estados Unidos e países aliados elegeu o terrorista como o inimigo, assim qualquer um que se parecesse com o inimigo passou a ser tratado como suspeito. Aqueles que tinham fenótipos de caráter mediterrâneo eram “aleatoriamente” selecionados para revistas mais incisivas nos aeroportos, estavam sujeitos a escrutínio rigoroso de suas atividades online e a recusas de

vistos em seus passaportes, barrando sua entrada em países alhures. Internamente, a constrição de corpos que lembram a nação de terroristas é acompanhada pela expansão dos corpos que compõem a identidade daquela nação, corpos “amigos” que são considerados como tal não só pelos atributos da fisionomia do indivíduo mas também pela sua performance de amor e orgulho pela pátria. Assim, a proibição do “nosso” espaço ao inimigo também desenha o local permitido a ele (Ahmed, 2014). Muitas das vezes a partir de um caráter xenófobo – notoriamente observado no caso do terrorista, mas usado também para combater o imigrante – a sociedade comanda o inimigo a “voltar pro seu lugar”.

Restringir a movimentação do inimigo também tem consequências para aqueles considerados amigos. A fim de nos proteger “deles”, é necessário afrouxar os procedimentos legais que, em situação normal, impedem decisões arbitrárias e restringem a vigilância estatal cada vez maior ângulo de visão na vida privada. Ahmed (2014) avança o exemplo de Stanko que apresenta como as ruas à noite são construídas como objetos de medo para as mulheres e como essa construção busca exercer controle sobre elas, direcionando-as para um ambiente na qual não estariam vulneráveis aos perigos do mundo: a casa. Nesse sentido, as políticas do medo permitem uma espécie de suspensão dos direitos individuais em nome da segurança do grupo. É, de certo modo, uma expressão mais atrevida do Estado de Exceção de Agamben, uma que nem sequer despende energia para suspender a Constituição do país na qual se estabelece.

Por que, então, implementar as políticas do medo? De maneira sintética, a implementação de tais políticas é muito benéfica para as elites por trás delas. A política do medo exige constante manutenção, a sociedade precisa sentir que a ameaça causada pelo inimigo é algo tangível e que está prestes a acontecer a qualquer momento. Nessa constante ansiedade, esse medo sem objeto aparente, a população é mais suscetível a abrir mão de uma série de dispositivos legais relacionados a liberdades individuais tradicionalmente ligados à democracia liberal. Ahmed (2014) já apontava os efeitos que essas políticas causam até aos corpos amigos, mas é também na autora que encontramos como que o anúncio das ameaças justifica novas formas securitização, policiamento e vigilância que, por sua vez, vão apontar novos inimigos que necessitarão de novas formas de proteção, garantindo a repetição do ciclo. Outro autor que compartilha da análise supracitada e indica que a agressividade engendrada por tais políticas também é um de seus objetivos é Stanley Hoffmann:

O propósito da belicosidade dessas manipulações tem sido duplo: incutir hostilidade, um fervor pela vingança e autoproteção violenta contra inimigos externos (ou grupos étnicos, religiosos ou políticos "alienígenas" em casa) e fazer com que os cidadãos, devidamente assustados, aceitem, em nome da segurança nacional e pessoal,

invasões de privacidade e reduções de liberdades que não teriam tolerado se não tivessem sido condicionados ao medo (Hoffmann, 2004, tradução nossa).

Lembrando do conceito de constelação de emoção trazido por Benski na seção anterior, um indivíduo é capaz de sentir diversas emoções ao mesmo tempo, algumas convergentes e outras contrastantes, e essa dimensão se torna ainda mais complexificada quando se trata de um grupo maior, como uma população. O medo tem relação simbiótica com o ódio e com o amor. A exaltação do ódio consegue transformar o ordinário em situação de crise e serve para conectar aquela figura unitária do inimigo em um grupo maior (Ahmed, 2014) – eu odeio você porque você faz parte daquele grupo –, construções fulcrais para a política do medo. Por sua vez, o amor é o porto seguro para o qual o indivíduo amedrontado busca para se proteger da ameaça de morte causada pelo inimigo. O espanto com o inimigo, e a fuga para longe dele, também causa um sentimento de solidariedade para com aqueles do nosso grupo e de símbolos associados a ele. O apego a esses símbolos pode ser facilmente cooptado em prol do discurso que prega a retomada dos valores tradicionais (Ahmed, 2014), presentes de maneira recorrente nos projetos políticos de signo conservador.

Apesar de que as políticas do medo exijam o esforço de constante atualização, Bauman aponta que é um esforço menor e menos arriscado do que honrar o compromisso original do Estado, no qual ele se responsabiliza por eliminar os medos que a sociedade sente e promover a segurança. Para além de ser o caminho de menor resistência, essas políticas garantem que as elites continuem no poder sem grande discordância, pois é construída sobre elas a figura de defensores da pátria. Bauman escreve:

Para a elite global, estimular em vez de aliviar os medos dos nativos (quaisquer nativos, de qualquer localidade que a elite tenha escolhido para uma escala) implica poucos riscos, se é que algum. Remoldar e refocalizar os medos nascidos da insegurança social global, transformando-os em preocupações de segurança locais, parece constituir uma estratégia muito eficaz e quase infalível; traz muitos ganhos e relativamente poucos riscos, desde que concretizada com consistência. Seu benefício, de longe, mais importante consiste em desviar os olhos dos amedrontados, afastando-os das causas de sua ansiedade existencial, de modo a que - novamente citando Hastings - a superclasse global possa "continuar recompensando a si mesma numa escala assombrosa", sem perturbação (Bauman, 2008, p. 207).

Dessa forma, políticos de um signo conservador têm muito a ganhar com as narrativas do medo, visto que seu projeto político já trata mudanças sociais de modo comedido e busca manter as tradições que aquele povo cultivou a anos. A extrema direita, como indicado no primeiro capítulo, parece ter identificado o impulso que o medo causa em direção ao amor nas sociedades ocidentais e faz amplo e bem-sucedido uso dessa estratégia, indicado pela recorrente presença de uma Acádia original nos discursos desses líderes, no qual o retorno a esse estado idílico é o que eles prometem aos seus eleitores.

O medo como instrumento político também eleva o político que o emprega, pelo menos na visão daqueles que são convencidos por ele, a uma posição mais importante do que um simples político. É fácil de observar narrativas ao redor dos líderes da direita radical populista que os representam como *outsiders*, atores políticos que estão fora do sistema corrupto que há muito engana a população do país. Trump angariou suporte dos que acreditavam na teoria de conspiração do “QAnon” por se portar como uma figura que combateria a elite corrupta e satânica do *Deep State* norte americano. Bolsonaro e seu apelido de “mito”, junto com o sobrenome “Messias”, já indica o caráter messiânico com o qual o candidato iria livrar o país da corrupção do PT com a benção divina que uma missão dessa requer. O medo, nesse sentido, colabora com a narrativa populista que prega a divisão da população entre o verdadeiro povo humilhado e oprimido e as elites corruptas que sugam os benefícios do país de maneira egoísta. Nessa divisão, o político é o único que não se vendeu para as ofertas corruptas da elite e, assim, consegue ser o único que ainda escuta e representa a verdadeira vontade do povo.

A narrativa de um verdadeiro povo implica na concepção da população como um monolito, visto que a diferença automaticamente alinha o indivíduo no conglomerado dos inimigos, e faz-se necessário um projeto excludente que busca eliminar daquela sociedade os elementos subjetivos e, se levado até a última instância, físicos das identidades que não se encaixam no mito fundador daquela nação. Para tal, a instrumentalização do medo ainda se mantém relevante e benéfica para o cumprimento dessa campanha. Cria-se uma legitimação na eliminação do inimigo por sua ameaça ôntica contra a nação e se encontra o corpo e o rosto do inimigo a partir das minorias marginalizadas ligadas ao contexto sócio-político do país alvo.

Por fim, as políticas do medo oferecem respostas simples para os mais variados e complexos problemas que assombram paulatinamente as sociedades hodiernas. Não só o fazem simplificando as situações, o que abre a margem para as interpretações maniqueístas de bom e mau, mas fazem de maneira confortável para grande parte da população, retirando o pesado fardo da preocupação e engendrando a passividade política. Bauman escreve numa passagem como a era do Estado de proteção pessoal causa até mesmo um incômodo para a solução de problemas que envolva o autoexame e autocrítica:

Embora as raízes do perigo possam ser dispersas e confusas, queremos que nossas defesas sejam simples e prontas a serem empregadas aqui e agora. Ficamos indignados diante de qualquer solução que não consiga prometer efeitos rápidos, fáceis de atingir, exigindo em vez disso um tempo longo, talvez indefinidamente longo, para mostrar resultados. Ainda mais indignados ficamos diante de soluções

que exijam atenção às nossas próprias falhas e iniquidades, e que nos ordenem, ao estilo de Sócrates, que "conheça-te a ti mesmo!" (Bauman, 2008, p. 149).

É um comportamento que pode ser observado quando alguém dispara que não gosta de política, normalmente acompanhado por um descontentamento ao notar que o ano presente se trata de um ano de eleição, como se a política só acontecesse no pleito eleitoral de dois em dois anos. Certamente influenciado, mas não somente por esta, por uma rotina do cotidiano que se torna tão abarrotada de afazeres e responsabilidades que tirar um tempo à parte para refletir sobre outros indivíduos além de mim mesmo se torna um esforço fútil e sem propósito, quiçá tirar mais tempo ainda para se organizar a modo de mudar a situação da sociedade. Contudo, a passividade política mantém o status quo e pode significar até mesmo uma regressão de direitos e conquistas realizadas por movimentos sociais ao longo da história.

3.3 Medo na direita radical populista

Em 26 de agosto de 2022, a banda alemã Rammstein lançou um single intitulado *Angst* (medo, angústia ou preocupação em português). A letra fala sobre crianças malcriadas que são alertadas pelo pai das consequências do seu mau comportamento: “O bicho-papão vai levar vocês se não seguirem as minhas ordens” (Rammstein, 2022, tradução nossa). Com a potencialidade subjetiva da arte, somos transportados para um país no qual esse comando é levado a sério e nenhum cidadão deixou de acreditar no bicho-papão, mesmo depois da infância. Um país sitiado pela loucura, pelo medo de que o mal virá e nunca mais irá embora e que tem na violência armada a primeira reação para as vicissitudes do cotidiano. Nessa sociedade *alle haben Angst* (todos tem medo), contudo, não há de fato uma ameaça. O bicho-papão, essa figura frequentemente utilizada para assustar as crianças e coagi-las para um bom comportamento, é um construto imaginário sem qualquer materialidade na realidade. No videoclipe, essa construção se dá pelo uso constante do computador, no qual os personagens estão literalmente grudados à tela. Característico da arte, a música propõe uma situação hipotética, incita os ouvintes a explorar essa ideia e apresenta uma crítica: o que pode acontecer com uma sociedade se o medo tomar conta de todos os aspectos da vida?

Não é necessário criar outras situações imaginárias para explorar essa pergunta, a história do mundo nos oferece diversos exemplos. Cada vez mais os intelectuais das ciências sociais observam que o medo vem tomando de maneira contumaz os espaços da vida pública e privada e o presente trabalho faz coro com esses autores. Como explorado na seção anterior, o medo e a política são dimensões que frequentemente se sobrepõem ao longo da história, contudo, a direita radical populista parece estabelecer uma relação específica com essa

emoção. Wodak (2015, p. 23, tradução nossa) afirma que todo o partido desse espectro político “instrumentaliza algum tipo de minoria étnica/religiosa/linguística/política como bode expiatório para a maioria, senão todos os problemas atuais e, posteriormente, interpreta o respectivo grupo como perigoso e uma ameaça 'para nós', para 'nossa' nação”. Ou seja, a direita radical populista tem como base do seu projeto político o combate de um inimigo responsável pelas mazelas da sociedade. Não é uma ramificação secundária que colabora para um objetivo maior, como por exemplo a desumanização da população indígena norte-americana durante a campanha do Destino Manifesto, mas é o próprio objetivo, uma raiz que sustenta e alimenta o projeto de exclusão social.

Através da construção de inimigos, o discurso da extrema direita simplifica a vida. É a partir da ontologia relacional amigo-inimigo que ele tenta fornecer uma certeza diante das inúmeras incertezas da vida, principalmente em um mundo marcado pela globalização e Estados nacionais cada vez mais dispostos de poderes que procuravam diminuir essas incertezas. Bauman fala sobre o conforto que esses discursos oferecem para o indivíduo na seguinte passagem:

No mundo loucamente multivocal, confuso e desconcertante das mensagens entrecruzadas, porém mutuamente incompatíveis, cujo principal propósito pode muito bem ser o questionamento e a destruição da credibilidade do outro, as crenças monoteístas acopladas às visões maniqueístas do tipo preto e branco constituem as últimas fortalezas do "mono": de *uma* verdade, *um* modo, *uma* fórmula de vida - da *certeza* e da *autoconfiança* inexoráveis e belicosas; os derradeiros refúgios dos que buscam a clareza, a pureza e a liberdade em relação à dúvida e à indecisão. Elas prometem os tesouros que o resto do mundo nega de modo ruidoso e obstinado: a auto-aprovação, uma consciência clara, o conforto de não temer o erro e estar sempre certo (Bauman, 2008, p. 147-148).

Não é incomum encontrar sobreposições no discurso da direita radical populista ao redor do globo: “a família tradicional está sob ataque”; “os gays querem doutrinar/abusar das crianças”; “as crianças estão sendo ensinadas a sentir vergonha e a odiar o país”; “a esquerda é conivente com o crime”; dentre outros discursos que imputam a “eles” a responsabilidade das crises da sociedade. Bauman (2008) aponta como essa é uma campanha de sucesso empregada pelas elites políticas na qual o real culpado dos problemas enfrentados pela sociedade não é fruto da mudança econômica de subserviência do Estado frente ao mercado internacional, mas são as ações da comunidade LGBTQI+, das feministas, dos ativistas progressistas, políticos não alinhados ao projeto da direita, ou qualquer outro grupo minoritário, transplantando para uma guerra cultural – termo também usado pelos intelectuais orgânicos da direita – as consequências de decisões político econômicas.

Encontramos eco na observação da culpabilização das minorias também no trabalho de Ahmed (2014). Para a autora, as políticas do medo apontam na perda dos valores

tradicionais a causa da fraqueza da nação e sua incapacidade de combater a ameaça que o inimigo representa. Diferente de Bauman, na leitura de Ahmed esses grupos progressivos não são o inimigo em si, apesar de que podem facilmente serem rotulados como tal, mas são uma espécie de sintoma da grave doença que é o distanciamento dos valores tradicionais. Wodak (2015) faz coro a essas leituras no que diz respeito a simplificação da realidade que a direita radical populista oferece e parece se aproximar de Ahmed em relação à classificação dos grupos progressistas como inimigos. Wodak aponta que:

Os partidos populistas de direita parecem oferecer respostas simples e claras a todos os medos e desafios mencionados acima, por exemplo, construindo bodes expiatórios e inimigos – "Outros" que são os culpados pelos nossos problemas atuais – recorrendo frequentemente a estereótipos e imagens coletivas tradicionais do inimigo. Estes últimos dependem, afirmo ainda, das respectivas tradições históricas em contextos nacionais, regionais e até locais específicos. (Wodak, 2015, p. 25, tradução nossa).

A construção do inimigo é basilar para a política do medo, mas em movimentos da direita radical populista essa construção se dá de maneira particular. Como o próprio nome indica, o populismo desse espectro político já é parte constituinte de suas ações na sociedade e da sua ideologia e, dessa forma, também age na sua ontologia relacional. Assim, o líder da direita radical se aproxima do “verdadeiro povo”, essa construção nativista imaginária, ao passo que acusa e rechaça o indivíduo que não participa e/ou não respeita essa cultura arbitrariamente eleita como sagrada. Nesse sentido, o inimigo não é um pecador hereditário, para resgatar o termo de Bauman, o que implica dizer que ele não necessariamente é uma ameaça unicamente pela sua existência, sendo passível de “ressocialização” uma vez que o indivíduo reconheça seus erros e se integre a cultura supracitada. Não é uma regra geral, mas o caso do Brasil parece aludir para essa exceção.

Se considerarmos bem sucedidas as artimanhas gramscianas de domínio dos espaços intelectuais e artísticos, realizando a revolução silenciosa com o propósito de transformar a população em comunista sem que ela percebesse, muitos dos comunistas do Brasil sequer sabem que estão imersos em tal nefasta ideologia. Dada essa espécie de caverna de Platão, onde as silhuetas projetadas na parede são de bacanais, opressores capitalistas e “mamadeiras de piroca”, é possível mostrar o mundo real para essas pessoas através do apontamento das ações do inimigo, resgatando-os para a realidade. Nesse sentido, as produções da Brasil Paralelo servem especialmente bem para apontar o caminho para fora desta caverna. Forjadas de maneira neutra e obcecadas com a busca da verdade absoluta, elas “acordam” o indivíduo que as assiste para o mundo real e para o cabresto que o cegava.

Contudo, como demonstrado ao longo desse trabalho, nada é mais distante da realidade que a suposta neutralidade política e argumentativa dos documentários da Brasil Paralelo. Servindo como um aparelho doutrinário da direita radical populista brasileira, a Brasil Paralelo age a fim de implementar uma visão de mundo condizente com o seu espectro político, um projeto que pretende travar combate na arenas das ideologias, transformando o senso comum brasileiro em prol da conquista da hegemonia da classe burguesa. Continuando o exemplo da caverna de Platão, não é que o conhecimento contido nos documentários traga os habitantes troglóbios para experimentar o mundo real, mas melhor seria dizer que eles os conduzem para ocupar uma outra caverna.

O populismo é o discurso que traça uma linha entre o verdadeiro povo e a elite corrupta que se beneficia do esforço do povo, sem retribuir e em muitos casos prejudicando a vida deles. Muita das vezes essa divisória é marcada por uma linha racial, o elemento nativista presente em muitos dos movimentos da direita radical da Europa, estipulando que o verdadeiro povo só pode ser composto por aqueles que nasceram no país e colocando sobre o imigrante a carapuça de um aproveitador ou de um agente das elites corruptas. No Brasil, não encontramos claramente essa marca narrativa. Isso não significa dizer que o racismo não impera sobre as relações sociais no país, apenas que não é parte do núcleo duro do processo decisório da narrativa amigo-inimigo. Como exemplo, o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” marca o patriotismo fervoroso dos bolsonaristas e sua a inabalável fé cristã – às vezes performada de maneira menos fervorosa a fim de não alienar sua base evangélica – em aparente dissonância com os seus adversários que apenas pensam no ganho próprio em detrimento do bem estar do país e cultuam outras expressões religiosas, quando não abandonam completamente a crença. O que diferencia o amigo do inimigo no contexto brasileiro parece ser o seu comportamento, marca de caráter social e não racial, o que faz com que o inimigo esteja passível a ressocialização acima citada.

Considerando a Brasil Paralelo como um aparelho de doutrinação ideológica, já a primeira produção da empresa serve a necessidade da política do medo da construção de um inimigo. Não apenas aponta o inimigo a ser combatido, o comunismo e seu servo direto no país, o Partido dos Trabalhadores, mas também reconta o passado do Brasil e aponta soluções para direcionar a sociedade no caminho de sucesso e prosperidade do qual foi desviado pelas artimanhas do inimigo. A releitura do passado serve dupla função, apontando a glória da Acádia original e desbancando os acadêmicos que mentiram sobre a história. Na visão apresentada pelos historiadores convidados, o período do Brasil Colônia nem deveria ser chamado assim, pois a denominação de colônia não caberia em uma terra tão rica e que não

tinha na exploração o principal objetivo de Portugal nas terras da Ilha de Vera Cruz. Argumentasse assim a fim de legitimar a herança portuguesa sem o jugo associado a leituras mais críticas do processo de colonização, um processo violento que busca subjugar todas as facetas do povo autóctone na terra alvo.

Repensar o passado não afeta somente as universidades de História, seus pesquisadores e alunos do nível superior, médio e fundamental. Políticas de reparação buscam justamente uma tentativa de recompensar povos ou indivíduos que foram prejudicados ao longo da história por parte do governo e/ou a população do país. Assim, suavizar o impacto que o processo de colonização teve sobre as populações indígenas brasileiras, por exemplo, fazendo pouco caso do genocídio, do etnocídio e da servitude compulsória que esses povos foram submetidos, pode vir a servir como um enfraquecimento na legitimidade de políticas de reparação que buscam recompensar o trato histórico desses povos. No caso dos indígenas, seria como dizer que o direito de demarcação de terras indígenas previsto na Constituição de 1988 é um exagero, uma medida de um Estado demasiado intervencionista e que impede a plena exploração das terras brasileiras pelo seu principal motor econômico, qual seja, o agronegócio.

É uma tentativa de abrandar um período intrinsecamente violento da história brasileira e a estratégia se repete para o trato da escravidão, iniciado no Brasil Colônia e continuado ao longo do Brasil Império. O documentário mal trata do sistema escravocrata que foi a base do modelo econômico do período colonial e imperial – comenta-se apenas das consequências econômicas sofridas pelos senhores de escravos visto a não compensação do Estado brasileiro na ocasião da abolição da escravidão, mais um exemplo da ojeriza liberal – e do trato das pessoas escravizadas durante o período. O Brasil também foi o país que mais traficou pessoas durante o período, 40% das 12,5 milhões de pessoas raptadas do continente africano foram trazidas para cá (CNN, 2021), o que mostra como o país foi o principal perpetrador da prática e não mais um numa longa lista de países que se basearam no sistema escravocrata. Até mesmo revisitando o tema no documentário “Brasil - A Última Cruzada”, cerca de apenas oito minutos são dedicados para a discussão do tema e o tom raso se apresenta claramente. É de certo modo até mesmo apologético, com a tese apresentada sendo que a escravidão é uma constante na história da humanidade e todas as civilizações já praticaram essa terrível chaga.

Seguindo o argumento apresentado previamente, retirar o caráter cruente e absolutamente basilar que a escravidão teve na estrutura econômica brasileira, pintando-a como mais um acontecimento na história da humanidade, abre margem para aqueles que acreditam nessa leitura atacar e deslegitimar políticas que buscam reparar os danos causados a

população negra, por exemplo, com a aplicação de cotas nas universidades públicas do país. Tirar a gravidade desse período da história também transplanta o problema do racismo de uma dimensão social para uma dimensão individual. É uma marca da ojeriza liberal, apontada como uma das matrizes discursivas da Brasil Paralelo, que entra em consonância com o projeto da direita radical populista. A mensagem é clara: não espere do Estado tratamento especial, somos todos brasileiros competindo em uma sociedade que recompensa o mérito e não a cor da sua pele. Novamente, um discurso simplório que tende a ignorar as diferenças socioeconômicas que, no caso das cotas, influenciam no sucesso frente ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que garante o acesso ao ensino superior.

Wodak traz em *Politics of Fear* uma passagem que explica o porquê do interesse da direita radical na revisão do passado, tensionando também a possibilidade de uma verdade absoluta:

Quem, também se deve perguntar, está de posse de tal "verdade" objetiva? E, além disso, existe uma verdade objetiva ou narrativa sobre a história à parte dos fatos estabelecidos? Narrativas revisionistas do passado são parte integrante da retórica e da propaganda populistas de direita. Como a memória do passado molda a concepção da identidade coletiva atual, os partidos populistas de direita geralmente veem seu engajamento na política do passado como parte integrante de sua política identitária geral. Em particular, alguns intelectuais e historiadores revisionistas têm se envolvido consistentemente em esforços para apresentar suas distintas versões da memória coletiva em discussões acadêmicas e públicas. (Wodak, 2015, p. 63).

Se as entrevistas cedidas à produção da Brasil Paralelo contém uma narrativa neutra, em outras palavras, a verdadeira história, então a consequência lógica desse pressuposto é que todas as outras narrativas que divergem do que fora apresentado no documentário são mentirosas. Daí que extraímos a segunda função da releitura do passado realizada pela empresa, demonstrar a distorção da verdade feita pelos professores em prol de uma ideologia, construindo um inimigo a ser combatido. Apesar da figura dos professores das ciências humanas tomarem frequentemente a forma do inimigo, na cosmovisão construída na direita radical populista e pela marca narrativa do inimigo vermelho, eles apenas são servos de um inimigo maior e mais sorumbático: o comunismo.

O Congresso Brasil Paralelo começa com um raio-x inconveniente e, tal como um procedimento médico, revela o câncer que o PT representa no corpo da sociedade brasileira em um estado avançado de metástase. Segue narrativamente a fim de resgatar a terra de Santa Cruz para demonstrar o que perdemos e o que poderíamos ter sido se o império não fosse destituído pelo golpe da república. Graças a isso, as raízes do problema se afinam profundamente no solo social, político e cultural do país, raízes da erva daninha conhecida como comunismo e sua eventual atualização gramsciana. Essa erva daninha age para dividir

peças e centralizar o poder, deixando a população desinteressada no jogo político ou pior, ativamente engajada na defesa do comunismo, beneficiando a classe encastelada no Estado. Assim, as propostas apresentadas não são inovadoras, consistem em apenas retomar o caminho de bonança que o Brasil trilhava em seu passado imperial. Através da reforma institucional, do impeachment, o país pode sobreviver ao governo “comunista” desde de seu apogeu até sua queda, podendo trilhar no seu futuro um caminho capitalista de prosperidade.

A Sétima Arte busca responder a pergunta “por que não se fazem mais filmes como antigamente?”. A resposta dada pelo documentário se encaixa confortavelmente no arcabouço da política do medo, qual seja, o parasita pós-moderno é o culpado por tal conjuntura. Ele é responsável pela falta de criatividade crônica de Hollywood, incapaz de investir em novas ideias e os riscos associados com essa decisão, e por profanar os “cadáveres” de antigas franquias adoradas pelo público em tentativas falhas de revivê-los, manchando seus legados com mensagens políticas forçadas. O parasita pós-moderno é todo aquele que segue a risca os predicados da agenda woke, essa suposta lista de mandamentos progressistas que buscam culpar o homem cis hétero branco por todas as opressões e combatê-lo através da representatividade, da inclusão e da aceitação de identidades não-tradicionais, e pretende utilizar do prestígio de obras consagradas para conseguir disseminar essa mensagem para o maior número de pessoas possível. Em outras palavras, se trata de marxistas culturais que buscam corromper os símbolos da cultura em prol do seu projeto político.

O marxismo cultural tem raízes no bolchevismo cultural (*Kulturbolschewismus* em alemão), estratégia retórica utilizada pelos nazistas na qual a influência soviética sobre a cultura germânica era a culpada pela degeneração da arte, exemplificada na época pelo movimento modernista. Sem surpresa, na década de 30 o culpado por tal campanha era o “judeu internacional” que financiava as ações soviéticas, mas há ecos antissemitas também na narrativa a respeito do marxismo cultural. Na reformulação atual, alguns dos críticos do marxismo cultural apontam para a figura de George Soros como um análogo ao judeu internacional, mas a maioria dos que acreditam nessa conjuntura traçam o topo da cadeia de comando para o movimento comunista organizado internacionalmente.

Ainda sobre a Sétima Arte, o documentário nos alerta para o perigo de produções que escondem o seu caráter propagandístico através de mensagens subliminares ou alusões, principalmente quando se trata de trabalhos de ficção. É uma interessante passagem pois os próprios documentários da BP, e com menor grau o primeiro filme produzido por eles que trás uma mensagem clara do poder da fé em resgatar as “ovelhas perdidas”, agem como peças propagandísticas enquanto declaram que não possuem alinhamento com qualquer espectro

político, se tratando de um hercúleo esforço para encontrar a verdade absoluta. No último capítulo debatemos como a prerrogativa de completa neutralidade e a existência de uma verdade absoluta são pressupostos que não se sustentam perante o fenômeno social, e até mesmo o fenômeno físico, e apontamos quais as marcas do discurso contido nas produções da Brasil Paralelo. Como nos lembra Casimiro, a Brasil Paralelo é o mais novo de uma longa linha de aparelhos privados de hegemonia que vem buscando atualizar a hegemonia da classe burguesa desde a redemocratização do país, chamando a atenção para sua particular ação doutrinária. A produtora é próxima de uma série de figuras da direita brasileira, entendidas aqui como intelectuais orgânicos da Nova Direita, que trazem na construção de seu discurso os mesmos tijolos argumentativos que sustentam e legitimam a existência da classe burguesa.

É possível, em um primeiro momento, dizer que a neutralidade da Brasil Paralelo não é posta em xeque pelo o que os entrevistados dizem em seus documentários, afinal, elas contém apenas as opiniões de pessoas físicas que são editadas e apresentadas através da linguagem cinematográfica que busca entreter e educar. Contudo, para além do baixo grau de representatividade de entrevistados do centro ou da esquerda, é necessário lembrar que é a própria empresa que escolhe o tema de cada peça, as figuras que serão entrevistadas e também a forma que esse conteúdo será apresentado, escolha da trilha sonora, montagem e a narrativa em *off* que acompanha muito das produções. Rememoremos também que o impulso inicial de criar a empresa é o objetivo de mudar a mentalidade dos brasileiros, resgatando os bons valores, ideias e sentimentos perdidos ao longo da história, esta sendo a declarada missão da empresa que guia suas ações até hoje.

O uso do termo “nova direita” implica na existência de uma “velha” direita que a precedeu, assim como uma mudança de alguma sorte na expressão desse fenômeno na sociedade na qual ele se apresenta. Quando nos referimos a Europa e aos movimentos sociais que performam os discursos fascistas, temos no próprio adjetivo usado para classificá-los a resposta para quem seria os seus antepassados: o fascismo italiano, o nazismo alemão e os seus subprodutos homologamente gerados pelo contexto da Segunda Guerra Mundial, como o franquismo, o salazarismo, dentre outros. A derrota de tais movimentos com o final do conflito, juntamente com os crimes bárbaros contra a humanidade cometidos por esses regimes, agiu como uma espécie de “vacina” no tecido social e político das democracias ocidentais no pós-guerra. Qualquer menção de cunho positivo aos regimes fascistas é causa para a marginalização do indivíduo, grupo ou partido e o esvaziamento de legitimidade no seu discurso para a consideração na construção de uma sociedade – ou pelo menos foi assim durante um tempo. Os movimentos grupos fascistas e neonazistas, especialmente os europeus,

reclamam para si essa descendência enquanto que os movimentos da direita radical populista, visto sua inscrição na democracia liberal e sua relação insolente para com ela, engajam num movimento de *push and pull* com tal execrável herança. Pensando a realidade brasileira, foco do presente trabalho, nos parece comparável a relação que os movimentos da nova direita europeia têm com o passado fascista e a relação que os movimentos da direita radical populista, encabeçados pelo bolsonarismo, têm com a Ditadura Civil-Militar e com o Brasil Império.

Sobre como as sociedades lidam com um passado de crimes de guerra e/ou crimes contra a humanidade, Wodak e Richardson (2013, p. 4), resgatando Pelinka, apresentam uma passagem interessante para se pensar o processo de redemocratização do Brasil: “on the short run, neglecting justice and truth in favour of peace and reconciliation may have a positive impact on stabilizing democracy in a peaceful way; but on the long run, such a neglect has its price especially regarding social peace’ [Pelinka, 2009, p. 49].”. Diferente dos outros meios listados por Pelinka, como a justiça – que busca levar os culpados ao júri, como empregado pela Argentina no Julgamento das Juntas em 1985 – ou a verdade – parte basilar do sistema educacional alemão que busca expor a totalidade dos horrores cometidos pelo Regime Nazista – a transição foi marcada pela “anistia ampla, geral e irrestrita”⁴ tendo o processo político brasileiro pouco iluminado os porões da ditadura, sendo feita uma tentativa com mais fôlego mais de um quarto de século depois do fim do período ditatorial com a fundação da Comissão Nacional da Verdade em novembro de 2011.

Nesse sentido, é uma oportuna coincidência que o lançamento do filme “1964: O Brasil entre Armas e Livros” (abril de 2019) coincida com o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. O ex-presidente pouco escondeu o seu apreço pelo período ditatorial, dizendo que o erro da ditadura foi torturar e não matar, fazendo uma cruel alegoria da busca das famílias pelos restos mortais de desaparecidos durante o regime com o instinto de cães em farejar ossos, votando pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em homenagem ao torturador Carlos Brilhante Ustra, dentre outras expressões afetivas para com a Ditadura, mesmo que isso causasse polêmicas, ou talvez em função delas. Tal proximidade com o período ditatorial faz sentido com sua imagem de “capitão”, como é frequentemente chamado por seus apoiadores e membros de seu governo, um homem que dedicou sua vida ao Exército Brasileiro e carrega para a vida civil e política os mesmos ditames de disciplina e rigidez valorizados pelo quartel.

⁴ Fato que demonstra a precisão teórica de Wodak, vemos o mesmo grito vazio de anistia por parte dos manifestantes e mandantes envolvidos nos atentados antidemocráticos do 8 de janeiro de 2023.

Contudo, a Ditadura Militar não é um período nostálgico para a maioria da população brasileira, muito pelo contrário. A redemocratização e a virada para os anos 2000 foram marcadas pela celebração da participação direta na política, tendo parte dos políticos eleitos no período sendo composta de figuras perseguidas durante os anos de chumbo, e o fim da censura, com a volta de artistas exilados pelo regime e pujante produção cultural. Tal qual o final da Segunda Guerra Mundial, o período supracitado inoculou o anticorpo que combateria o autoritarismo na sociedade brasileira. Nesse sentido, seria necessário uma reformulação desse vírus para que o novo presidente não pudesse ser criticado nem mesmo pela defesa do indefensável.

Então, a narrativa sufocada pelos tradicionais professores de História e heroicamente resgatada pela Brasil Paralelo em seu documentário cai como uma luva nessa reformulação do período no senso comum da população brasileira. Graças a narrativa do documentário, o Regime Militar não era mais um golpe apoiado pelos Estados Unidos que usurpou o Estado democrático de direito por 21 anos na defesa de uma suposta conspiração comunista prestes a estourar o barril da revolução. Agora, se tratava de uma resposta ao clamor do povo que não queria se tornar uma Havana, nada mais que um dever das Forças Armadas em intervir contra o conluio soviético e garantir o bom encaminhamento do Brasil. Os únicos erros do regime foram subestimar os malditos comunistas no campo cultural e demorar demais para retornar o poder aos civis.

O documentário também reforça indiretamente que o combate ensandecido de Bolsonaro contra o Partido dos Trabalhadores não é só justo como é necessário. O ódio dos bolsonaristas contra Lula e Dilma se justifica pois são governos que se mantiveram no poder durante treze anos não por trazer melhores condições na vida de sua população, mas porque são a prova de que a revolução silenciosa cumpriu seu papel e tornou a população brasileira suscetível a governos de esquerda, governos que como sanguessugas bebem o esforço da sua população de maneira insaciável. São governos também que perpetuam as maquinações gramscianas na sociedade. Assim, se o eleitor de Bolsonaro já tivesse uma visão positiva do período ditatorial, a exibição do documentário fortaleceria sua posição e forneceria argumentos “históricos” para sua visão. Um bolsonarista que não tivesse opinião formada sobre o período, reconheceria o inimigo em comum dos militares e de seu “capitão” e sentiria uma continuidade histórica nesse combate, reforçando seus valores conservadores. Até mesmo alguém “neutro” política e historicamente, no sentido de desconhecimento, teria pós-exibição do documentário uma predisposição em se alinhar ao espectro bolsonarista pois, quando se fala do inimigo no filme, imagens de Dilma, Lula, símbolos e figuras ligadas ao PT

são transmitidas na tela.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo responder como a direita radical populista brasileira utiliza do medo para obter êxito político, seja na eleição de seus representantes, seja na aprovação de políticas que os favoreçam. Devido a natureza quimérica do termo extrema direita, no sentido que pode ser utilizado até mesmo como um xingamento político para desacreditar e rechaçar o indivíduo ou grupo alvo do adjetivo associando-o aos movimentos fascistas da década de 30 sem muito apreço ao rigor teórico, dedicamos a primeira parte do trabalho a fim de esclarecer os usos dúbios do termo e classificar com aporte teórico qual, se sequer um, movimento político atual poderia ser identificado como tal. A partir de uma revisão bibliográfica, foi constatado que mesmo a literatura interessada no objeto não estabeleceu consenso entre si. Uma variedade de autores elenca uma série de características que compõem o movimento, algumas convergentes outras destoantes, e cacofonicamente indicam que é necessário apenas uma ou todas as características estarem presente para que aquele grupo possa ser considerado de extrema direita. Nesse sentido, a localidade geográfica da qual os autores escreviam não poderia ser uma dimensão descartável da nossa análise. O caráter moldável dos movimentos de extrema direita que recrudesceram desde a crise de 2008 até os dias de hoje também aparece na forma com que cada célula desse grupo performa sua retórica e movimentações políticas, se moldando e encontrando coro a depender do contexto sociopolítico econômico de cada uma das sociedades na qual ele se infiltra.

Como demonstrado por apontamentos diferentes feito pelos autores a depender de onde esses escrevem suas análises, encontramos no recorte do Norte-Sul global encontramos uma ferramenta interessante para contrastar as diferentes elaborações dos autores interessados no objeto da extrema direita ao redor do globo. Apesar de contextos diferentes, conseguimos encontrar alguns pontos em comum entre os autores que foram aqui considerados, sem abrir mão das diferenças que também nos conduzem para análises mais precisas.

Não se trata apenas de uma continuidade dos movimentos fascistas que assombraram a Europa. O fenômeno da nova direita é melhor entendido pelo termo direita radical, uma reformulação que se insere no jogo democrático e respeita a maioria das leis do mesmo, apesar de constantemente lançar dúvida sobre os pressupostos que o ergueram em primeiro lugar. Essa reformulação é perpassada pelo populismo, uma forma de ontologia relacional que estabelece um “verdadeiro povo” e uma elite corrupta que o explora. A crise de 2008 parece fortalecer a ideia populista em uma escala global, pois trata a causa da crise como uma incapacidade da elite internacional de gerir o sistema, e também serve a análise acadêmica

pois ela é entendida como o momento de renascimento deste movimento. Retoricamente a direita radical populista é marcada por um discurso incendiário que busca polarizar as opiniões daqueles relacionados com tal e também consegue camuflar suas pautas através de códigos próprios. Por fim, a característica que é aparente na ampla literatura, mas é pouco instrumentalizada como objeto de pesquisa em si, é o internacionalismo do movimento. Não é atoa que muitos dos líderes da direita radical tenham fortes alianças entre si e tenham tomado o poder aproximadamente no mesmo período. Estudos que busquem traçar, ou até mesmo revelar, essa rede de trocas e de apoio precisam ser realizados.

A partir da análise das produções da Brasil Paralelo fica claro a presença de algumas de suas matrizes discursivas e como ela auxiliam na legitimação de um projeto político excludente ao povo e benéfico para a burguesia do país. A neutralidade conservadora serve como um escudo para críticas dos mais variados setores, inclusive as contidas nas páginas deste trabalho. Advinda de uma simplificação do método científico e a tentativa de “endurecer” as ciências sociais para o mesmo nível das ciências duras, trata-se a verdade como um pressuposto absoluto e acredita-se que o pesquisador possa ser despido de todas as suas ideologias, como a retirada de um óculos defeituoso que deformava a vista do indivíduo. O inimigo vermelho é aquele que se recusa a tirar esses óculos e, pior do que apenas se blindar da verdade do mundo e do fato social, fabrica óculos do mesmo tipo e os distribui nas escolas, universidades, agências de mídia e todo tipo de instituição da sociedade civil, assim como mandam os ditames do comunista gramsciano.

A ojeriza liberal serve para guiar o indivíduo da subserviência estatal para o caminho da liberdade econômica e, conseqüentemente, social que é reservado para aqueles que conseguem aplicar a teoria da Escola Austríaca e similares à realidade da sua sociedade. É a matriz discursiva que trança os fios da meritocracia, do isolamento social, do empreendedorismo, da desconfiança dos direitos sociais e da luta de classes em uma corda feita sobre medida para o trabalhador se enforçar. Mas enquanto recomendam ao trabalhador se afastar do Estado e tratá-lo com suspeita, povoam a máquina pública aqueles mais próximos da classe dominante. É a marca da hipocrisia institucional que prega o encolhimento do Estado, ou até mesmo sua destruição como dizem os anarcocapitalistas, mas que faz vista grossa ao fato de que existem vários políticos alinhados ao seu projeto na vida pública há mais de duas décadas e que continuam elegendo novos aliados sem nenhuma marca aparente do seu objetivo estar sendo cumprido. Por fim, aqueles expostos a “verdade” contida nas produções, de maneira semelhante ao que acontece com aqueles cativados pelo movimento da direita radical populista, passaram por uma iniciação templária, a iniciação em uma ordem

secreta que está ciente de todas as maquinações cabalísticas dos inimigos e procura combatê-las.

Existem vários tipos de medo e vários estímulos que podem suscitar essa emoção. Semelhante ao caso da extrema direita, abordado no primeiro capítulo, a literatura não estabeleceu ainda um sólido consenso a respeito da natureza do medo, de onde ele vem, onde ele está localizado no cérebro e como ele exatamente opera sobre o corpo. O que parece convergir nos variados estudos é que o medo afeta nosso processo de tomada de decisão, estimulando a busca por mais conhecimento na intenção de diminuir a sensação de incerteza, afetando o processo de aprendizagem e induzindo a escolhas subótimas de benefícios a longo prazo. Buscamos também tombar a prerrogativa do homem como um ser totalmente racional. Não apenas afetado pelo medo, mas até mesmo de maneira “neutra”, o cérebro humano é perpassado por uma série de vieses e entraves que impossibilitam decisões integrais a respeito de escolhas cotidianas.

O medo e a política são dimensões que se sobrepuseram ao longo da história. Isso acontece pois o medo induz a uma série de comportamentos benéfico aos governantes que implementam narrativas que produzem esse sentimento. A necessidade de um inimigo e seu caráter genérico e ubíquo permite ao governante apontar qualquer um de seus inimigos pessoais como o inimigo daquela sociedade. É um estratagema que também controla os “amigos”, lembrando da ontologia schmittiana, designando espaços seguros e invadindo cada vez mais o espaço privado do indivíduo para permitir essa dita segurança. As políticas do medo elevam o político que as implanta devido ao caráter simbiótico do medo com o amor e o ódio. O constante perigo que a ameaça do inimigo causa no dia a dia da população faz com que os indivíduos sintam ódio do execrável inimigo que os rouba a tranquilidade mas também faz com que os indivíduos procurem símbolos de amor e conforto, normalmente ligados a tradições e ao passado daquela nação. Nesse sentido, as políticas do medo são perfeitas para aqueles projetos políticos que buscam perenemente a reconstrução de um passado idílico e/ou possuem ressalvas a respeito das mudanças acarretadas pelo progressismo, como o espectro conservador. A direita radical populista também se beneficia enormemente das políticas do medo. Contudo, a relação da direita radical populista estabelece uma relação específica simplificando a vida através de espantalhos do inimigo, reconstituindo o passado para combater o presente e construir um futuro exclusivo para eles. No mundo, os políticos da direita radical estão aliados a uma série de aparelhos privados de hegemonia a fim de educar e formar uma nova geração de intelectuais orgânicos que irão dar corpo à justificativa da existência na classe dominante, assim como aparelhos interessados na elaboração e

divulgação de ideologias subservientes a classe hegemônica. No Brasil, nos parece cabível apontar para a Brasil Paralelo como um aparelho ideológico que fornece narrativas que legitimam o projeto bolsonarista no país.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, R. et al. Confronting the International Political Sociology of the New Right. *International Political Sociology*, v. 14, n. 1, p. 94-107, 1 mar. 2020.

ADOLPHS, Ralph. The Biology of Fear. *Current Biology*, v. 23, n. 2 p. 79-93, jan, 2013.

AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. 2. ed. Edimburgo: Edinburgh University Press Ltd, 2014.

AUDI, Amanda. Coordenado por monarquista, curso ligado à Brasil Paralelo forma professores de história. Agência Pública, 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/06/coordenado-por-monarquista-curso-ligado-a-brasil-paralelo-forma-professores-de-historia>. Acesso em: 22 set 2025.

BALBINO, Leda. Laurentino Gomes: Números, violência e complexidade da escravidão me surpreendem. CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/os-numeros-a-violencia-e-a-complexidade-da-escravidao-me-surpreendem>. Acesso em: 22 set 2025.

BARBOSA, Ricardo Jr.; CASARÕES, Guilherme. Statecraft under God: Radical Right Populism meets Christian Nationalism in Bolsonaro's Brazil. *Millennium Journal of International Studies*, v. 50(3), p. 669-699, 1 abr. 2023.

BARBALET, Jack; DEMERTZIS, Nicolas. Collective Fear and Societal Change *In*: DEMERTZIS, Nicolas (org.). **Emotions in Politics The Affect Dimension in Political Tension**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. p. 167-185

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo?. **Crítica Marxista**. n. 50, p. 111-119, 2020.

Brasil Paralelo. 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO). YouTube, 2 abr 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t=6418s>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo, 2021a. A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/brasil-paralelo>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo, 2021b. Qual é a diferença entre esquerda e direita?. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/diferenca-entre-esquerda-e-direita>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo, 2021c. Por que o socialismo não funciona? Conheça o infalível argumento econômico. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/por-que-o-socialismo-nao-funciona>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2022a. O que é a Brasil Paralelo? Conheça a história completa da empresa. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2022b. O que significa o símbolo da Brasil Paralelo?. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/significado-logomarca-brasil-paralelo>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2022c. Marxismo Cultural – a tomada do poder a partir da destruição da cultura. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/marxismo-cultural>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2022d. A Brasil Paralelo é bolsonarista?. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/a-brasil-paralelo-e-bolsonarista>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2023a. Brasil Paralelo presente todos os dias. Veja os 9 programas novos e gratuitos. Começa hoje, ao vivo!. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/brasil-paralelo-presente-todos-os-dias-veja-os-9-programas-novos-e-gratuitos-comeca-hoje-ao-vivo>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2023b. Guia do Conservadorismo no Brasil: principais ideias, história, feitos e nomes que são referência. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/guia-do-conservadorismo-no-brasil-principais-ideias-historia-feitos-e-nomes-que-sao-referencia>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2023c. Pelo segundo ano consecutivo a revista Forbes destaca a Brasil Paralelo em seu ranking de sociedades pró-livre mercado. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/pelo-segundo-ano-consecutivo-a-revista-forbes-destaca-a-brasil-paralelo-em-seu-ranking-de-sociedades-pro-livre-mercado>. Acesso em: 20 mai 2025

Brasil Paralelo, 2024a. Conheça os professores da Brasil Paralelo que vão ajudar a sua vida intelectual. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/conheca-os-professores-da-brasil-paralelo-que-va-ajudar-a-sua-vida-intelectual>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2024b. Conheça o Projeto Mecenaz, a iniciativa social da Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/projeto-mecenas-brasil-paralelo>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2024c. A polarização política e suas principais consequências. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/a-polarizacao-politica-e-suas-principais-consequencias>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2024d. Entenda o que é comunismo e quais foram suas principais consequências. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-comunismo>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo, 2025a. Sobre nós. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 22 set 2025.

Brasil Paralelo. A SÉTIMA ARTE | EPISÓDIO 1 - Gênese [O impacto do Cinema]. YouTube, 25 out 2021e. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mSTcmbBA3rQ&t=4s>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo. A SÉTIMA ARTE | EPISÓDIO 2 - A Queda [A função política do Cinema]. YouTube, 26 out 2021f. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DhII0Zry8iQ>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo. A SÉTIMA ARTE | EPISÓDIO 3 - A teoria do Parasita Pós-Moderno no Cinema. YouTube, 27 out 2021g. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uqtRTpYhv00>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo. Capítulo 1: Panorama Brasil - Um Raio X Inconveniente | Congresso Brasil Paralelo | [Oficial]. YouTube, 14 dez 2016a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IFwpm7kjIWU>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo. Capítulo 2: Terra de Santa Cruz | Congresso Brasil Paralelo | [Oficial]. YouTube, 15 dez 2016b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8CYt95y5fUU>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo. Congresso Brasil Paralelo | Capítulo 3: As Raízes do Problema - Como chegamos aqui? [Oficial]. YouTube, 17 jul 2017a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u2lGJhrU14&t=1s>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo. Capítulo 4: Dividindo pessoas, centralizando o Poder | Congresso Brasil Paralelo | [Oficial]. YouTube, 16 dez 2016c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JYu8vpDTqIE&t=1s>. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo. Capítulo 5: Propostas | Congresso Brasil Paralelo | [Oficial]. YouTube, 23 dez 2016d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=blP5dwv_huk&t=3s. Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo. Capítulo 6: Impeachment: do Apogeu à Queda | Congresso Brasil Paralelo | [Oficial]. YouTube, 5 abr 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PZtwu0IWWHY&t=3682s> Acesso em: 22 set 2025

Brasil Paralelo. FUNDADORES DA BP REVELAM HISTÓRIAS INÉDITAS | Conversa Paralela. YouTube, 7 dez 2021d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5I2W83sWmeM&t=2s>. Acesso em: 22 set 2025

Carlos Alberto Di Franco. Entrevista com Henrique Viana, fundador da @brasilparalelo. YouTube, 21 jul 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=553jUv6v58w&t=3652s>. Acesso em: 22 set 2025

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A NOVA DIREITA NO BRASIL:** Aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2014). Orientadora: Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes. 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13910>. Acesso em: 20 mai 2025

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Fórum da Liberdade: o grande palco das direitas e do movimento reacionário no Brasil. In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João. **NOVA DIREITA, BOLSONARISMO E FASCISMO: REFLEXÕES SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. *E-book*. p. 84-104

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Nova direita, bolsonarismo e a urgência da luta social contra o atual movimento reacionário no Brasil. In: BUZETTO, Marcelo (org.). **Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016/2020)**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021. p. 37-55

CHAFUEN, Alejandro Antonio. The 2023 Ranking Of Free-Market Think Tanks And Organizations Measured By Social Media Impact. FORBES, 2023. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2023/06/07/the-2023-ranking-of-free-market-think-tanks-and-organizations-measured-by-social-media-impact>. Acesso em: 22 set 2025.

CHAFUEN, Alejandro Antonio. The 2025 Social Media Ranking Of Free-Market Think Tanks. FORBES, 2025. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2025/05/09/the-2025-social-media-ranking-of-free-market-think-tanks>. Acesso em: 22 set 2025.

Cleveland Clinic, 2023. Amígdala: What It Is and What It Controls. Disponível em: <https://my.clevelandclinic.org/health/body/24894-amygdala>. Acesso em: 22 set 2025.

COGET, Jean-Francois Coget; HAAG, Christophe; GIBSON, Donald E. Anger and fear in decision-making: The case of film directors on set. **European Management Journal**, v. 29, n. 6, p. 476-490, dez 2011.

COSTA, Ana Clara. Distanciamento social A produtora Brasil Paralelo tenta se afastar do bolsonarismo para vender mais assinaturas. PIAUÍ, 2021. Disponível em: piaui.folha.uol.com.br/materia/distanciamento-social/. Acesso em: 22 set 2025

Daily Wire, 2025. About. Disponível em: <https://www.dailywire.com/about>. Acesso em: 22 set 2025.

DE ORELLANA, Pablo; MICHELSEN, Nicholas. Reactionary Internationalism: the philosophy of the New Right. *Review of International Studies*, v. 45 n. 5 p. 748-767. 2019.

DIAS, Tatiana; MOTORYN, Paulo. Escolas Paralelas - Brasil Paralelo: programa que capta 'mecenas' para combater a esquerda já chegou a 284 escolas e ONGs. Intercept Brasil, 2024 Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/11/27/brasil-paralelo-mecenas-escolas-ongs>. Acesso em: 22 set 2025.

DIRANI, Claudio. PERFIL | Henrique Viana abre as portas da Brasil Paralelo. Revista Esmeril, 2020. Disponível em: <https://revistaesmeril.com.br/perfil-|henrique-viana-abre-as-portas-da-brasil-paralelo>. Acesso em: 22 set 2025.

ECO, Umberto. Opera Mundi. Net, Rio de Janeiro, fev. 2016. Política e Economia. Disponível em:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/umberto-eco-14-lico-es-para-identificar-o-neofascismo-e-o-fascismo-eterno/>. Acesso em: 12 out. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRIFFIN, Roger. Interregnum or endgame? The radical right in the ‘post-fascist’ era. Interregnum or end game. *In*: MUDDE, Cas (org.). **The populist radical right: A reader**. 1. ed. Londres: Routledge, 2017. p. 40-56.

Historiar - Se. BRASIL PARALELO PRODUZ HISTÓRIA? (PARTE II) | c/ Prof. Dr. Fernando Nicolazzi | Historiar-Se. YouTube, 26 jun 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RRKsNj1MT-4&t=2708s>. Acesso em: 22 set 2025

Historiar - Se. O BRASIL PARALELO PRODUZ HISTÓRIA? | Historiar-se. YouTube, 23 mar 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R71LxS5FhD8&t=883s>. Acesso em: 22 set 2025

HOFFMANN, Stanley. Thoughts on Fear in Global Society. **Social Research**, v. 71, n. 4, 2004, FEAR: ITS POLITICAL USES & ABUSES. p. 1023-1036.

IISS, 2025. Global defence spending soars to new high. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/military-balance/2025/02/global-defence-spending-soars-to-new-high>. Acesso em: 22 set 2025.

KLIGYTE, Vykinta; CONNELLY, Shane; THIEL, Chase; DEVENPORT, Lyn. The Influence of Anger, Fear, and Emotion Regulation on Ethical Decision Making. **Human Performance**, 26:297–326, 2013.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MOLITERNO, Danilo. Brasil tem menos funcionários públicos que EUA, Europa e vizinhos e presta serviço de pior qualidade, mostra estudo. CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-tem-menos-funcionarios-publicos-que-eua-europa-e-vizinhos-e-presta-servico-de-pior-qualidade-mostra-estudo>. Acesso em: 22 set 2025.

MUDDE, Cas. *The ideology of the extreme right*. Manchester University Press, 2000.

MUDDE, Cas. *The populist radical right: A reader*. Taylor & Francis, 2017.

Não Minta Pra Mim. BRASIL PARALELO: OS BASTIDORES DA REVOLUÇÃO CULTURAL com FILIPE VALERIM - Pela Fechadura #095. YouTube, 25 mar 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=o5_n_LUCV6g&t=8302s. Acesso em: 22 set 2025

NUNES, Rodrigo. Of what is Bolsonaro the name?. *Radical Philosophy*. v. 2.09, p. 3-14, 2020.

O Globo, 2019. Direito de Resposta Brasil Paralelo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/direito-de-resposta-brasil-paralelo-23761972>. Acesso em: 22 set 2025.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2005.

Parlatório Livre. Parlatório Livre - Jornalismo e Liberdade - Henrique Viana. YouTube, 26 out 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6BF83wbervI&t=69s>. Acesso em: 22 set 2025

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo. Le Monde Diplomatique, 2020. Disponível em: <https://newlearningonline.com/new-learning/chapter-4/neoliberalism-more-recent-times/margaret-thatcher-theres-no-such-thing-as-society>. Acesso em: 22 set 2025.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana. **The Rise of The Radical Right in the Global South**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2023.

PITTIG, Andre; BRAND, Matthias; PAWLIKOWSKI, Mirko; ALPERS, Georg W. The cost of fear: Avoidant decision making in a spider gambling task. **Journal of Anxiety Disorders**, v. 28, n. 3, p. 326-334, abr 2014.

PragerU, 2025. Homepage. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2025/05/09/the-2025-social-media-ranking-of-free-market-think-tanks>. Acesso em: 22 set 2025.

ROY, Indrajit. INDIA'S FASCIST DEMOCRACY. *In*: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana. **The Rise of The Radical Right in the Global South**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2023. p. 36-57.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López. La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional. *Conjuntura Austral*, v. 11, n. 55, p. 22-34, 2020.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **AGENDA CONSERVADORA, ULTRALIBERALISMO E “GUERRA CULTURAL”**: “BRASIL PARALELO” E A HEGEMONIA DAS DIREITAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2016-2020). Orientador: Rodrigo Ribeiro Paziani. 2021. Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5774>. Acesso em: 29 mai 2025.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João. **NOVA DIREITA, BOLSONARISMO E FASCISMO: REFLEXÕES SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://www.textoecontextoeditora.com.br/produto/detalhe/nova-direita-bolsonarismo-e-fascismo-reflexoes-sobre-o-brasil/45>. Acesso em: 20 mai 2025.

SAYURI, Juliana. JUSTIÇA PARALELA Brasil Paralelo lança ofensiva judicial para calar críticos e reescrever a própria história. Intercept Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/12/09/brasil-paralelo-lanca-ofensiva-judicial-para-calar-criticos-e-reescrever-a-propria-historia>. Acesso em: 22 set 2025.

SCHMITT, Carl.. **O conceito do político/Teoria do partisan**. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

STF, 2025. Em dois anos, STF responsabilizou 898 pessoas por atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Disponível em:
<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/em-dois-anos-stf-responsabilizou-898-pessoas-por-atos-antidemocraticos-de-8-de-janeiro>. Acesso em: 22 set 2025.

STROJNY, Sophia Innocencia. **Fear Deciding Fate: How Fear Influences Moral Decision-Making**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência) - Victoria University of Wellington, Wellington, 2020.

THATCHER, Margaret. 1987. ‘Interview for “Woman’s Own” (“No Such Thing as Society).’ in Margaret Thatcher Foundation: Speeches, Interviews and Other Statements. London. Disponível em:
<https://newlearningonline.com/new-learning/chapter-4/neoliberalism-more-recent-times/margaret-thatcher-theres-no-such-thing-as-society>. Acesso em: 22 set 2025.

The Power of Nightmares: The Rise of the Politics of Fear. Direção: Adam Curtis. Produção: BBC. Londres: BBC2, 2004. YouTube.

TROOST, Dunya van; STEKELENBURG, Jacqueliën van; KLANDERMANS, Bert. Emotions of Protest. *In*: DEMERTZIS, Nicolas (org.). **Emotions in Politics The Affect Dimension in Political Tension**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. p. 186-216

VIANA, Natalia. Algoritmo do YouTube ajuda Brasil Paralelo a radicalizar brasileiros sobre crise climática. Agência Pública, 2023. Disponível em:
<https://apublica.org/2023/10/algoritmo-do-youtube-ajuda-brasil-paralelo-a-radicalizar-brasileiros-sobre-crise-climatica>. Acesso em: 22 set 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O declínio da “onda rosa” latino-americana. 2015. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/12/paulo-fagundes-visentini-odeclinio-da-onda-rosa-latino-americana-4928654.html>. Acesso em: 12 out. 2022

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear: What Right-Wing populist discourses mean**. 1. ed. Londres: SAGE Publications Ltd, 2015.